UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

LILIANA SCATENA

**Representações Sociais sob a ótica de adolescentes e funcionários
das violências sofridas e praticadas em um Serviço de Convivência
e Fortalecimento de Vínculos.**

RIBEIRÃO PRETO - SP

2015

LILIANA SCATENA

**Representações Sociais sob a ótica de adolescentes e funcionários
das violências sofridas e praticadas em um Serviço de Convivência
e Fortalecimento de Vínculos.**

Tese apresentada ao Programa Interunidades de
Doutoramento em Enfermagem da Escola de Enfermagem
da Universidade de São Paulo e Escola de Enfermagem de
Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para
obtenção do título de Doutor em Ciências.

Linha de pesquisa: Sociedade, Saúde e Enfermagem.

Orientadora: Maria das Graças Bomfim de Carvalho

RIBEIRÃO PRETO - SP

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Scatena, Liliana

Representações Sociais sob a ótica de adolescentes e funcionários das violências sofridas e praticadas em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Ribeirão Preto - SP, 2015.

131 p.: il.; 30 cm

Tese de Doutorado, apresentada à Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/USP.
Orientadora: Maria das Graças Bomfim de Carvalho

1. Violência. 2. Adolescência. 3. Políticas da Assistência Social.

SCATENA, Liliana.

Representações Sociais sob a ótica de adolescentes e funcionários das violências sofridas e praticadas em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Tese apresentada ao Programa Interunidades de Doutorado em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo e Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Ciências.

Aprovado em / /

Comissão Julgadora

Prof^a. Dr^a. _____

Instituição: _____

Prof^a. Dr^a. _____

Instituição: _____

Prof^a. Dr^a. _____

Instituição: _____

Prof^a. Dr^a. _____

Instituição: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Dedicatória

Dedico esse trabalho a todos os adolescentes que de alguma forma se encontram envolvidos em dinâmicas violentas. Tomo como um desafio promover o cuidado através de movimentos sociais e minha prática profissional. Comprometo-me, enquanto psicóloga, a promover condições adequadas para as crianças e os adolescentes desenvolverem seus potenciais e suas habilidades. Colaborar para um desenvolvimento saudável a essa população é a melhor forma de se prevenir o envolvimento dos mesmos em atos violentos e evitar o agravamento da vulnerabilidade social.

Agradecimentos

À professora Dra. Maria das Graças Bomfim de Carvalho, pelo caminho de aprendizado trilhado e uma relação de atenção e confiança.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa que possibilitou o aprimoramento da minha qualificação profissional.

Ao corpo docente da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, pela valiosa contribuição às vivências e aquisição de conhecimentos.

Aos membros do Núcleo de Estudos, Ensino e Programa de Assistência Primária de Saúde Escolar – PROASE, pela valiosa troca de conhecimentos nos estudos sobre Violência e Promoção da Saúde durante o período do doutorado.

Às professoras Graça, Luciane e Marta, por terem oportunizado a minha participação no programa de Aperfeiçoamento de Ensino, Estágio Supervisionado em Docência que ocorreu no cenário escolar, onde supervisionei os alunos do curso de Bacharelado e Licenciatura em Enfermagem. Foi possível o desenvolvimento de atributos para a prática docente, uma valiosa experiência para a minha carreira acadêmica.

Às funcionárias Flávia Danielle Oliveira Souza e Vanessa G. Oliveira pela atenção e paciência prestadas a mim.

Às colegas de caminhada durante essa trajetória que ora se encerra, principalmente àquelas que se tornaram próximas: Maria Aparecida, Michelly, Diene e Jéssica.

À equipe do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) da prefeitura de Ribeirão Preto, adolescentes e familiares pela colaboração e por tornarem possível a concretização dessa pesquisa. À equipe gestora da Política de Assistência Social e de Proteção Básica em Ribeirão Preto, à Secretária Municipal da Assistência Social e à Coordenadora do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, pela autorização para a realização da pesquisa.

Às professoras Ana Márcia S. Nakano e Telma S. Vendruscolo. Através delas pude compreender melhor o referencial teórico adotado na pesquisa, tanto no que diz respeito aos estudos sobre as representações sociais, quanto às Políticas Públicas da Assistência Social.

À minha família nuclear que me incentivou a seguir a carreira acadêmica. São elas, minha mãe Silvia e irmã Camila, exemplos de mulheres inteligentes, politizadas e empoderadas, elas foram a motivação para eu ter finalizado mais essa etapa da minha vida. E ao meu pai (*in memoriam*), que colaborou para que eu pudesse me formar em Psicologia e sempre incentivou meus estudos.

RESUMO

SCATENA, L. **Representações Sociais sob a ótica de adolescentes e funcionários das violências sofridas e praticadas em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. 2015. 131 f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

O presente estudo objetivou conhecer e analisar as representações sociais na perspectiva sócio antropológica de Bourdieu, das violências vivenciadas por adolescentes e funcionários no contexto da Assistência Social e sobre a atuação dos profissionais da instituição diante dos casos de violência entre os adolescentes. Foi realizado um estudo qualitativo estratégico, no qual se recorreu a uma aproximação com o marco teórico das representações sociais através do olhar da antropologia e da sociologia, para compreender a dinâmica da violência presente no Serviço de Proteção Social Básica, sob a ótica dos adolescentes e dos funcionários. O campo de estudo foi a cidade de Ribeirão Preto, especificamente a zona oeste da cidade, em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Os participantes da pesquisa foram oito adolescentes, ambos os sexos, na faixa etária de dez a quatorze anos de idade, que se encontravam com seus direitos violados, em situação de risco biopsicossocial. E também quatro funcionárias: três educadoras sociais e uma assistente social que trabalhavam no local e lidavam diretamente com esse público. A construção dos dados se deu por meio de observação livre e entrevistas semiestruturadas. A análise foi realizada através da interpretação de sentidos a luz das representações sociais. Foram utilizados conceitos da teoria de Bourdieu e colaboradores tais como: *habitus*, capital social, capital cultural, capital econômico. As seguintes categorias empíricas emergiram dos discursos dos participantes: **“Fazer coisa ruim”**, e **“A Política da Assistência Social não é um serviço universal, é para quem dele precisar”**. Os adolescentes responderam na entrevista que não sofrem violência intrafamiliar. Disseram ainda que não sofrem ou praticam violência no SCFV, e a maioria deles relatou que não sofrem violência entre pares em outros espaços. Através do sentido compreendido no discurso dos adolescentes, concluímos que eles demonstraram negação da realidade vivida. Há um esforço grande da parte deles em tornar invisível uma situação que é concreta, complexa e muito próxima da sociedade, por vezes banalizada, que é a violência sofrida e praticada. As representações sociais das funcionárias a respeito do serviço do equipamento social foi evidenciada por meio de ações, atitudes, raciocínios, conjuntamente dispostos que representaram o despreparo para lidarem com a dinâmica da violência em seu ambiente de trabalho. A representação social possui exterioridade e interioridade, é uma estrutura que produz novas estruturas, o que remete ao *habitus*. Os conceitos de violência e a prevenção da violência entre pares na adolescência precisam ser ampliados para além da prevenção do ato violento em si. A abordagem do problema, no nível da prevenção, requer a incorporação de um novo paradigma da Proteção Social Básica na Política de Assistência Social. É necessário que as políticas públicas se cumpram efetivamente para prevenirem situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Por essa razão, afirmamos que a Política da Proteção Social Básica possui uma dimensão inovadora, pois supera a histórica atenção voltada a situações críticas, mas precisa ser concretizada na prática, seguida da articulação com outras instituições da rede de atendimento.

Palavras-chave: Violência. Adolescência. Políticas da Assistência Social.

ABSTRACT

SCATENA, L. **Social representations from the perspective of adolescents and employees of suffered and practiced violence in a Living and Strengthening of Bonds Service.** 2015. 131 p. Dissertation (Doctoral Degree). University of São Paulo at Ribeirão Preto. College of Nursing, Ribeirão Preto, 2015.

The present study aimed to know and to analyze the social representations on Bordieu's social anthropology perspective, of the violence experienced by adolescents and employees in the context of a Social Care Center and about this institution's professional acting when faced with violence cases between the adolescents. A qualitative and strategic study was performed, in which was made an approximation with the theoretical landmark of the social representations through anthropology and sociology's view, to understand the dynamic of the violence present on the Social Basic Protective Service, under the adolescents and employees' optic. The field of study was the city of Ribeirão Preto, specifically the West zone of the town, in a Living and Strengthening of Bonds Service. This research's participants were eight adolescents, of both sexes, with ages between ten and fourteen years old, that had their rights violated, in a bio psychosocial risk situation. Also four employees: three social educators and a social worker that worked there and handled this public directly. The construction of data was made by a free observation way and semi-structured interviews. The analysis was realized by senses interpretation on the light of social representations. The concepts utilized were from Bourdieu and associates' theory such as: *habitus*, social capital, cultural capital, economical capital. The following categories emerged from the participants' speeches: **"To do a bad thing"**, and **"Social Assistance Policies is not a universal service, it is for whom may need"**. The adolescents answered on the interview that they did not suffer within the family violence. They do suffer neither between pairs nor in other spaces violence. Through the meaning apprehended in the adolescents' speech, we concluded that they show a denial of the reality in which they live. There is a great effort of their part to make it invisible a situation that is already concrete, complex and very close of the society, at times trivialized, that is the suffered and practiced violence. The social representations of the employees on what concerns the social equipment service, was highlighted through actions, attitudes and reasoning jointly placed that represent their unpreparedness to handle the violence dynamic in their work place. The social representation has exterior and interior, it is a structure that produces new structures, which points to *habitus*. The violence concept and the violence prevention between pairs on adolescence needs to be amplified to beyond the violent act prevention itself. The problem approach, on the prevention level, requires the incorporation of a Social Basic Protective Service new paradigm. It is necessary that the new public policies comply it selves effectively to prevent social risk situations through the development of potentialities and acquisitions and from the strengthening of community and family bonds. For this reason, we state that the Social Basic Protection policy possess an inventive dimension, because it overcomes the historic attention destined to critical situations, but needs to be actually materialized, followed by the articulation with other institutes of the network service.

Key-words: Violence. Adolescence. Social Assistance Policies.

RESUMEN

SCATENA, L. **Representaciones sociales desde la perspectiva de los adolescentes y los funcionarios de la violencia sufrida y praticada en un Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos.** 2015. 131 f. Tesis (Doctorado) - Escuela de Enfermería de Ribeirão Preto, Universidad de São Paulo, Ribeirão Preto, 2015.

Este estudio tuvo como objetivo identificar y analizar las representaciones sociales en la perspectiva socio antropológico de Bourdieu, la violencia experimentada por los adolescentes y por los funcionarios en el contexto de un Centro de Asistencia Social y en el desempeño de los profesionales de la institución en casos de violencia entre los adolescentes. Se realizó un estudio cualitativo estratégico, en lo que se utilizó para aproximarse al marco teórico de las representaciones sociales a través de los ojos de la antropología y de la sociología, para entender la dinámica de la violencia presente en el Servicio de Protección Social Básica, desde la perspectiva de los adolescentes y de los funcionarios. El campo de estudio fue la ciudad de Ribeirão Preto, en específico, el oeste de la ciudad, en un Servicio de Convivencia y Fortalecimiento de Vínculos. Los participantes de la investigación eran ocho adolescentes, hombres y mujeres, con edades entre diez y catorce años de edad, que estaban con sus derechos violados, en situación de riesgo biopsicosocial. Y cuatro funcionarias: tres educadoras sociales y una asistente social que trabajaba en el sitio y en el trato directo con ese público. La construcción de los datos fue a través de la observación libre y entrevistas semi-estructuradas. El análisis se realizó mediante la interpretación de sentidos a la luz de las representaciones sociales. Se utilizó conceptos de la teoría de Bourdieu y colaboradores como: *habitus*, capital social, capital cultural, capital económico. Las siguientes categorías emergieron de los discursos de los participantes: "**Hacer algo malo**", y "**El Política de Asistencia Social no es un servicio universal, es para aquellos que lo necesitan**". Los adolescentes respondieron en la entrevista que no sufren de violencia doméstica. Dijeron aunque no sufren o practican de violencia en el Centro (institución), y la mayoría de ellos informaron que no sufren violencia entre pares en otros espacios. A través del sentido comprendido en el habla de los adolescentes, llegamos a la conclusión de que ellos demostraron negación de la realidad vivida. Hay un gran esfuerzo por parte de ellos para hacer invisible una situación concreta, compleja y muy cercana a la sociedad, a veces trivializada, que es la violencia sufrida y praticada. Las representaciones sociales de las funcionarias con respecto al servicio del equipamiento social, se demostró a través de acciones, actitudes, raciocinios, que de forma conjunta representó la falta de preparación para hacer frente a la dinámica de la violencia en su contexto de trabajo. La representación social tiene externalidad y la interioridad, es una estructura que produce nuevas estructuras, que se refieren al *habitus*. El concepto de la violencia y la prevención de la misma entre pares en la adolescencia tienen que ampliarse más allá de la prevención del acto violento en sí. El enfoque del problema a nivel de prevención, requiere la incorporación de un nuevo paradigma de la Protección Social Básica de Política de Asistencia Social. Es necesario que las políticas públicas se cumplan efectivamente para prevenir situaciones de riesgo social a través del desenvolvimiento de potencialidades y adquisiciones y del fortalecimiento de los lazos familiares y comunitarios. Por esta razón, afirmamos que la política de Protección Social Básica tiene una dimensión innovadora porque supera la atención histórica dada a situaciones críticas, pero debe concretizarse en la práctica, seguida de la colaboración de otras instituciones de la red de atendimento.

Palabras-clave: Violencia. Adolescencia. Política de Asistencia Social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNS	Plenário do Conselho Nacional de Saúde
CRAS	Centros de Referência da Assistência Social
CREAS	Centros de Referência Especializado da Assistência Social
DATASUS	Departamento de Informática do SUS
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EEA	Escala de Eventos Adversos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEVI	Índice de Enfrentamento da Violência Intrafamiliar
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAIF	Programa Federal de Atenção Integral à Família
PeNSE	Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares
PIB	Produto Interno Bruto
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PROASE	Núcleo de Estudos, Ensino e Pesquisa do Programa de Assistência à Saúde do Escolar
RAF	Inventário de Recursos do Ambiente Familiar
RS	Representações Sociais
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SEADES	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SINAN	Sistema Nacional de Agravos de Notificação
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS	Teoria das Representações Sociais
VIVA	Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes
WHO	World Health Organization

Sumário

1. Introdução	15
2. Objetivos.....	25
2.1. Objetivo Geral	25
2.2. Objetivos Específicos	25
3. Referencial Teórico.....	27
3.1. Marco Teórico-Conceitual.....	27
3.2. Família	30
3.3. Adolescência.....	34
3.4. Violência.....	36
3.5. Políticas Públicas da Assistência Social.....	43
4. Pressupostos	49
5. Percurso Metodológico.....	51
5.1. Caracterização do estudo	51
5.2. Campo de pesquisa	51
5.3. Participantes da Pesquisa.....	56
5.4. Procedimentos para a construção de dados	57
5.5. Aspectos Éticos	60
5.6. Análise dos dados	61
6. Resultados e Discussão	67
6.1. Caracterização dos participantes e das atividades desenvolvidas no SCFV	67
6.2. Primeira categoria empírica: “Fazer coisa ruim”	71
6.3. Segunda categoria empírica: “Assistência Social não é um serviço universal, é para quem dele precisar” e subcategoria “Gosto de vir aqui”	86
7. Considerações Finais	97
Referências	99
Apêndices.....	116
Anexos	129

1. Introdução

A violência configura na atualidade um novo perfil no quadro dos problemas de saúde do Brasil e do Mundo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, pedra fundamental de nossa moderna convivência civilizada, estabelece, no seu art. 3º, que “todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade à segurança pessoal” e adiciona, no art. 5º: “ninguém será submetido à tortura nem apenas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes” (WASELFISZ, 2012).

Através do contexto sócio-histórico na conquista de direitos, por conseguinte, da implantação do Sistema de Garantia de Direitos, avançou-se na temática a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente através da Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

Optamos por discutir sobre a temática da violência de crianças e adolescentes porque se entende que esse tipo de violação de direitos os coloca como seres aos quais se nega a própria condição humana. A infância e a adolescência são roubadas de maneira cruel, deixando marcas no corpo e na alma e que persistirão pelo resto de suas vidas. A criança e adolescente são pessoas em desenvolvimento que devem receber proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado (ARRUDA; FREITAS, 2011).

Nos dias atuais, somos surpreendidos diariamente com notícias de graves violações, de atos de extrema barbárie praticados, em muitos casos, pelas pessoas ou instituições que deveriam ter a missão de zelar pela vida e pela integridade dessas crianças e adolescentes: suas famílias e as instituições públicas ou privadas que, em tese, seriam as responsáveis pelo resguardo dos mesmos. Waiselfisz (2012) ressalta que aquilo que aparece na mídia, trata-se de uma mínima parcela das agressões, negligências e violências que, de fato, existem e subsistem em nossa sociedade.

O Mapa da Violência descrito em 2012, a respeito das crianças e adolescentes do Brasil, evidenciou que as causas externas de mortalidade de crianças e adolescentes vêm se confirmando como a principal causa de morte nesta faixa etária. Em 1980, representavam 6,7% do total de óbitos nessa faixa etária. Em 2010, elevou-se atingindo o patamar de 26,5% (Waiselfisz, 2012). As taxas cresceram 346% entre os anos de 1980 e 2010, vitimizando 176.044 crianças e adolescentes (Waiselfisz, 2012).

A análise da evolução dos homicídios na década de 2000-2010, apresentada no Mapa da Violência 2012, demonstra que os números e as taxas de homicídio de crianças e

adolescentes, já elevadas, cresceram ainda mais, passando de 8.132 – taxa de 11,9 em 2000, para 8.686 – taxa de 13,8 assassinatos para cada 100 mil crianças e adolescentes (menores de 1 a 19 anos), em 2010 (Waiselfisz, 2012). Com essa taxa, dentre os 99 países com dados recentes obtidos nas bases de dados da OMS, o Brasil, ocupa a quarta posição internacional, só superada por El Salvador, Venezuela, Trinidad e Tobago (Waiselfisz, 2012).

Na cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, segundo a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADES, 2011), no ano de 2008, entre 1.000 crianças nascidas vivas, a taxa de mortalidade correspondeu a 9 crianças, sendo que 2 crianças entre 1.000 morreram devido a causas externas. Segundo dados da Secretaria Municipal da Saúde de Ribeirão Preto (2011) no ano de 2008, de cada 100.000 habitantes, 1.787 pessoas foram vítimas de violência intrafamiliar. Essas estatísticas denunciam o fenômeno da violência no município. No Distrito Oeste de Ribeirão Preto, no mesmo ano, houveram 491 casos registrados de violência doméstica (RIBEIRÃO PRETO, 2011).

De acordo com SINAN (2013), segundo as notificações de violência intrafamiliar, sexual e/ou outras violências referentes à população na faixa etária de 10-19 anos na cidade de Ribeirão Preto, ao longo do ano de 2012 foram notificados o total de 86 casos (atendimentos computados pelo sistema sujeitos a alteração).

A complexificação do debate acompanha a tendência internacional que concebe que a violência entre adolescentes não pode ser compreendida isoladamente. A revisão bibliográfica feita pela OMS (KRUG et al., 2002) indica vários comportamentos e diversas situações de risco relacionadas à violência contra a criança e o adolescente, tais como participação constante em brigas, porte de armas, cultivo da masculinidade violenta, influência de álcool e outras drogas.

No Brasil, foi realizado um estudo em 65 unidades de emergência credenciadas ao SUS, identificadas como serviços sentinelas do Sistema VIVA distribuídos em 34 Municípios e no Distrito Federal em 2006. Constatou-se com relação aos maus-tratos, que prevaleceram as vítimas de violência física (49,5%) e de negligência-abandono (32,9%). Entre os homens, o tipo mais frequente foi a negligência-abandono (45,8%), enquanto que a violência física (53,6%) destacou-se entre as mulheres. Elas também foram as vítimas mais comuns nos casos de maus-tratos, independentemente do tipo de violência praticado (razão M: F=0,5) (MASCARENHAS, et al., 2006).

Quando se tratava de violência (agressões e maus-tratos) contra a mulher, o agressor era, na maior parte das vezes, um familiar (38,1%), seguido de indivíduo conhecido (31,1%) e indivíduo desconhecido (18,3%). Quando a vítima era do sexo masculino, predominavam os

desconhecidos (41,4%), seguidos dos conhecidos (33,6%) e familiares (10,2%). A maior razão M: F (7,0) foi observada entre os agressores desconhecidos; e a menor (0,8), entre os familiares. Independentemente do sexo da vítima, o agressor era, majoritariamente, indivíduo do sexo masculino (72%) (MASCARENHAS, et al., 2006).

Quanto à faixa etária, adolescentes tem sido frequentemente identificados como as principais vítimas da violência, o que pode ser explicado por fatores como inexperiência, busca de emoções, prazer em experimentar situações de risco, impulsividade e abuso de substâncias psicoativas (DESLANDES; ASSIS; SANTOS, 2005).

A Constituição da República Federativa do Brasil garante que, é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) acrescenta que o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, das ideias e das crenças (BRASIL, 1990).

O Sistema Único de Saúde (SUS) recebeu o mandato específico do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para promover o direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes, mediante a atenção integral à saúde, que pressupõe o acesso universal e igualitário aos serviços nos três níveis da atenção. Essa tarefa exige o desenvolvimento de ações de promoção da saúde, a prevenção de doenças e agravos, a atenção humanizada e o trabalho em rede (BRASIL, 2010a).

O Ministério da Saúde, gestor federal do SUS, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) feitas na Assembleia Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU) em 1996, declarou que a violência se constitui em um importante problema para a saúde pública. Assim, publicou a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências (Portaria nº 737/2001) e definiu um instrumento de notificação, às autoridades competentes, de casos de suspeita ou de confirmação de violência contra crianças e adolescentes (Portaria MS/GM nº 1.968, de 25 de outubro de 2001). Também instituiu a Política Nacional de Atenção às Urgências (Portaria nº 1.863 - GM/2003) (BRASIL, 2010a).

A partir de 2006, realinharam os eixos de ação relativos à promoção da saúde e à atenção integral às pessoas em situação de violência no conjunto de diretrizes e ações

específicas da Política Nacional de Promoção da Saúde (Portaria nº 687/2006), da Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 648/2006) e das diretrizes para organização de redes de atenção integral às urgências (Portaria nº 1.020/2009), pactuadas com as três esferas de gestão do SUS (BRASIL, 2010a).

Desde 2006, o Ministério da Saúde, com a finalidade de conhecer a magnitude dos casos de acidentes e violências no País que não levam ao óbito ou à internação, estruturou o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva), o qual se constitui por dois componentes: (1) vigilância de violência doméstica, sexual, e/ou outras violências interpessoais e autoprovocadas (Viva-Contínuo), módulo incorporado ao Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan-Net); e (2) vigilância de violências e acidentes em emergências hospitalares (Viva-Sentinela), realizada por meio de pesquisa a cada dois anos. Esses componentes possibilitam a obtenção de informações que permitem o planejamento das ações de prevenção a esses agravos e a atenção integral às vítimas de acidentes e violências em todo o território nacional (BRASIL, 2010b).

A promoção da saúde e da cultura de paz e a prevenção de violências contra crianças e adolescentes é papel de todos. Devem abranger ações coletivas, envolvendo instituições de educação e ensino, associações, grupos formais e informais e lideranças comunitárias e juvenis, dentre outros, como parceiros fundamentais. As ações preventivas na comunidade são essenciais para a redução dos riscos de violência e promoção da cultura de paz no território. A atuação mais eficaz é aquela que inclui, faz alianças e se torna presente na vida cotidiana das famílias e das comunidades (DESLANDES; ASSIS; SANTOS, 2005).

Temos observado na prática da área da saúde, escolar e da assistência social, que o adolescente, por meio de sintomas como agressividade, delinquência, dificuldades de socialização, depressão, distúrbios de aprendizagem, déficit de atenção e concentração, irritabilidade e etc., expressa, além de possíveis dificuldades constitucionais, conflitos emocionais e familiares, sociais e escolares, que dificultam o seu desenvolvimento adequado.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos visam o atendimento preventivo, com apoio psicossocial, oferecendo-lhes atividades complementares à escola, em atividades diárias nas seguintes áreas: esporte, cultura, lazer, cidadania e saúde. Trata-se de adolescentes que frequentam a escola pública no município de Ribeirão Preto-SP, cujas famílias se encontram em vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos) e, ou, fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social.

Há uma forte preocupação em se promover condições adequadas para as crianças e adolescentes desenvolverem seus potenciais e suas habilidades. Na perspectiva dos especialistas em estudos de desenvolvimento humano, garantir um desenvolvimento saudável é a melhor forma de se prevenir o envolvimento de crianças e adolescentes que se encontram em estado de vulnerabilidade social com a violência. O desenvolvimento saudável é entendido como uma bem-sucedida transição para a idade adulta, o que significa os adolescentes evitarem as drogas, a violência e o fracasso escolar, o que requer o desenvolvimento cognitivo, afetivo e comportamental (RUOTTI, 2006, p. 15).

Os primeiros estudos sobre a saúde da criança e do adolescente junto ao Núcleo de Estudos, Ensino e Pesquisa, do Programa de Assistência à Saúde do Escolar (PROASE) foram realizados em 1999, o nome do projeto regular de Auxílio à Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP era: “A criança e o adolescente alvos de atos violentos ou vítimas potenciais da violência”.

A referida pesquisa permitiu dimensionar a exposição cotidiana desta população à violência. A continuidade desses estudos levou à análise da inserção escolar de adolescentes vitimados e acolhidos institucionalmente (CARLOS, et al., 2008). A compreensão da família sob a ótica de pais e filhos envolvidos em violência doméstica contra crianças e adolescentes (MARTINS; FERRIANI, 2008). A violência na família e a justiça (ROQUE; FERRIANI; UBEDA). Violência Sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes (RIBEIRO; FERRIANI; REIS, 2008). Prostituição de Adolescentes (BOTELHO; FERRIANI; SILVA, 2008). Adolescentes em situação de rua (CONTIJO, et al., 2008). O envolvimento dos profissionais de saúde na assistência às crianças vítimas de violência doméstica (SILVA; FERRIANI; MEDEIROS, 2008). Políticas públicas no atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência doméstica (VENDRUSCOLO; FERRIANI, 2008). Além desses trabalhos, também em nosso grupo de pesquisa, a dissertação de mestrado (CARLOS, 2010) teve como objetivo analisar os fatores de proteção a que estavam submetidos os adolescentes vítimas de violência intrafamiliar. Também foi estudada a rede social no enfrentamento da violência escolar (ESTEVES, 2012), o acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica (CARLOS, et al., 2013). O apoio social sob a ótica de adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (CARLOS, et al., 2014), a vulnerabilidade do adolescente na área da saúde (SILVA, 2015).

Participamos do Projeto Regular de Auxílio à Pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, intitulado “A violência vivenciada por adolescentes no espaço escolar, instituições sociais, nas varas da infância” (2013-2015) que

tinha como um dos objetivos específicos conhecer e analisar as violências vivenciadas pelos adolescentes inseridos em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos no município de Ribeirão Preto-SP. Estes trabalhos indicaram que as instituições de acolhimento da criança e do adolescente, como serviços de saúde, da assistência social e escolas, não têm exercido o papel de proteção integral, conforme definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A partir do ECA novas propostas foram apresentadas, entre elas, a Política de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens (Portaria nº 1.162/2005) na qual esta parcela da população é reconhecida como pessoas em estágio de desenvolvimento e, por isso, precisam de um olhar especial e integral às suas necessidades físicas, emocionais, psicológicas, cognitivas, espirituais e sociais.

Realizamos buscas nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scientific Electronic Library Online (SciELO) nos últimos três anos (2013 a 2015). No LILACS realizamos o cruzamento dos descritores “Violência”, “Adolescentes” e/ou “Serviço Social”. No LILACS encontramos apenas 3 artigos: sendo que um artigo (OLIVEIRA et al., 2013) tinha como tema a atuação dos enfermeiros na notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes; outro tinha como objetivo descrever as percepções de profissionais e alunos de Psicologia que atenderam um Grupo Multifamiliar com adolescentes, ofensores sexuais e suas famílias (COSTA; PENSO, 2013); o terceiro relatava os tipos de violência intrafamiliar identificados pelos profissionais das equipes da Estratégia Saúde da Família (MACHADO, et al., 2014).

Na base de dados SciELO, utilizamos os mesmos descritores, porém em inglês: “Violence”, “Adolescent” e/ou “Social Service” com a finalidade de incluirmos um maior número de países. Encontramos 45 artigos, porém retiramos os que tratavam de violência contra adolescentes em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, violência sexual, violência no namoro, bullying e cyberbullying. Após essa exclusão, restaram 22 artigos publicados sobre violência na adolescência entre os anos de 2013 e 2015.

Destes, dois tratavam de discutir as políticas públicas no enfrentamento da violência contra a criança e o adolescente (PORTELLA RIBEIRO, 2013; FONSECA, 2013). Outra pesquisa identificou diferenças neuropsicológicas, biográficas, psicológicas, familiares e de comunidades entre adolescentes com e sem transtorno de conduta (REY-ANACONA, 2014). Outro estudo tratava sobre as condições socioeconômicas, redes sociais, drogas e violência em relação à saúde do adolescente (REIS, D. C., et al., 2013). Um estudo sobre a prevalência das várias formas de violência entre escolares (RIBEIRO, I. M. P., 2015). Um relato de experiência objetivou discutir a radicalidade da violência (BARROS; FREJ; MELO, 2014).

Outro autor explorou o uso de imagens de violência em um jogo, consultando a função metapsicológica de imagens na adolescência (HOUSIER, 2014). Ajustamento psicossocial do Adolescente no Brasil (PEREIRA DA CRUZ BENETTI, 2014). Dois artigos da mesma autora e colaboradores eram sobre: fatores associados aos ferimentos em adolescentes e situações de violência vivenciadas por estudantes nas capitais brasileiras, ambas as pesquisas baseadas a partir da Pesquisa Nacional de Saúde dos Escolares (PeNSE) (MALTA, et al, 2014). Um estudo sobre a violência psicológica e contexto familiar de adolescentes usuários de serviços ambulatoriais em um hospital pediátrico público terciário (ABRANCHES; ASSIS; PIRES, 2013).

Observamos ainda três artigos voltados para a área da saúde que analisavam a instrumentação e o conhecimento dos profissionais, tanto da Equipe de Saúde da Família, quanto dos Serviços de Emergência do Sistema Único de Saúde, sobre a notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes (MOREIRA, et al., 2013; 2014; SOUZA, C.S., et al., 2015). Dois estudos a respeito da violência sob o olhar de adolescentes através de uma intervenção educativa (BRANDAO NETO, W., et al., 2014, 2015). Quatro estudos sobre violência intrafamiliar (PINTO, L. W.; ASSIS, S. G., 2013); (CARLOS et al, 2013); (BARROS et al., 2013) e (SILVA, A. M. V. L.; TAQUETTE, S. R.; HASSELMANN, M. H.; 2014). Avaliação do comportamento agressivo de adolescentes (MELO, M. C. B., et al, 2015). Consumo de álcool e violência entre adolescentes (PIEROBON, M., et al, 2013).

Dezoito desses trabalhos eram publicações de pesquisadores brasileiros, dois estudos eram argentinos, um era francês e outro era de um grupo de pesquisa colombiano.

Os resultados de nossas buscas evidenciaram o pequeno número de artigos nos últimos três anos relacionados à violência entre pares na faixa etária dos adolescentes e estudos incipientes no âmbito da Assistência Social. Ao realizar a busca sem delimitar o espaço de tempo de publicações, encontramos o estudo de nosso grupo de pesquisa, de abordagem qualitativa que buscou conhecer e analisar as representações sociais dos trabalhadores sociais em torno do atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência doméstica (VENDRÚSCOLO; FERRIANI; IOSSI, 2007).

Acreditamos que a investigação nessa área da Assistência Social complementará a lacuna existente de estudos nessa perspectiva. Através da perspectiva hermenêutico-dialética, buscamos compreender por meio de análise dos dados as categorias temáticas centrais com seus respectivos núcleos de sentido, diante dos discursos dos adolescentes e funcionários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Utilizamos como referencial teórico as

representações sociais na perspectiva sócio antropológica de Bourdieu, para analisar no que diz respeito ao sentido da violência e a Política Pública da Assistência Social.

A antropologia é uma área de investigação de grande modernidade, na medida em que, de certa forma, nada é irrelevante enquanto objeto de pesquisa. O pesquisador cada vez mais, tem mergulhado no estudo de sua própria sociedade (VELHO, p.151, 2002).

Almejamos compreender as representações sociais dos adolescentes e dos funcionários do SCFV porque defendemos o pluralismo e somos contra diferenciadas formas de intolerância existentes em nossa sociedade. As diferenças devem ser encaradas como algo positivo dentro de uma sociedade moderna e heterogênea. Através do esforço da produção de pesquisa básica qualitativa e estratégica, buscamos aprimorar a discussão do tema da violência. A pesquisa objetivou dar voz a segmentos da população que representam minorias como o adolescente, ou que na hierarquia do processo de trabalho, possuem menor poder, como as funcionárias do SCFV. Através do conhecimento especializado, pretendemos valorizar o discurso desses indivíduos para trazer luz à estratégias de prevenção e intervenção na área da Assistência Social, no que diz respeito ao enfrentamento da violência.

A questão norteadora para a pesquisa se fez presente diante do exposto acima, e reconhecemos a necessidade de abordar o tema a partir de suas múltiplas determinantes: socioculturais e antropológicas. Sendo assim, permanecia o questionamento que foi o eixo que guiou a pesquisa: “Quais são as representações sociais dos adolescentes e funcionários sobre a violência sofrida e praticada entre seus pares e quais as diretrizes da Assistência Social que norteiam as intervenções para esse problema?”.

Portanto, para dar conta do objeto de estudo, utilizamos o referencial teórico da representação social na perspectiva sócio antropológica de Bourdieu. Utilizamos conceitos como *habitus*, capital cultural, capital social e econômico de Bourdieu (1964), bem como autores que trabalham na perspectiva da representação social que mais adiante serão aprofundados (QUEIROZ, 2000; JODELET, 2001; SPERBER, 2001; JOVCHELOVITCH, 2003; OLIVEIRA, 2007; MINAYO, 2010).

Nosso estudo se justificou pela relevância científica em se estudar sobre os atos violentos praticados por esses adolescentes entre pares. E também para compreender quais ações são tomadas em relação à violência, para dessa forma, colaborar para a elaboração de ações de intervenção e para a prevenção da violência no âmbito da Política da Assistência Social.

A pesquisa poderá contribuir para a área da Assistência Social, no sentido de aprofundar a compreensão do objeto de estudo de nossa pesquisa; os adolescentes

considerados em vulnerabilidade social¹ e o SCFV executado pela Secretaria Municipal da Assistência Social de Ribeirão Preto, profissionais esses que trabalham na Política de Proteção e que lidam diretamente com esses adolescentes. Acreditamos que para rever as estratégias de prevenção da violência, era preciso compreender o que a ação violenta representava para os adolescentes sobre o prisma deles mesmos, assim como a maneira pela qual os profissionais que trabalhavam na Assistência Social entendiam a violência e lidavam com esse fenômeno.

¹ A Vulnerabilidade Social é caracterizada pelo contexto econômico, político e social, que dizem respeito à estrutura disponível de acesso a informações, financiamentos, serviços, bens culturais, liberdade de expressão, entre outros. (JESUS, et al., 2011)

2. Objetivos

2.1. Objetivo Geral

- Conhecer e analisar as representações sociais na perspectiva sócio antropológica de Bourdieu, das violências vivenciadas por adolescentes e funcionários no contexto de um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos sobre a atuação dos profissionais da instituição diante dos casos de violência entre os adolescentes.

2.2. Objetivos Específicos

- Identificar as representações sociais dos adolescentes sobre os atos violentos vivenciados e cometidos entre seus pares; e como lidam com essas situações de violência, tanto a sofrida quanto a praticada.
- Identificar as representações das ações realizadas no SCFV na ótica dos adolescentes e funcionários no contexto das diretrizes advindas das Políticas da Assistência Social.

3. Referencial Teórico

3.1. Marco Teórico-Conceitual

Com intuito de analisar as vertentes de nosso objeto de estudo, adotamos como referencial teórico as representações sociais sob a luz da perspectiva sócio antropológica de Bourdieu, o qual busca os significados das representações da sociedade que possui determinados valores. Outros aportes mostraram-se necessários na busca das respostas ao presente estudo, e adotamos conceitos de diversos pesquisadores para que fosse possível relacionarmos ao tema violência dos adolescentes entre seus pares. Apoiando-nos ainda para responder aos objetivos propostos, também nos fundamentamos nos conceitos de família, adolescência, violência: intrafamiliar, escolar, vulnerabilidade e a interface dessas violências com as Políticas da Assistência Social.

De acordo com Queiroz (2000), as Representações Sociais são um tipo de saber socialmente negociado, contido no senso comum e na dimensão cotidiana, que permite ao indivíduo uma visão de mundo e o orienta nos projetos de ação e nas estratégias que desenvolve em seu meio social.

Dessa forma, R.S. são conhecimentos culturalmente carregados, que adquirem sentido e significados plenos apenas se forem levados em consideração o contexto e a situação em que se manifestam. Por mais diferentes que sejam, os indivíduos compartilham aspectos da matriz formativa da sociedade (QUEIROZ, 2000).

As representações se enraízam na realidade social e histórica, ao mesmo tempo em que contribuem para a sua construção. Não é o somatório das representações individuais, sua construção ultrapassa o indivíduo. Para se chegar às representações sociais, faz-se necessário ir para além dos seus discursos, ou seja, os discursos tem que ser compreendidos a partir do campo em que são produzidos (QUEIROZ, 2000).

As representações não são sistemas fechados que determinam as práticas, uma vez que conformam um conjunto aberto e heterogêneo que é continuamente feito, ampliado, deslocado e problematizado durante as interações indivíduo-indivíduo e indivíduos e meio (QUEIROZ, 2000).

Nessa linha, Queiroz (2000) afirma que a grande contribuição deixada pela antropologia social e cultural ao estudo das representações sociais está no fato de que sua verdade é sempre relativa ao contexto social no qual está inserida. Conforme o autor, a metodologia privilegia a imersão do pesquisador no campo de pesquisa e no fato empírico.

Tanto a metodologia, quanto a postura teórica são buscadas na vivência prática do pesquisador com o seu objeto de pesquisa.

Minayo (2010) afirma que Representação Social (RS) é uma expressão filosófica que tem como significado a reprodução de uma percepção mantida na lembrança ou no pensamento. A RS é definida nas Ciências Sociais, como classes de pensamentos que exprimem a realidade e a clarificam, fundamentando-a ou colocando-a em questão. Sua manifestação por meio de palavras, sentimentos e condutas, institucionalizando-se, o que permite que sejam analisadas através do entendimento das estruturas e condutas sociais.

Jovchelovitch (2003) acrescenta que as representações sociais são fenômenos psicossociais, pertencentes, portanto, ao espaço público e às ações humanas que permitem a construção da identidade, de simbolizar, de interagir. Por serem simbólicas, são constituídas através da capacidade de representar do sujeito. Seus processos formadores se relacionariam à comunicação e às práticas sociais: o diálogo, o discurso, os rituais, os padrões de trabalho, a produção e a arte, ou seja, a cultura.

Segundo Sperber (2001), o antropólogo, que no caso da atualidade chamaremos de pesquisador, deve produzir representações públicas que se assemelhem em conteúdo às representações mentais que ele próprio construiu para se representar os propósitos e pensamentos de seus hospedeiros. Dessa, forma, a Antropologia produz para uso de seus leitores uma interpretação de suas próprias interpretações. Em outro momento, o autor ao discorrer sobre antropologia explica que chamamos de culturais as representações que estão amplamente disseminadas num grupo social, de modo mais ou menos duradouro. As representações são mais ou menos amplamente distribuídas e duradouras, e assim mais ou menos culturais.

O estudo das representações sociais acrescenta importante contribuição para a compreensão dos fenômenos coletivos. Investigar, a partir do discurso de adolescentes de camadas sociais populares, a representação da violência, pode ampliar o entendimento deste fenômeno e favorecer a elaboração de estratégias de enfrentamento voltadas para esta parcela da população.

Oliveira (2007) ressalta a importância de se qualificar, de se definir o sentido das representações sociais e as razões que levam um determinado grupo a representar desta ou daquela maneira, contextualizando os fatores sócio históricos que os envolvem. A consideração do contexto sociocultural dos participantes da pesquisa nos leva a referenciar Minayo (2010, p. 208), quando esta questiona “em que condições os indivíduos representam e em que medida o indivíduo fala por si mesmo?”, e a autora pondera que “ao mesmo tempo em

que os modelos culturais interiorizados são revelados numa entrevista, eles refletem o caráter histórico mais geral e específico de um grupo” (p. 208-209).

A referida teoria tem sido cada vez mais estudada nos diversos campos de atuação dos pesquisadores, principalmente em estudos nos quais se faz necessário entender o conhecimento social que guia as práticas de uma população específica, ou seja, o conhecimento no qual ela se baseia para interpretar seus problemas e justificar suas práticas sociais (JODELET, 2001; OLIVEIRA, 2007).

Diante da evidência de que a violência constitui-se como uma prática social, buscou-se a aproximação ao pensamento de Pierre Bourdieu, com o intuito de compreender as noções de capital e poder simbólico por ele trabalhadas. Assim como as representações socialmente construídas dos adolescentes e dos profissionais que trabalham na Política de Assistência Social acerca da violência, a partir da noção de *habitus*, conceito central da sociologia bourdieusiana.

Para fundamentar a opção pelo estudo das representações sociais numa abordagem socioantropológica, buscamos estudar principalmente a respeito do que Bourdieu discutiu sobre Educação. A escola se constituiu, alvo privilegiado de algumas de suas principais obras (Os herdeiros, 1964; A reprodução, 1970; Homo academicus, 1984; A nobreza de Estado, 1989).

No plano macrosociológico, utilizado por Bourdieu (1964), o *habitus* é algo abstrato, uma seleção de disposições básicas que são compartilhadas pelos ocupantes de uma determinada posição social. Optamos por essa análise do *habitus* coletivo, pois é uma abstração que reúne disposições comuns a indivíduos situados em determinada posição social. Se os dados fossem analisados em esfera individual, seria necessário estudar a dinâmica interna da família de cada adolescente do SCFV, as relações de interdependência social e efetiva entre seus membros, para que se pudesse entender o grau e o modo como os recursos disponíveis (os vários capitais e o *habitus* incorporados dos pais) seriam transmitidos aos filhos.

Portanto, fica claro a partir desta ressalva, que não abordamos o plano subjetivo dos entrevistados nesta pesquisa e sim o plano coletivo. Alguns dos conceitos de Bourdieu foram adotados para se explicar os significados comuns que os indivíduos pertencentes à determinada classe social atribuem à realidade e que podem levá-los a agir de forma semelhante diante das mesmas condições objetivas. Pois notamos através da pesquisa, que apesar desses adolescentes viverem em lares violentos, praticarem ou serem vítimas de violência na escola ou, como na presente pesquisa, nos equipamentos sociais, o conceito do

que seria a violência seria banalizado. Identificamos um viés do conceito, no qual atos mais explícitos de violência seriam considerados atos agressivos e os atos implícitos não seriam notados pelos adolescentes, como a violência psicológica ou simbólica.

Para se apreender o objeto de estudo, pretendemos aprofundar o universo de significados, pensamentos e conhecimentos dos adolescentes a respeito da violência e como os funcionários compreendem essa clientela. Através das representações sociais a partir da perspectiva sociocultural, buscando apreender as representações desses participantes, partindo do entendimento de que essas práticas:

Encontram-se enraizadas nas experiências socialmente compartilhadas, dirigindo as relações dos indivíduos entre si e com o mundo; com fatos que se constroem socialmente inserem-se na sua dinâmica e transformação (TURA, 2004, p.20).

Os conceitos teóricos abordados foram: Família, Adolescência e Violência: Intrafamiliar, Escolar, Vulnerabilidade. E a interface com a Política da Assistência Social. Sobre os quais discorreremos a seguir.

3.2. Família

A família é o primeiro ambiente de socialização do indivíduo, e uma das principais instituições mediadoras dos padrões e modelos culturais. É transmissora de valores, crenças, ideias e significados presentes na sociedade, portanto exerce uma forte influência no comportamento dos indivíduos, especialmente nas crianças. São as experiências familiares que proporcionam a formação inicial de repertórios comportamentais, de ações e resoluções de problemas (DESSEN; POLÔNIA, 2007).

As transformações que ocorrem na sociedade se concretizam por meio das interações familiares, e estas influenciarão as relações familiares futuras. Assim, ao longo do tempo, a instituição familiar tem se modificado, assumindo novas configurações, sendo que, atualmente, podemos observar diferentes modelos de família coexistindo na sociedade contemporânea: nuclear-tradicional, recasadas, monoparentais, homossexuais, etc. Entretanto, o modelo nuclear-tradicional ainda está muito presente no ideário da sociedade como um todo, fazendo com que novas formas de organização familiar que se afastam do mesmo sejam consideradas muitas vezes como exemplos de “desorganização” ou “desestruturação” familiar, passíveis de influenciar negativamente o desenvolvimento moral e escolar de seus

membros, preconceito esse que é mais presente nas formas de organização familiar das camadas populares, conforme apontou Mello (1992).

Os laços afetivos formados dentro da família, quando positivos, favorecem o ajustamento do indivíduo aos diferentes ambientes de que participa. Quando negativos, porém, podem dificultar o desenvolvimento, gerando problemas de ajustamento e dificuldades de interação social. Os vínculos afetivos, a autoestima, o autoconceito e as formas de interação social são fortemente influenciados pelas figuras parentais (DESSEN; POLONIA, 2007).

Na atualidade, ocorreram mudanças na composição das famílias e a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, as crianças e adolescentes passam maior tempo nas creches e SCFV no contra turno escolar. O SCFV, que foi o campo de estudo desta pesquisa, cumpria o papel de socialização dessas crianças e adolescentes.

Houve alteração no mercado de trabalho, com reflexos sobre a inserção dos pais no mesmo, o tipo de contrato de trabalho, os benefícios e a segurança de rendimento. Isso teve profundo impacto sobre o número de horas trabalhadas por semana, que se tornaram maiores. Há em todo o mundo uma redução no número de horas disponíveis para os pais estarem com os filhos, o que significa que o contato que crianças e adolescentes têm com adultos responsáveis vem se reduzindo e, desse modo, reduzindo também as oportunidades para que os pais exerçam seu papel de modelo para padrões de comportamento, valores, crenças e atitudes.

Estudos realizados em diferentes países reiteram que supervisão por adultos responsáveis é um dos elementos críticos para a proteção de crianças e adolescentes contra o envolvimento em situações de risco, tais como o consumo de drogas e o envolvimento com delinquência e violência. Se ambos os pais trabalham fora de casa, há pouca alternativa de supervisão, por adultos, para essas crianças e adolescentes, fora aquela provida, ao menos em tese, pela escola (RUOTTI, 2006, p. 14). Ao explorarem um mundo social mais amplo do que o da infância, os adolescentes precisam estar conectados de forma positiva aos seus pais e a outros adultos para que consigam manejar a autonomia de uma forma madura (SANTROCK, p.53).

De acordo com Rondello (2000) essas famílias estão sendo violentadas, agredidas em seus direitos e submetidas constantemente a humilhações, desrespeito, falta de informação e orientação. Além disso, uma quantidade maciça de estímulos violentos contribui para a distorção dos valores éticos e morais que organizam a sociedade, levando-a a um movimento danoso de reproduzir aquilo que é vivido dia após dia, e que acaba por ser internalizado. Por

consequente, desenvolver a violência contra o outro constitui um forte mecanismo de defesa contra o sofrimento psíquico, baseado no raciocínio de que enfraquecendo o outro, o indivíduo vai se “fortalecendo”, e assim aplaca a angústia gerada pelo medo intolerável, pelo sentimento de não pertencer, ou ainda pertencer se impondo com seus recursos precários, primários, primitivos e, portanto, violentos. Já que a ação é fruto da experiência sentida, esses mecanismos permitem a sobrevivência momentânea, mas impedem uma integração psicológica na fase adulta, mantendo-se, assim, o ciclo da violência.

Então podemos pensar que não se trata de castigar essas famílias através da culpa, mas sim responsabilizá-las para que possam de fato acreditar em algo, na possibilidade de transformação e reparação daquilo que está sendo vivido, enriquecendo e ampliando a porção saudável desse núcleo, através do fortalecimento de pequenas ações positivas (RONDELLO, 2010).

Para o autor, além de transgeracionalmente estar disseminado na sociedade a ideia de que por meio da agressão é que se educa, vive-se numa época em que não há tempo para ter mais proximidade, escutar, conversar, observar. Este é um reflexo do que acontece na sociedade atual, onde o que manda é a rapidez, o imediatismo. Popularmente, os indivíduos acreditam que educar por meio do “bater” e gritar, é mais rápido e eficaz, não se deixando perceber que na maioria das situações a relação termina sendo prejudicada. E como consequência, produz indivíduos violentos que assim se expressam nos espaços que ocupam por aprenderem que por meio de violência é que se consegue o que quer, alcançaria o respeito das pessoas. O autor da violência apontado reproduz a violência estrutural que sofre sem perceber, terminando por acreditar que é natural. Enquanto não forem questionadas algumas “naturalidades”, sobretudo nos fenômenos sociais, nada será mudado, continuarão as reproduções de violência. Sem se perguntar os porquês, não é possível a transformação. As famílias que vivenciam a violência intrafamiliar não devem ser vistas como dicotomicamente divididas entre vítimas e abusadores. O agente agressor também deve ser envolvido na atuação, assim como os demais familiares (RONDELLO, 2010).

A família desempenha um papel fundamental na prevenção de comportamentos de risco do adolescente, é a instituição facilitadora e promotora do desenvolvimento saudável de adolescentes, no interior do qual são educados e seu grau de funcionalidade irá permitir que ele se torne uma pessoa autônoma, capaz de enfrentar e integrar à vida (VALENZUELA MUJICA, 2013).

A relação familiar é fundamental para o desenvolvimento mental da criança e posteriormente, adolescente. Contribui na formação de hábitos, formas de expressar

sentimentos, de se relacionar com os outros, para resolver os conflitos e desenvolver comportamentos de autocuidado. As práticas educativas dos pais podem ter um efeito positivo ou negativo sobre a incidência de comportamentos de risco dos adolescentes, haja vista que quando se constata um maior apoio parental e controle comportamental, ocorre menor incidência de uso de drogas, autoagressão, violência e depressão, entre outros (OPAS, 2006).

Uma relação familiar adequada seria aquela que proporciona o desenvolvimento de seus membros através de atenção, carinho, diálogo, segurança, confiança e estímulos suficientes para o desenvolvimento de uma personalidade criativa, de uma pessoa autônoma e capaz de produzir conhecimento. A relação familiar é a referência das relações futuras dos seres humanos, é onde as pessoas experimentam seu primeiro contato com o mundo (RONDELLO, 2010).

Cavalcanti (2005) afirma que é nela que o indivíduo aprenderá regras de convivência social, que é a partir dessa relação com a família que o indivíduo em formação irá produzir seus julgamentos sobre o outro, assim como seus poderes e limites. A mesma autora afirma que na família a criança encontrará seus primeiros modelos de conduta, condutas estas que mesmo sendo não pertinentes ao convívio social, serão reproduzidas no futuro.

O conceito adotado nesta pesquisa para família trata de famílias de camadas populares. Para isso recorreremos à reflexão do antropólogo brasileiro Luís Fernando Duarte (1994). Segundo ele, o valor “família” tem grande peso em todas as camadas da população brasileira. No entanto, significa coisas diferentes dependendo da categoria social. Enquanto, entre pessoas de elite, prevalece a família como linhagem (pessoas orgulhosas de seu patrimônio), que mantêm entre elas um espírito corporativista, as camadas médias abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade. Para os grupos populares, o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua.

Quando se refere à ajuda mútua, o autor está se referindo a membros pertinentes dessa rede familiar, não somente pais, mas irmãos, tios, primos, ex-sogros, compadres e até amigos. A família se estende horizontalmente, numa partilha constante, nem sempre pacífica, de recursos. Quando uma mulher trabalha fora, por exemplo, as outras da mesma rua tendem a suprir sua parte na organização doméstica, fornecendo comida e supervisionando as brincadeiras das crianças e adolescentes.

Desde os anos 1970, Pierre Bourdieu (1972), entre outros, nos previne contra abordagens analíticas focadas exclusivamente nos ideais – as representações normativas de uma sociedade. Pelo contrário, valores seriam constantemente reconstruídos – modificados ou

reatualizados, investidos de novos significados -, por meio da prática de atores sociais agindo dentro de um contexto específico (FONSECA, 2005).

3.3. Adolescência

Para este estudo trabalharemos com a definição de adolescência proposta pela Organização Mundial da Saúde (WORLD HEALTH ORGANIZATION -WHO, 1989) em que esta é caracterizada pela etapa que vai dos 10 aos 19 anos. Caracteriza-se por mudanças físicas aceleradas e características da puberdade, diferentes do crescimento e desenvolvimento que ocorrem em ritmo constante na infância. Essas alterações surgem influenciadas por fatores hereditários, ambientais, nutricionais e psicológicos (WHO, 1989). O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera adolescente a faixa etária de 12 a 18 anos (BRASIL, 2005).

A adolescência caracteriza-se como um período de vida em que coexistem grandes mudanças e crises profundas, o que possibilita a vulnerabilidade às violências, exigindo dos educadores, dos profissionais da área da saúde e dos profissionais da área da assistência social a atenção e a observação aos comportamentos apresentados uma vez que estes adolescentes, muitas vezes, já vivenciam a violência no ambiente familiar (PRIOTTO, 2011).

A adolescência, entendida como um estágio intermediário entre a infância e a idade adulta faz com que o adolescente, por não ter um papel social definido, adquira um status intermediário e provisório e passe a ser tratado de forma ambivalente: como criança e como adulto (SALLES, 2000).

O adolescente tem uma autonomia maior que a da criança e ao mesmo tempo menor que a do adulto. Com o crescimento esperam-se novos tipos de comportamento, terão direitos que não tinham antes, mas terão também novos deveres e responsabilidades ao mesmo tempo em que perdem certos privilégios anteriores (SALLES, 2000).

Essa parte da população, em geral tratada de forma homogênea, apresenta grande diversidade em decorrência de variáveis como cultura, escolaridade, nível socioeconômico e sexo (PRIOTTO, 2011).

Por mais que os adolescentes se apresentem como indivíduos vulneráveis, são potencialmente capazes de superar tal condição e de constituírem situações de proteção (COCCO; LOPES, 2010).

A adolescência, em geral, abordada como uma fase problemática do ciclo de vida, cheia de riscos e de desafios, vem sendo tratada como uma fase de grandes possibilidades,

dado o enorme potencial para mudança. Um dos grandes recursos dos adolescentes é a rapidez com que se recuperam física e emocionalmente e a rapidez com a qual processam mudanças. Esse potencial de mudança, de recuperação e de regeneração, tanto em seu funcionamento mental como comportamental, deu um forte impulso para os pesquisadores repensarem os temas da prevenção primária e secundária da violência. Representa também, uma mudança de filosofia em relação aos adolescentes em geral e àqueles em vulnerabilidade social. Ao invés de privilegiar os déficits, tais como “remediar problemas” (psicologia negativa), esta abordagem privilegia o desenvolvimento dos traços positivos das adolescentes (CATALANO, 2002). Da ênfase às ameaças e punições, passa-se para os aspectos positivos dos adolescentes (LAFFERTY; MAHONEY, 2003).

Marques (2005), diante dos altos índices de violência que retratam a situação de vulnerabilidade enfrentada principalmente pelas camadas populares, menciona que muitos adolescentes reagem criativamente a essa realidade e que não podemos lhes retirar a possibilidade de atuarem como indivíduos críticos, conscientes e transformadores.

Assis e Constantino (2003), ao analisarem a violência contra crianças e adolescentes, referem que esse fenômeno muitas vezes é analisado sob o enfoque de apenas uma de suas características em detrimento das demais. É o caso das discussões centradas em aspectos econômicos ou nos sociais. Todavia, as autoras lembram que existe uma multiplicidade de vulnerabilidades associadas e cumulativas relacionadas a essa temática.

A quantidade atual de adolescentes é a maior que já existiu no mundo, em 2009, um quinto da população mundial eram adolescentes, um número que mais do que duplicou desde 1950, e 85% deles estão em países em desenvolvimento (UNICEF, 2011). A maior parte dos países do mundo estão em um período de "transição demográfica", devido ao efeito combinado de fecundidade, mortalidade em declínio e o aumento da expectativa de vida. Aliado a isso, os adolescentes estão entrando na segunda década de suas vidas, o que ocasiona a mudança da pirâmide populacional. Os índices de mortalidade e natalidade iniciam uma importante queda motivados por diferentes razões: a melhoria nas condições sanitárias, a evolução da medicina e a urbanização, aumentando a expectativa de vida. Os problemas são: explosão demográfica, falta de mão de obra e superpopulação. Hoje em dia, muitos países subdesenvolvidos vivem essa fase (UNICEF, 2011).

Os adolescentes estão expostos e convivem com diferentes manifestações de violência, tanto na Escola, no SCFV ou na Família, sendo que estas são instituições que supostamente deveriam assegurar a sua proteção, saúde e desenvolvimento seguro. Portanto existe a

necessidade de um olhar mais atento no sentido de pesquisar as situações de violência vivenciadas pelos adolescentes em sua rotina diária.

3.4. Violência

Quando se faz uso de um termo tão amplo como “violência”, que abrange desde agressões graves até as pequenas incivildades que acontecem na escola, o problema pode tornar-se impensável devido aos inúmeros tipos de situações envolvidas ou pode, simplesmente, passar a criminalizar e estigmatizar padrões de comportamento comuns no ambiente escolar. Ao mesmo tempo, ao adotar uma definição excessivamente limitada, pode-se acabar excluindo a experiência de algumas vítimas no processo de reflexão sobre o problema, o que, deve ser evitado, pois “a voz das vítimas deve ser levada em consideração na definição de violência, que diz respeito tanto a incidentes múltiplos e causadores de *stress*, que escapam à punição, quanto à agressão brutal e caótica” (DEBARBIEUX; BLAYA, 2002, p. 61).

Sair das constatações reducionistas de que alguém simplesmente é violento ou indisciplinado constitui-se como um desafio para profissionais ligados à área de saúde, da assistência social ou educacional, numa época em que tudo passa a ser compreendido como decorrente de más formações biológicas ou de carência cultural decorrente da pobreza. Os aspectos biológicos e “culturais” se sobrepõem a quaisquer análises mais bem fundamentadas, e isso leva a equívocos como a psicologização e patologização dos problemas.

Ao invés de se procurar entender as raízes dos problemas, as fontes de risco, agora se busca identificar os recursos de que os adolescentes dispõem para o desenvolvimento saudável (THEOKAS et al., 2005), bem como quais os contextos ambientais mais propícios para o desenvolvimento, para que esse possa ser garantido aos adolescentes em geral (KING et al., 2005). Outra contribuição a ser feita é a respeito do clima, da atmosfera que prevalece nos locais de socialização, como escola ou SCFV por exemplo. E que pode contribuir consideravelmente para a continuidade de episódios de agressão e de violência entre os alunos. Prevalece em muitos desses locais, um clima de competição entre os adolescentes, que pode ser pouco favorável para o exercício de práticas não agressivas de negociações de conflitos que se pretende implantar a partir de programas de prevenção da violência.

Os diversos tipos de violência costumam se expressar de forma associada, formando uma rede onde aquelas que expressam os conflitos do sistema social se articulam nos níveis interpessoais. Minayo (2000) situa a violência a partir de quatro níveis: Violência Estrutural,

referente àquela que se sustenta nas desigualdades sociais, estando relacionadas às situações de miséria e pobreza, característica das sociedades marcadas pela dominação de classes e por enormes desigualdades na distribuição de renda. Minayo (2010, p. 99) refere ainda que a violência estrutural “incide sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulnerável o seu crescimento e desenvolvimento” e que por ter um caráter de perenidade e se apresentar sem a intervenção dos indivíduos, esta forma de violência aparece ‘naturalizada’ como se não houvesse nela a ação de indivíduos. A Violência Cultural, que transcende às relações étnicas, grupos etários ou familiares; Violência da Delinquência que se manifesta no que a sociedade define como crime; Violência de Resistência, marcada pela reação dos indivíduos e grupos socialmente dominados por outros. Assim, atos violentos de adolescentes, não podem deixar de serem reconhecidos e entendidos como um fenômeno, articulado a violência social e estrutural a que os indivíduos, suas famílias e a sociedade estão expostos.

A violência deve ser analisada como consequência de múltiplas determinações, deixando de lado respostas que tomam como foco o aluno, sua família ou a escola individualmente, bem como respostas que buscam localizar a violência enquanto atributo oriundo de entidades pulsionais, aparatos biológicos, genéticos ou neurológicos ou como resultado de culturalismos diversos. Assim as questões a serem feitas envolvem: o que se define por violência; por que e quando ela aparece; como se incentiva o seu aparecimento; quanto e com quem se fala a respeito; quanto e como se reconhece que o outro possa e deva ser ouvido? Dentre outros questionamentos aparentemente óbvios, mas como salienta Martins (2004) a obviedade pode obscurecer a razão.

Não há um único fator que explique por que algumas pessoas se comportam de forma violenta em relação a outras, ou porque a violência ocorre mais em algumas comunidades ou lares do que em outros. A violência é o resultado da complexa interação de fatores que devem ser compreendidos à luz dos determinantes socioeconômicos e político-culturais de uma dada sociedade.

No que concerne à violência intrafamiliar, é um grave problema de saúde pública, crianças e adolescentes são o segmento etário mais vulnerável a todas as formas de violência, especialmente no âmbito das relações interpessoais e comunitárias, sendo a violência intrafamiliar a manifestação mais prevalente contra este grupo (OMS, 2002). A violência intrafamiliar é definida como violência, negligência ou abuso que são praticados no ambiente familiar e envolve toda ação ou omissão por parte do adulto cuidador que resulte em dano ao desenvolvimento físico, emocional, intelectual e social da criança (WOISKI; ROCHA,

2010). Entende-se violência intrafamiliar como as distintas formas de relação abusiva que acontecem, de modo permanente ou cíclico, no vínculo familiar. A maior parte da violência intrafamiliar é suportada em silêncio, legitima-se em leis e costumes e se justifica como tradição cultural, sendo que sua forma mais endêmica são os maus-tratos à esposa e aos filhos, que ocorrem de forma universal em todos os grupos raciais, culturais e socioeconômicos. De fato, a violência intrafamiliar expressa dinâmicas de poder/afeto, nas quais estão presentes relações de dominação-subordinação. Nessa relação homem/mulher, pais/filhos, diferentes gerações, entre outras, as pessoas estão em posições opostas, desempenhando papéis rígidos e criando dinâmica própria, diferente em cada grupo familiar (FLORES; SCHIRMER, 2006).

A violência contra a criança pode ocorrer em diferentes lugares, desde os espaços públicos até os privados; entretanto, as pesquisas apontam que é no lar, é na família, que sua incidência é mais frequente e sua gravidade maior (BRITO et. al., 2005; REICHENHEIM; HASSELMANN; MORAES, 2005). Embora a família tenha como função proporcionar o desenvolvimento físico e emocional da criança, as estatísticas mostram que é neste espaço privado que a criança mais sofre violência e tem seus direitos subtraídos.

Mesmo que não seja o alvo direto do abuso, os adolescentes que testemunham violência têm maior probabilidade de apresentar problemas de aprendizado, emocionais e comportamentais. Esses adolescentes apresentam também maiores risco de se tornarem agressores ou de sofrerem abuso mais tarde (WHO, 2002a). Portanto, fica claro que os padrões familiares de violência são reproduzidos no nível social.

A pesquisa realizada por Ferreira e Marturano (2002), analisando a relação entre ambiente familiar e problemas de comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar, revelou que comportamentos externalizantes (hiperatividade, impulsividade, oposição, agressão, desvio e manifestações antissociais), tendem a ocorrer em contextos de adversidade ambiental. Esta pesquisa foi realizada com crianças de 7 a 11 anos de idade, encaminhadas para atendimento por dificuldades escolares, sendo que parte da amostra apresentava também problemas comportamentais. Informações sobre recursos e adversidades do ambiente familiar foram obtidas através de entrevistas com as mães e da aplicação da Escala de Eventos Adversos (EEA) e do Inventário de Recursos do Ambiente Familiar (RAF). Os resultados indicaram que o grupo de crianças com problemas de comportamento apresentou menos recursos e maior adversidade ambiental, incluindo problemas nas relações familiares, falhas parentais quanto à supervisão, monitoramento e suporte, menor investimento dos pais no desenvolvimento infantil, além de práticas punitivas

e modelos adultos agressivos. No grupo de crianças sem problemas de comportamento, ao contrário, observou-se um ambiente familiar mais apoiador. As interações familiares envolviam mais oportunidades de convivência entre a criança e os pais, além de suporte para enfrentamento de dificuldades cotidianas (FERREIRA; MARTURANO, 2002).

Ainda é comum os pais educarem os filhos e prepará-los para a vida, utilizando a força física como medida disciplinar, considerada padrão de comunicação, aceito culturalmente, e parte integrante dos costumes pedagógico-disciplinares, transmitidos entre as famílias de geração a geração. O limite entre disciplina e violência é definido pelos padrões comunitários de tolerância ao uso da força física contra crianças e adolescentes (DAVOLI et al., 1994).

No Brasil, sobretudo nos últimos anos, não se pode falar em crianças e adolescentes sem que venha à tona o tema da violência, o que indica serem estes os dois grupos mais expostos e vulneráveis a sofrerem violações de direitos, afetando direta e indiretamente sua saúde física, mental e emocional. É na fase da adolescência que essa questão da violência se torna crucial, pois, nesta etapa da vida, os adolescentes aparecem tanto como agressores, quanto como vítimas (BRASIL, 2004).

Em pesquisa realizada recentemente pelo Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro (DESLANDES; MENDES; PINTO, 2015), o estudo apresentou o processo de construção do Índice de Enfrentamento de Violência Intrafamiliar (IEVI), cujo objetivo é avaliar estratégias da gestão municipal em face dessa violação de direitos infanto-juvenis. O IEVI constitui uma ferramenta para monitorar e mobilizar esforços para a implantação de ações de enfrentamento da violência intrafamiliar.

Como fato produzido histórica e socialmente, a violência intrafamiliar é universal, não circunscrita a países subdesenvolvidos e nem ligada exclusivamente às condições socioeconômicas, embora fatores ligados às privações financeiras e à falta de perspectivas sejam fontes de estresse e podem levar ao aumento da incidência deste tipo de violência (PANÚNCIO-PINTO, 2006). Portanto, surge a necessidade de pesquisas com o objetivo final de intervenção que forneçam às crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, modelos de conduta adequados ao desenvolvimento afetivo, intelectual e moral.

Por conta do nosso objeto de pesquisa, procuramos apreciar estudos na área da violência escolar para se compreender o campo. Como havia poucas publicações no universo da assistência social, foi preciso relacionar ao universo educacional, o que foi muito útil para tentarmos desvendar a questão da violência em um espaço institucional.

A escola, por sua vez, é um contexto multicultural e diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, onde pessoas com características diferenciadas estabelecem interações contínuas e complexas, constroem laços afetivos e se preparam para se inserir na sociedade. É, portanto, uma instituição fundamental não apenas para a transmissão do conhecimento socialmente elaborado, mas também para a preparação dos alunos para a vida, contribuindo para o seu desenvolvimento e propiciando recursos para a evolução intelectual, social e cultural do homem (DESSEN; POLONIA, 2007).

Por ser um problema da sociedade como um todo, a violência repercute no meio escolar, de várias maneiras e por várias razões. Dentre tais razões, é possível lembrar que, a instituição escolar traduz em si mesma, em maior ou menor grau, os processos e mecanismos históricos de exclusão social das crianças e dos adolescentes das classes populares. Não é de se admirar então que a instituição estranhe esses alunos, que em algumas escolas são maioria absoluta, e que esses alunos também estranhem a instituição, abrindo-se assim no interior da escola o caminho para ações predatórias internas e para a emergência de formas com características abertas ou veladamente violentas (PINO, 2007).

Foi com a pesquisa de campo que se iniciou a fase reflexiva da antropologia, na qual, ao transformar o exótico em familiar, o pesquisador acabou por transformar o familiar em exótico (VELHO, 1978).

Propusemos pensar o modo de atuação dos profissionais da assistência social como fenômeno histórico diante da violência, e a violência simbólica sofrida e praticada pelos adolescentes e profissionais da Assistência Social, que são agentes sociais que são frutos de determinadas circunstâncias econômicas e políticas, e que mostrasse como esses indivíduos agem em sociedade.

Estudamos sobre a violência simbólica presente nas escolas. Trata-se de um fenômeno histórico e atual, como podemos observar nas referências dos autores como Pierre Bourdieu, Bernard Charlot, Miriam Abramovay dentre outros, que contribuem para o melhor entendimento desta violência que devido à problematização do aumento da mesma e suas consequências para toda a sociedade, vem sendo discutida e adquirindo grande importância para pesquisadores de diversas áreas.

Na perspectiva Bourdieusiana, a violência simbólica se expressa com a interiorização da cultura dominante e há uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares. As posições mais elevadas e prestigiadas dentro do sistema de ensino tendem a ser ocupadas pelos indivíduos pertencentes a classes dominantes.

Na década de 1990, na Europa, Charlot em seu estudo sobre a abordagem da violência na escola por sociólogos franceses ensejou a multi-diversificação do fenômeno da violência e, além disso, a importância de preliminarmente distingui-lo perante as diversificações existentes:

A violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro lugar.

A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência *da* escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios adolescentes suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas...) (CHARLOT, 2002, p. 434 e 435).

A violência simbólica parte do princípio de que a cultura simbólica ou sistema simbólico é arbitrário, uma vez que não assenta numa realidade dada como natural, o sistema simbólico de uma determinada cultura é uma concessão social, e sua manutenção é fundamental para a perpetuação de uma determinada sociedade, através de interiorização da cultura por todos os membros da mesma.

Para Oliveira e Martins (2007):

A violência que se configura dentro do espaço escolar, manifestada através do comportamento dos alunos, lança professores diante da confusão da possibilidade de um ensino libertador (caso seja esta a sua proposta) e de uma realidade insuportável, na qual os educadores recorrem a expedientes autoritários e até mesmo violentadores, a fim de manter a “ordem geral”. São estabelecidas regras, controles, punições e dominações para disciplinar os alunos em estados de rebeldia (OLIVEIRA E MARTINS, 2007, p. 95).

Abramovay (2002) acrescenta ainda que são manifestações de violência simbólica: abuso do poder, baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade; verbal; e institucional como a marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder.

A realidade educacional dentro de uma sociedade capitalista, esporadicamente, cumpre sua função como reprodutora de desigualdades sociais e culturais. Como parte do cotidiano escolar, a violência se torna fruto dessas desigualdades, quer seja através da imposição de regras coletivas ou pela repetição dos modelos que os alunos vivenciam no ambiente familiar.

A interface dos conceitos de Família, Adolescência, Violências (intrafamiliar, escolar) com a Vulnerabilidade tem sido bastante empregada nos últimos anos, expressando distintas perspectivas de interpretação. Wisner (1998 apud SÀNCHEZ; BERTOLOZZI, 2007). O autor aponta que a vulnerabilidade e a capacidade são lados de um mesmo processo, pois a primeira está intimamente relacionada à capacidade de luta e de recuperação que o indivíduo pode apresentar. Argumenta, ainda, que o nível socioeconômico, a ocupação e a nacionalidade também se relacionam a esse processo, pois repercutem sobre o acesso à informação, aos serviços e à disponibilidade de recursos para a recuperação, os quais, por sua vez, potencializam ou diminuem a vulnerabilidade.

Na pesquisa de Delor e Hubert (2000) os resultados da investigação são analisados sob três dimensões: trajetória social, interação e contexto social. A trajetória social refere-se às diferentes etapas que as pessoas atravessam no curso da vida, assim como as condutas assumidas nesse curso. A dimensão relativa à interação refere-se à relação entre os indivíduos e o contexto social e incorpora os fatores econômicos, políticos e culturais, numa dada sociedade, assim como as várias maneiras de atuação e de relação entre os indivíduos. Esses níveis podem ser analisados a partir de dois ângulos, objetiva e subjetivamente (o que os autores denominam como dimensão sócio simbólica). A análise final que se apresenta propõe a construção de processos de identidade e de vulnerabilidade dos indivíduos estudados.

Outros autores também têm feito uso do conceito de vulnerabilidade para a explicação de certos processos, como Palma e Mattos (2001), que definem o conceito de vulnerabilidade social, relacionando-o a processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação. É necessário destacar que essa abordagem é muito similar à proposta conceitual de Ayres et al. (1999), pois envolve aspectos que dizem respeito à dimensão estrutural, quando os autores se reportam aos processos de exclusão social, e relativos às dimensões particular e singular, quando fazem menção à capacidade de reação dos indivíduos/grupos sociais, para o enfrentamento da doença.

A vulnerabilidade é entendida como o conjunto de fatores de natureza biológica, epidemiológica, social e cultural, sua interação amplia ou reduz o risco ou a proteção de uma pessoa por ocasião de uma determinada doença, risco ou dano e substitui o conceito clássico de fatores de risco (VILELA; DORETO, 2006).

O conceito de vulnerabilidade, novo, em processo de construção, supera o caráter individualizante e probabilístico do clássico conceito de “risco”, ao apontar a vulnerabilidade como um conjunto de aspectos que vão além do individual, abrangendo aspectos coletivos, contextuais, que levam à suscetibilidade a doenças ou agravos. Esse conceito também leva em conta aspectos que dizem respeito à disponibilidade ou a carência de recursos destinados à proteção das pessoas.

Na referente pesquisa adotamos o conceito de Vulnerabilidade Social de Jesus (2011). A noção de vulnerabilidade segundo o autor e colaboradores procura particularizar as diferentes situações dos indivíduos em três planos analíticos, ou seja, a vulnerabilidade individual, social e programática. A vulnerabilidade individual está relacionada aos aspectos que dependem diretamente das ações individuais, configurando o comportamento e as atitudes do indivíduo, a partir de um determinado grau de consciência que ele manifesta. Por seu turno, a vulnerabilidade social é caracterizada pelo contexto econômico, político e social, que dizem respeito à estrutura disponível de acesso a informações, financiamentos, serviços, bens culturais, liberdade de expressão, entre outros, e a vulnerabilidade programática se refere às ações comandadas pelo poder público, iniciativa privada e agências da sociedade civil, que visam ao enfrentamento das situações que causam vulnerabilidade, proposição de ações e destinação de recursos com esta finalidade. (JESUS, et al., 2011)

3.5. Políticas Públicas da Assistência Social

Desde os primórdios da profissão, o trabalho desenvolvido pelos assistentes sociais é direcionado majoritariamente à população que vive em condição de pobreza. Excluída do processo produtivo, da produção de bens e serviços, essa população procura no assistente social o profissional que poderá ampará-la, orientá-la para que possa superar suas necessidades sociais. Atua nas mais diversas políticas públicas, sendo reconhecido como um dos protagonistas na produção do conhecimento sobre: proteção social; contradições inerentes ao modo de produção capitalista; implicações das desigualdades nas condições objetivas de vida da população, entre outros temas essenciais para interpretar a realidade social (TORRES, et al., 2015).

A Política de Assistência Social é concebida como Política Pública no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, compondo, com a Política de Saúde e a Previdência Social, a Seguridade Social brasileira.

A Política de Assistência Social, de caráter não contributivo e direcionada para quem dela necessitar, tem, na Política Nacional da Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS) em 2004, e no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em implantação no Brasil desde 2005, os dois instrumentos políticos e normativos mais recentes. A Política de Assistência Social é de responsabilidade da Secretaria do Estado e Desenvolvimento Social – Sedes, que tem por missão institucional promover a assistência e o desenvolvimento social, garantindo aos cidadãos, especialmente aos grupos da população em situação de vulnerabilidade social, direito e acesso à assistência social e à segurança (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2013).

A Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993) inovou ao apresentar novo desenho institucional para a assistência social, ao afirmar seu caráter de direito não contributivo, (portanto, não vinculado a qualquer tipo de contribuição prévia), ao apontar a necessária integração entre o econômico e o social, a centralidade do Estado na universalização e garantia de direitos e de acessos a serviços sociais e com a participação da população (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2013).

É na PNA/2004 que torna as diretrizes claras para efetivação da Assistência Social, como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, apoiada em um modelo de gestão compartilhada pautada no pacto federativo, no qual são detalhadas as atribuições e competências dos três níveis de governo na provisão de atenções socioassistenciais, em consonância com o preconizado na Loas e nas Normas Operacionais (NOBs) editadas a partir de indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada (Comissões Inter gestores Tripartite e Bipartites) (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2013).

A PNAS apresenta como objetivos:

- Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem;
- Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural;
- Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (MDS/PNAS, 2004, p.27).

A intersectorialidade deve expressar a articulação entre as políticas públicas, por meio de desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à proteção social básica ou especial e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Supõe a implementação de serviços e programas integrados e a superação da fragmentação da atenção

pública às necessidades sociais da população. Deve ser princípio orientador da construção das redes municipais (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2013).

Outro aspecto que precisa ser ressaltado é a territorialidade, que implica no tratamento da cidade e de seus territórios como base de organização do sistema de proteção social básica ou especial, próximo ao cidadão;

A PNAS e SUAS ampliam os usuários da política, na perspectiva de superar a fragmentação contida na abordagem por segmentos (como o idoso, o adolescente, a população em situação de rua, entre outros), e de trabalhar com:

cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violências advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p.27).

A respeito da Política de Proteção Social, no âmbito da Assistência Social, verificamos um novo significado:

O novo aporte ao sentido da proteção social fez que ela transitasse do campo individual para o social, a partir do entendimento de que sentir-se seguro e ter a certeza da proteção social – diz respeito a todos. Seu significado de avanço civilizatório ultrapassa a materialidade dos benefícios financeiros e produz o acesso a cuidados e serviços sociais como direitos.

A proteção social ultrapassa a alternativa monetária, isto é, “ter recursos para adquirir proteção”, e desloca-se para o campo da provisão de “necessidades”, por meio de ações, cuidados, atenções e serviços. Esse deslocamento exige a construção de um referencial coletivo sobre o que é estar protegido ou contar com proteção social enquanto conjunto de condições de preservação, e não apenas como ato de concretizar a possibilidade de consumir (SPOSATI, 2012, p.22).

Assim, essa Política de Proteção Social adquire um aspecto inovador:

de situações de desproteção social, cujo impacto é maior entre pessoas ou grupos familiares que apresentam características socialmente desvalorizadas e discriminadas de forma negativa (deficiência, etnia, religião, orientação sexual, situação civil, e etc.) agravadas por condições precárias de vida, pela privação de renda ou de acesso aos serviços públicos (BRASIL, 2013, p.9).

O SCFV deve promover: “o desenvolvimento de vivências e experiências com crianças, adolescentes e suas famílias que possibilite a constituição de identidade social e cultural distinta daquela firmada historicamente pela sociedade, nos espaços próprios de exclusão” (BRASIL, 2010d, p.79).

Considerando a contextualização acerca da consolidação dos serviços socioassistenciais embasados nos princípios da PNAS/2004, bem como o recente processo de configuração dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sobretudo a partir de 2009, com a Tipificação Nacional de serviços Socioassistenciais, surgem algumas reflexões.

Percebe-se uma falsa supervalorização da assistência no contexto atual, da proteção social neoliberal. Isto se deve à crescente utilização dessa política de forma desvirtuada, como um “alívio da pobreza”. Portanto o mau uso da política da assistência social só servirá para tornar as pessoas excluídas ainda mais à margem da sociedade (PEREIRA, 2013).

Como em todo processo dialético, no decorrer do contexto histórico de nosso país, houve também retrocessos em relação à PNAS, o que podemos chamar de mero assistencialismo social (PEREIRA, 2013).

Pereira (2013, p.7-8) aponta as seguintes dificuldades da Política da Assistência Social, dentre várias existentes no livro em que é colaboradora:

- a) a assimetria prevalecente entre os avanços institucionais e regulatórios, conquistados nessa arena política, e a efetiva materialização destes. É o que se pode depreender da lentidão do processo de regulamentação e institucionalização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e de seu Sistema Único (SUAS) – articulador de serviços, benefícios, programas e projetos -, bem como das Normas Operacionais Básicas (NOBs) que devem orientá-lo.
- b) a incompatibilidade dos avanços sociais constitucionais com os ajustes estruturais da economia neoclássica que, sob a batuta do ideário neoliberal hegemônico, tornaram e tornam esses avanços anacrônicos. (PEREIRA, 2013, p.7)
- c) os contras, ao lado dos prós, da ênfase conferida aos conceitos de *intersetorialidade* e *territorialidade* constante na fundamentação teórica subjacente ao texto normativo do SUAS, e da centralidade da família como a instituição social por excelência de atenção e de aposta do Sistema numa possível relação de parceria com esta;
- d) as limitações, contradições e possíveis efeitos não desejados, ou viciosos, advindos da crescente ampliação do número de usuários dos benefícios da assistência social e da ampliação de suas diretrizes e estratégias de gestão num contexto geográfico e cultural diverso e desigual. Neste último caso, são levantadas questões referentes à redefinição real do perfil do usuário do SUAS, devido o aumento do desemprego e da redução das proteções sociais associadas ao trabalho formal, e à ausência de categorias teóricas importantes no conteúdo normativo da política, como a de “classe social”, a qual deveria embasar a identificação da gênese e da natureza das necessidades vivenciadas pelo público alvo da assistência no Brasil (PEREIRA, 2013, p.8).

Portanto, para dar conta dessa realidade por vezes, contraditória, o nosso referencial teórico foi utilizar as representações sociais na perspectiva antropológica sócio cultural de Bourdieu, norteando-nos através de conceitos como *habitus*, capital cultural, capital social e econômico. Abarcando os temas da Família, Adolescência, Violência, Violência Intrafamiliar, Violência Escolar, Vulnerabilidade Social e a interface com as Políticas Públicas da Assistência Social.

4. Pressupostos

As representações socialmente construídas dos adolescentes envolvidos em atos violentos ou que sofreram violência pressupõe que os mesmos cometem essas ações sem terem plena consciência devido ao fato deste comportamento estar banalizado. O comportamento agressivo é inerente ao cotidiano do adolescente na atualidade e se propaga também no contexto do SCFV. Estimamos que os profissionais da Assistência Social, da Política de Proteção Social estejam despreparados para agir de acordo com a proposta da Política Nacional da Assistência Social (PNAS). Apesar da PNAS orientar e regulamentar as práticas em relação à atenção a esse público, ou seja, os adolescentes considerados vulneráveis, a sua implementação é ineficiente por falta de treinamento de recursos humanos, falta de recursos financeiros e de gerenciamento.

5. Percurso Metodológico

5.1. Caracterização do estudo

Devido à natureza da questão de pesquisa e dos objetivos traçados, o delineamento da investigação ocorreu por meio de uma abordagem qualitativa, tratando-se de estudo estratégico permitindo compreender a realidade e inseri-la nos objetivos propostos. Para Minayo (2010), a pesquisa estratégica se baseia nas teorias das ciências sociais focando nos problemas concretos que emergem na sociedade, mesmo não competindo ao pesquisador apontar soluções para os problemas. Assim, esse tipo de pesquisa desperta um olhar voltado para o real, objetivando a ação governamental ou da sociedade, propiciada para as problemáticas relacionadas ao setor da saúde.

A pesquisa qualitativa é capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. Acredita-se na relação estreita entre o objeto e o sujeito, propiciando a emersão de significados, crenças e valores da realidade em foco (MINAYO, 2010).

5.2. Campo de pesquisa

O campo de estudo que se delineou foi o município de Ribeirão Preto, com 604.682 habitantes (IBGE, 2010) com população estimada em 2015 de 666.323 habitantes (IBGE, 2015). Segundo o Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011) o município se encontra entre os maiores do Estado de São Paulo e do Brasil, com área territorial de 650.916 km². A cidade ganha destaque não apenas pelo tamanho, mas também por ser o centro de referência econômico de uma das regiões mais desenvolvidas do país, o Nordeste Paulista, com um Produto Interno Bruto - PIB - de R\$ 2.460.198 (IBGE, 2012) e renda per capita (em salários mínimos) de 3,57 (IBGE, 2010). Para se ter uma ideia de comparação, Piracicaba, também uma cidade do interior paulista, porém com metade dos habitantes, 364.571, em comparação com a cidade de Ribeirão Preto, possui PIB de R\$ 1.962.724 (IBGE, 2012) e índice de pobreza de 15,24%.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Ribeirão Preto é de 0,8 e Índice de Pobreza é de 11,75% (IBGE, Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF 2002/2003).

O local da pesquisa foi um SCFV, na região oeste da cidade de Ribeirão Preto, estado de São Paulo. A área geográfica do distrito Oeste abrange subsetores das regiões Oeste e

Noroeste do município. De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, no ano de 2010, o distrito Oeste apresentou uma população estimada em 141.998 habitantes (RIBEIRÃO PRETO, 2011).

O SCFV pesquisado é um dos vários existentes neste município. O trabalho é desenvolvido pela Secretaria da Assistência Social através de 14 equipamentos localizados em áreas periféricas, facilitando o acesso e frequência dos adolescentes às atividades de orientação social e grupal. O SCFV em específico existe desde 1992, tendo surgido da necessidade do poder público municipal em criar um programa de atendimento à criança e ao adolescente em vulnerabilidade social.

O SCFV estudado é um serviço público governamental, pertence à Secretaria Municipal da Assistência Social, em conformidade com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, a Política Nacional de Assistência Social – PNAS e a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.724/93) (RIBEIRÃO PRETO, 2011). O Sistema Único de Assistência Social é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços sócio assistenciais no Brasil. Foi instituído em 2005 em consonância com a LOAS com um modelo de gestão participativa. Ele articula os esforços e recursos dos três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal (RIBEIRÃO PRETO, 2011).

O Plano Municipal da Assistência Social também é responsável por elaborar, organizar e gerir a rede municipal de inclusão e proteção social, composta de serviços de cunho governamental e não governamental; planejar, gerenciar e executar programas, projetos e serviços de Proteção Social Básica, que tem como objetivo promover o desenvolvimento de potencialidade, aquisições e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; articular-se com as políticas no âmbito dos demais órgãos da Prefeitura Municipal, com o objetivo de integração das ações com vistas à inclusão dos destinatários da política de assistência social (RIBEIRÃO PRETO, 2011).

A implantação da Política Nacional de Assistência Social formulada em 2004, PNAS – Resolução nº 145 do Conselho Nacional da Assistência Social, foi planejada para consubstanciar o Sistema Único de Assistência Social. Desde a aprovação da LOAS (1993), a assistência social não experimentava um nível tão intenso de mobilização de gestores públicos e privados, trabalhadores, segmentos organizados da sociedade civil, organizações sociais, entidades de assistência social a partir desse momento histórico (RAICHELIS et. al., 2006).

A Política Pública da Assistência Social, foi fruto de um longo processo de conquistas e acúmulo crítico, particularmente a partir da Constituição Federal de 1988, exigia dos gestores e dos trabalhadores da área um esforço ampliado no sentido de compreender o significado daquele momento de mudanças. Mudanças estas, que estão ocorrendo ainda hoje, mesmo tendo se passado dez anos após a aprovação da organização do SUAS no Brasil em 2005 (RAICHELIS et. al., 2006).

Uma das grandes inovações do SUAS, foi a definição de níveis diferenciados de complexidade na organização dos equipamentos públicos de proteção social básica e especial, em que se destacam os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS e os Centros de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS – como unidades de prestação de serviços e de articulação da rede de atenção socioassistencial destinada à população usuária, tendo como eixos estruturantes as necessidades sociais das famílias em seus territórios, considerando-se as particularidades regionais e locais (RAICHELIS et. al., 2006).

Segundo o Relatório consolidado do Bolsa Família, coletado na plataforma DATASUS (2015), de acordo com os dados fornecidos pelo Ministério da Saúde, o percentual de cobertura com base nas famílias totalmente acompanhadas pela Secretaria de Atenção à Saúde, e pelo Departamento de Proteção Básica. No período de vigência de 2011, o município de Ribeirão Preto deveria contemplar 8.987 famílias que se enquadravam nos requisitos para receber o Bolsa Família, mas contemplava apenas 5.117, ou seja, apenas 56,94 % do total esperado.

O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza. O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Em todo o Brasil, mais de 13,9 milhões de famílias são atendidas pelo Bolsa Família. Os objetivos do programa são: combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social (CAIXA, 2015).

A implantação do SUAS e o caráter massivo do Bolsa Família deixaram explícitas duas formas de financiamento federal na assistência social: a) fundo a fundo direcionada aos serviços socioassistenciais; b) valor de transferência em benefício direto ao cidadão (SPOSATI, p. 97, 2006).

Com a proposta do SUAS, se estabeleceu o efetivo campo de serviços socioassistenciais hierarquizados em proteção básica e especial. Este novo modo de entender

o conteúdo da assistência social exigiu nova competência dos membros dos conselhos de assistência social para identificar aquilo que lhe é próprio (SPOSATI, p. 99, 2006).

Quanto à regulação das funções da assistência social, a prioridade era normatizar a proteção social básica e, nela, a operação dos CRAS. Tratava-se de regular a dimensão preventiva, territorializada e de matricialidade sócio familiar no novo modelo assistencial das atenções de assistência social sistematizado pelo Programa Federal de Atenção Integral à Família – PAIF. Tratava-se ainda, da regulação da porta de entrada do SUAS através dos CRAS (SPOSATI, p. 100, 2006). Após dez anos de implantação da proposta do SUAS, verificamos que ainda está em curso o processo de integração entre os programas PAIF e Programa Bolsa Família, através da ação do CRAS.

Para entendermos a população estudada, buscamos compreender o trabalho dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para onde são direcionadas crianças e adolescentes provenientes das famílias avaliadas com alguma vulnerabilidade e é ligado ao Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência Social. (BRASIL, 2010e).

Além disso, cabe ao SCFV completar as ações familiares e da comunidade, estimular a participação do adolescente na vida social e pública para que assim possam compreender melhor a realidade na qual estão inseridos e ao mundo contemporâneo. Além de assegurar que o espaço oferecido seja referência para o convívio com o grupo, assegurando que este seja facilitador para o desenvolvimento das atividades afetivas, solidárias e respeitadas entre os ali presentes.

Portanto o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) constituem importantes pilares dessa rede, e assim têm chances para realizar ações de natureza preventiva e reintegrativa, possibilitando desencadear ações dessa natureza, tendo em vista o tempo considerável que esses adolescentes passam dentro dessas instituições (MIRANDA, 2013).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) foi identificado pelos participantes da pesquisa como “núcleo”. Assim sendo, Brasil (2009), define que essa instituição tem como objetivo:

“A constituição de espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes, a partir dos interesses, demandas e potencialidades dessa faixa etária.” (p.9).

Para seu bom funcionamento, é importante que o SCFV possua instalações adequadas, assim, seguindo as provisões do mesmo autor, é necessário que haja:

“Sala(s) de atendimento individualizado, sala(s) de atividades coletivas e comunitárias e instalações sanitárias, com adequada iluminação, ventilação, conservação, privacidade, salubridade, limpeza e acessibilidade em todos seus ambientes de acordo com as normas da ABNT.” (p.12).

O SCFV, seguindo as recomendações, conta com três salas para atividades coletivas e comunitárias, quatro banheiros, sendo um feminino e um masculino para as crianças e adolescentes e outro (masculino e feminino) para os funcionários, duas salas administrativas, um grande salão central para refeições e atividades comunitárias, uma cozinha, almoxarifado, dispensa de alimentos, área de serviço e uma área externa, sendo, portanto, uma construção horizontal, que foi construída para esse fim.

O prédio possui adaptações para cadeirantes, como rampas de acesso para as dependências da unidade, possui duas portas de entrada e um portão voltado para a mesma frente. No entanto, nos banheiros não existem barras de apoio nem sanitários adaptados para cadeirantes, mas as portas tem abertura para frente, o que é um elemento facilitador para os usuários de cadeira de rodas. A única escada presente no espaço físico da instituição dá acesso a um palco localizado no salão principal, sendo que possui faixas antiderrapantes, apesar de não ter corrimão, possuindo também uma rampa de acesso.

Observamos que as salas para atividades coletivas e individualizadas contam com armários de armazenamento e mobiliário apropriado para as faixas etárias das crianças e adolescentes que as utilizam. Além de boa iluminação e ventilação, sendo elas tanto naturais quanto artificiais.

A cozinha conta com eletrodomésticos industriais e bancada de trabalho. Boa iluminação e ventilação. Tal como os espaços da área de serviço e da dispensa.

O salão comum possui um palco que funciona para as apresentações, aulas e atividades recreativas. O ambiente também funciona como refeitório, possuindo mesas e cadeiras para realização das refeições. O espaço é amplo e possui muitas janelas que proporcionam bastante iluminação natural, além de ventiladores e lâmpadas fluorescentes, colaborando para a melhora do ambiente. É neste ambiente que existem os bebedouros e torneiras comuns.

Os banheiros destinados às crianças e adolescentes possuem três cabines e três pias com espelho, além de um mictório no banheiro masculino. Enquanto que os sanitários para funcionários tem uma cabine, cada, com vaso sanitário, chuveiro e pia. As salas administrativas possuem armários, escrivaninhas com computadores e impressora multifuncional.

Por último, tendo em vista as necessidades do público alvo, segue abaixo a definição dos cargos que devem compor a equipe técnica de um SCFV, Brasil (2010e):

» Técnico de Referência – profissional de nível superior do CRAS ao qual o SCFV esteja referenciado;

» Orientador Social – função que para ser exercida, o nível escolar mínimo exigido é nível médio, com atuação constante junto ao(s) usuários do serviço e a equipe de funcionários. É o profissional responsável pela criação de um ambiente de convivência participativo e democrático;

» Facilitadores de Oficinas – função exercida por profissional com formação mínima em nível médio ou ensino médio incompleto, responsável pela realização de oficinas de convívio por meio de esporte, lazer, arte e cultura. ”(p.62)

Para tanto, a referida unidade pesquisada conta com duas facilitadoras ou como todos as chamam, educadoras sociais; uma orientadora social, uma faxineira e um cozinheiro. Neste contexto, é importante ressaltar que o técnico de referência, a assistente social, responde a unidade do CRAS referenciado.

5.3. Participantes da Pesquisa

Nesta pesquisa, foram escolhidos oito participantes, todos adolescentes de ambos os sexos, na faixa etária de dez a quatorze anos de idade. Os limites cronológicos da adolescência são definidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS, 1989) entre 10 e 19 anos. Como o SCFV atende adolescentes até os 17 anos, essa foi a idade limite estabelecida pela pesquisa, porém, os que foram entrevistados possuíam idade entre dez e quatorze anos. Tratava-se de adolescentes que se encontravam com seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, exploração sexual, sexualidade precoce e desprotegida ou que se encontravam em situação de risco biopsicossocial: dificuldade de acesso à escola e aos serviços de saúde; uso e abuso de drogas; más condições de moradia; pobreza; comprometimento da estrutura familiar; inserção precoce no mercado de trabalho e sua exploração; exclusão social e barreira cultural; sofrimento e adoecimento psíquico; sentimentos conflituosos e instabilidade emocional decorrentes da fase de desenvolvimento.

Em 2014, aproximadamente cinquenta adolescentes na faixa etária de dez a quatorze anos frequentavam as atividades programadas pela instituição distribuídos entre o período da manhã e da tarde. Desses, oito se constituíram participantes deste estudo por atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos. Além das quatro funcionárias, sendo três educadoras sociais e uma assistente social que trabalhavam no local. Os demais funcionários (cozinheiro

e faxineira) não foram considerados para a entrevista pelo fato de não lidarem diretamente com os adolescentes usuários do serviço.

Foram considerados como critérios de inclusão para a participação na pesquisa os adolescentes: (i) que estivessem incluídos no SCVF (ii) considerados apenas os participantes, que os responsáveis autorizaram a participar do estudo através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (iii) tivessem sofrido atos violentos praticados pela família e/ou entre os pares; (iv) com faixa etária de dez a dezessete anos. Em relação aos profissionais foi considerado: (v) estarem inseridos no SCVF no mínimo há seis meses; estarem diretamente envolvidos na assistência aos adolescentes (vi) foram considerados apenas os que consentiram participar do estudo através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; (vii) consideramos tais participantes em número suficiente para que se tivesse reincidência e saturação das informações; (viii) consideramos a possibilidade de inclusões sucessivas de participantes até que fosse possível uma discussão densa das questões da pesquisa (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é “quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?” A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (MINAYO, 2000, p. 43).

5.4. Procedimentos para a construção de dados

Primeiramente, justificamos a utilização do termo “construção dos dados” em vez de “coleta de dados”, por considerarmos que os dados se constroem na interação com os participantes do estudo e não estão prontos, acabados, à espera da simples coleta do pesquisador (ESTEVES, p.41, 2015).

Neste estudo utilizamos como instrumento para a construção dos dados, entrevistas semiestruturadas e observação livre (CONTANDRIOPOULOS et al., 1997).

O momento em que ocorreram as entrevistas que fizeram parte da construção de dados foi entre os meses de julho a agosto de 2014, com agendamento prévio, nas dependências da instituição, em uma sala, de forma a garantir a privacidade do entrevistado. No período diurno, em horários que não comprometessem as atividades dos participantes. Cada entrevista durou em torno de cinco a vinte minutos com os adolescentes e em média de trinta a sessenta minutos com as funcionárias do SCVF. Durante esse tempo de duração, alguns adolescentes

detalharam as respostas, enquanto outros responderam as questões de maneira bastante direta e sucinta. As funcionárias utilizaram um tempo maior para respondê-las.

As questões norteadoras permitiram a comparabilidade de respostas, além de reduzir a interferência da entrevistadora e facilitar a organização e análise dos dados. As questões contidas no roteiro foram previamente elaboradas, enquanto que outras foram desenvolvidas ao longo da entrevista, de acordo com a necessidade. Para os adolescentes foi questionado (Anexo B):

- 1) O que você pensa sobre a violência?
- 2) Já sofreu violência dentro de casa (pela sua família) ou no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (pelos seus colegas)?
- 3) Como resolve esses conflitos? A quem pede ajuda?
- 4) Como é para você pertencer ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?
- 5) Como frequentar esse espaço tem lhe ajudado?
- 6) O que você acha que está faltando no atendimento que recebe no SCFV?

Questionamentos para as funcionárias (Anexo A):

- 1) Descreva os critérios que são utilizados para considerar vulneráveis as crianças e adolescentes assim como suas famílias, que são atendidos pelo SCFV.
- 2) Há quanto tempo você trabalha no SCFV?
- 3) Qual a sua formação profissional?
- 4) Quais são as condições dominantes para a determinação da violência?
- 5) Conte-me como é o trabalho diário junto a estes adolescentes e suas famílias.
- 6) Existe alguma orientação ou protocolo estabelecido como referência para que os funcionários conduzam suas ações junto aos adolescentes e suas famílias?
- 7) Como o SCFV tem trabalhado junto aos adolescentes na negociação de conflitos entre eles e deles com os funcionários?

A experiência vivenciada na entrevista, ou seja, a receptividade por parte dos adolescentes e das funcionárias, o interesse deles em contribuir com a pesquisa, a atenção recebida, facilitaram o diálogo e contribuíram para que seu desenvolvimento ocorresse de forma tranquila.

Tentamos durante essa construção, levar em conta o contexto, compreendido como o contexto sócio histórico dos adolescentes e funcionárias do campo estudado. Entendemos como categorias empíricas, aquelas que são criadas a partir do material de campo, contendo e expressando representações típicas dos grupos em questão (MINAYO, 2006, p.355). Assim, de posse dos dados coletados no campo, retornamos para o conteúdo teórico produzido nas

fases anteriores da pesquisa, buscando nova aproximação com o objeto, objetivos e pressupostos.

Foi utilizada a observação livre (CONTANDRIOPOULOS et al., 1997), para se ter prévio conhecimento da temática a ser pesquisada, na medida em que facilita a obtenção da informação. A nossa inserção no campo ocorreu de novembro de 2013 a novembro de 2014. Coordenamos grupos na instituição de acordo com as temáticas sugeridas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e combate à fome e da Resolução CNAS nº 109/2009, que tratava da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Esse reordenamento do serviço orientava as atividades dirigidas às crianças e adolescentes atendidos pelo SCFV da Assistência Social, e isto foi um importante facilitador para a compreensão da temática da violência presente na vida desses adolescentes e também dos funcionários.

Como estávamos no campo de estudo, ocorreu a aproximação do conhecimento da dinâmica espontânea, o que possibilitou aprofundarmos a compreensão do fenômeno a ser investigado. A pesquisadora estava presente na instituição uma vez por semana, no período da manhã e da tarde, coordenava dois grupos com os adolescentes na faixa etária dos 10 aos 14 anos de idade com duração de uma hora e trinta minutos cada.

Os eixos que nortearam a organização do SCFV (SUAS, 2009) e nos quais a pesquisadora se baseou para elaborar as atividades juntamente com os adolescentes foram:

“Convivência social”: as ações e atividades inspiradas nesse eixo devem estimular o convívio social e familiar, aspectos relacionados aos sentimentos de pertença, à formação da identidade, à construção de processos de sociabilidade, aos laços sociais, às relações de cidadania, etc.

“Direito de ser”: direito a aprender a experimentar, a brincar, adolecer, direito à comunicação, direito a ser diverso, direito de pertencer.

“Participação como cidadão”: tem como foco estimular a participação dos usuários nas diversas esferas da vida pública, tais como: família, comunidade e escola. Entre as atividades realizadas, a fim de dar exemplos: sessões de cinema como mote para a reflexão e debate dos temas abordados nos encontros; gincanas culturais; brincadeiras tradicionais; dinâmicas de grupos; jogos estruturados (como jogos de tabuleiro); oficinas de arte com materiais reciclados; oficinas de pintura e escultura; oficinas de educação ambiental; oficinas de orientação vocacional; oficinas de produção de texto e leitura; entre outras.

Temas transversais desenvolvidos: cultura, cultura da paz, violações de direitos, trabalho infantil, violências contra crianças e adolescentes; igualdade de gêneros; identidade

de gênero e diversidade sexual; diversidade étnico-racial; uso e abuso de álcool e outras drogas, sexualidade e métodos contraceptivos.

Em relação à observação livre (CONTANDRIOPOULOS et al., 1997), observamos tanto o ambiente físico (estrutura física do SCFV) quanto o ambiente relacional (interações adolescentes-família-funcionários).

5.5. Aspectos Éticos

Para preservar a identidade de todos os participantes da pesquisa, tanto os adolescentes, quanto as funcionárias, identificamo-los com nomes fictícios, bem como foram seguidos todos os procedimentos apontados por Zago (2003, p. 303):

Desde o momento inicial é fundamental esclarecer os objetivos da pesquisa, o destino das informações, o anonimato de pessoas e lugares, além do horário do encontro e tempo provável de duração. Esses esclarecimentos e compromissos fazem parte do acordo inicial entre pesquisador e pesquisado, que é preciso respeitar. Também não são sem importância a apresentação pessoal do pesquisador e a maneira como desenvolve a entrevista, isto é, a dinâmica de sua condução.

A adoção de tais procedimentos no decorrer da pesquisa auxiliou na preservação da identidade dos participantes, bem como na preparação do ambiente da entrevista. Realizamos a pesquisa nas dependências do SCFV, no período diurno.

Registramos os depoimentos e relatos das entrevistas em áudio digital, sendo que o equipamento de gravação esteve sempre visível ao entrevistado que estava previamente informado do processo de registro. Conforme aponta Zago (2003, p. 299), a gravação possibilita maior liberdade ao pesquisador, favorecendo a relação de interlocução, bem como a análise do material coletado.

A proposta do referido estudo foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo (EERP-USP), protocolo nº 625.184/2014 (Apêndice D). A autorização da chefia da Secretaria da Assistência Social foi garantida (Apêndice E) e atendemos os princípios éticos com seres humanos durante todo o trabalho de acordo com as especificações. Elaboramos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os funcionários (Apêndice C) e pais e/ou responsáveis (Apêndice B), Termo de Assentimento Informado para os adolescentes (Apêndice A). Cumprindo todas as exigências contidas na resolução nº 466/2012 que trata de pesquisa e testes em seres humanos, que foi publicada dia 13 de junho de 2013 no Diário Oficial da União.

Para se dar início à coleta, apresentamos o termo de consentimento livre e esclarecido, informando os objetivos do estudo. Além disso, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizessem necessários aos adolescentes, familiares e funcionários. Esse material proveniente das entrevistas, foi salvo em pen drive, encontra-se em local seguro e ficará em poder da pesquisadora por um período mínimo de cinco anos.

5.6. Análise dos dados

Compreende-se que esta etapa requer um suporte teórico que proporcione maior segurança para o pesquisador. Para a análise dos dados, adotamos o método de interpretação dos sentidos, conforme Gomes (2007), por meio da aproximação ao diálogo entre a concepção hermenêutica e dialética, tendo como foco o fenômeno cultural.

O Método de Interpretação dos Sentidos surgiu por meio de autores da antropologia. Esse método proposto se apresenta em quatro polos: epistemológico, teórico, morfológico e técnico. Assim, as práticas metodológicas, nesse paradigma da ciência qualitativa, se dão na relação dialética contínua entre esses elementos. Apoiamo-nos na antropologia de Geertz (2008), onde a ciência, nessa concepção, seria uma ação social provida de sentido, não um precipitado social opaco. Isto é, a ciência trabalharia com as formas sociais simbólicas, apresentando, em si, uma forte influência da cultura na qual ela é desenvolvida.

A cultura para Geertz (2008) tem seu conceito associado à semiótica, e a análise do fenômeno cultural requer a sua compreensão “não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa à procura de significados” (p.4). E que “a análise cultural é uma adivinhação dos significados, uma avaliação das conjecturas, um traçar de conclusões explanatórias a partir das melhores conjecturas” (p.14).

Conforme Minayo (2007, p. 328), a hermenêutica é a disciplina básica que se ocupa da arte de compreender textos, utilizada pela autora num sentido amplo, como “biografia, narrativa, entrevistas documento, livro, artigo, dentre outros”.

Gadamer (2006) afirma que a hermenêutica é a arte da compreensão, que lida com o incompreensível e com a compreensão da imprevisibilidade orçamentária da vida mental-espiritual. Para o autor (GADAMER, 2008), o fenômeno da compreensão penetra em todas as referências humanas ao mundo, como também apresenta uma validade própria igualmente no terreno científico (p. 29) e na mesma parte da proposição segundo a qual “compreender

significa, de princípio, entender-se uns aos outros”, reforçando que compreensão de princípio é entendimento (p.248).

Habermas (1987, p. 26) valoriza a linguagem ao considerar que a hermenêutica se refere a uma:

Capacidade que adquirimos à medida que aprendemos a “dominar” uma linguagem natural; à arte de compreender um sentido linguisticamente comunicável e, no caso de comunicações perturbadas, torna-lo inteligível; a compreensão do sentido se orienta para o conteúdo semântico do discurso, mas também para as significações fixadas por escrito ou em sistemas de símbolos não linguísticos (...).

A linguagem também é valorizada por Gadamer (2008), que afirma que “compreender o que alguém diz é pôr-se de acordo na linguagem” (p. 497) e que “a linguagem é o meio em que se realizam o acordo dos interlocutores e o entendimento sobre a coisa em questão”. (p.497). “Todo compreender é interpretar, e todo interpretar se desenvolve no *medium* de uma linguagem que pretende deixar falar o objeto, sendo ao mesmo tempo, a própria linguagem do intérprete” (p.503).

Geertz (2008) aconselha resistir ao subjetivismo e manter a análise de formas simbólicas estreitamente ligadas aos acontecimentos sociais e ocasiões concretas, o mundo público da vida comum, e organizá-la de tal forma que se tornem claras as conexões entre as formulações teóricas e as interpretações descritivas.

Gadamer (2008, p. 479), se refere à dialética como a arte de perguntar, de continuar perguntando, a arte de pensar. Afirma ainda, que a dialética tem esse nome por se constituir na arte de conduzir uma verdadeira conversação e que “o perguntar põe em suspenso o assunto com suas possibilidades”.

Também é preciso considerar o contexto histórico vivido, pois não existe ponto de vista fora da história. A historicidade é abordada por Geertz (2008, p.37), considerando que o conceito de cultura tem seu impacto no conceito de ser humano, pois “tornar-se humano é tornar-se individual, e nós nos tornamos individuais sob a direção dos padrões culturais, sistemas de significados criados historicamente em termos dos quais damos forma, ordem, objetivo e direção às nossas vidas”.

Gadamer (2008, p. 368), explicita sua valorização da história para a compreensão dos textos, ao afirmar que:

Na verdade, não é a história que nos pertence, mas somos nós que pertencemos a ela. Muito antes de nos compreendermos na reflexão sobre o passado, já nos compreendemos naturalmente na família, na sociedade e no Estado em que vivemos. (...) os preconceitos de um indivíduo, muito mais que seus juízos, constituem a realidade histórica de seu ser.

O autor considera ser a consciência histórica uma forma de autoconhecimento e a última pressuposição para o conhecimento do mundo histórico, no qual a identidade de consciência e de objeto representa uma realidade demonstrável, que é a vivência.

Habermas (1987) entende que o método hermenêutico parte da mediação e o método dialético da oposição, e que ambos se constituem em momentos necessários para a produção de racionalidade e desse modo atuam como elementos de uma unidade.

Os adolescentes e funcionárias do SCVF expressaram verbalmente seus conhecimentos a respeito do fenômeno da violência. Colhemos as simbolizações e percepções a partir dos relatos verbais sobre os conhecimentos a respeito do fenômeno e em seguida, foram identificados os sentidos mais amplos socioculturais que representavam esses conhecimentos, constituindo-se assim as categorias empíricas.

De acordo com a proposta do Método de Interpretação de Sentidos, alguns passos foram seguidos durante a realização da pesquisa: 1) busca pela lógica interna dos fatos, ou seja, a semelhança nos discursos dos sujeitos: o sentido da violência e o funcionamento da Política da Assistência Social; 2) posicionar/situar os fatos, o que daquilo estava representado pelo fato histórico daquele dado momento; 3) produzir um relato sobre os fatos no qual seus próprios autores se reconhecessem, que consistia em compreender as representações sociais sobre atos violentos, sofridos ou praticados pelos adolescentes entre seus pares e o olhar das funcionárias sobre a violência e o atendimento prestado no SCFV. Finalmente, para que essa proposta interpretativa fosse alcançada, foi necessária a leitura compreensiva do material selecionado para a pesquisa, a exploração densa desse material e, por último, uma síntese interpretativa de tudo o que foi elaborado no decorrer da pesquisa (GOMES, 2007).

Um conceito fundamental que foi utilizado para a análise do discurso das funcionárias e dos adolescentes foi o de *habitus*, que pode ser definido como:

sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionarem como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem ser o produto de obediência às regras, objetivamente adaptadas ao seu fim, sem supor a atenção consciente dos fins e do domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o

produto da ação organizadora de um regente (BORDIEU. In: ORTIZ, 1994, p. 60-61).

De acordo com Bourdieu apud Muzzeti (1997), as características de um tipo determinado de condições materiais de existência da necessidade econômica e social sobre a família, produzem as estruturas do *habitus* que estão, por sua vez, no princípio da apreciação de experiências futuras.

Em sua concepção, os agentes de uma mesma fração de classe, colocados em condições objetivas semelhantes, passam por um processo de homogeneização do *habitus*, distinguindo-se, a partir daí, dos agentes pertencentes aos demais grupos sociais. Ressalta ainda, que a homogeneidade relativa do *habitus* está no princípio da harmonização objetiva das práticas de todos os agentes pertencentes a uma mesma fração de classe, conferindo-lhes uma regularidade e uma objetividade, ajustando suas ações, independentemente do apelo a normas ou regras explícitas estabelecidas pelo grupo social ou fração de classe, uma vez que as ações, as práticas dos agentes tem por princípio unificador o *habitus* (MUZZETI apud BORDIEU, 1997, p. 22).

Segundo Bourdieu:

(...) considerando o *habitus* como sistema subjetivo, mas não individual das estruturas interiorizadas, esquemas de percepção e ação, que são comuns a todos os membros do mesmo grupo ou da mesma classe e constituem a condição de toda objetivação e de toda percepção, fundamos então a concertação objetiva das práticas e a unicidade da visão do mundo sobre a impessoalidade e a substituíbilidade perfeita das práticas e das visões singulares (BORDIEU, In: ORTIZ, 1994, p. 79-80).

Bourdieu acrescenta ainda, que o *habitus* de um agente singular é uma especificação do *habitus* de seu grupo social ou fração de classe, e o estilo pessoal se apresenta como um desvio, regulado e codificado, em relação ao estilo próprio da fração de classe à qual pertence (MARTINEZ, 2009).

Na concepção de Bourdieu, o *habitus* tem como seu produto não só a prática de seus agentes, mas também o capital cultural e o *ethos*, que formam a herança cultural que cada família transmite à sua descendência. Essa herança cultural herdada da família pode ser entendida como um conjunto de saberes, conhecimentos, posturas, disposições, informações e códigos linguísticos, que diferem segundo a origem social dos grupos dos agentes (MARTINEZ, 2009).

Seguindo o referencial teórico de Bourdieu e das representações sociais, buscamos organizar um sistema de eixos temáticos que traduzissem a análise do material. Para isso,

extraímos do discurso as categorias empíricas consideradas pertinentes. As categorias atribuídas para análise discorreremos no capítulo seguinte (MARTINEZ, 2009).

A análise dos entrevistados foi a partir “do lugar de onde falam” por considerarmos as diferenças de oportunidade, das desigualdades econômicas e sociais, entre um sujeito social e outro. As circunstâncias socioeconômicas, que são em grande parte alheias à vontade individual, são parte de qualquer modo de vida. É importante lembrar: as condições objetivas de vida levam as pessoas a olharem para o mundo de um ângulo ou de outro (FONSECA, p.57, 2005).

Resultados e Discussão

6. Resultados e Discussão

6.1. Caracterização dos participantes e das atividades desenvolvidas no SCFV.

Foram oito adolescentes entrevistados, três meninos e cinco meninas, com idades entre dez e quatorze anos, residentes na zona oeste de Ribeirão Preto. Todos estudavam em escola pública e frequentavam o SCFV no contra turno escolar. Verificamos que dos oito adolescentes entrevistados, todos pertenciam a camadas populares em que o pai ou a mãe eram trabalhadores urbanos e/ou trabalhadores braçais com nível escolar baixo, a maioria estudou somente até o ensino médio, alguns cursaram apenas ensino fundamental ou fundamental incompleto. Dos participantes adolescentes pesquisados, quatro eram beneficiados pelo programa de transferência de renda Bolsa Família e os outros quatro a família não recebia a bolsa. A renda familiar variou entre setecentos e três mil reais.

No que se refere à ampliação do capital cultural no interior do SCFV, observamos que a instituição oferecia atividades culturais diversificadas através de convênios de empresas com a prefeitura do município de Ribeirão Preto, estado de São Paulo, tais como os seguintes cursos: judô, percussão, tênis, dança e etc. Direcionados a todas as faixas etárias de crianças e adolescentes usuários do serviço. As educadoras sociais ofereciam como atividade a técnica do bordado em ponto cruz e no caso da educadora que ficava com a turma da faixa etária de seis a dez anos, as atividades eram de recreação livre, sem um direcionamento específico.

Existia também um trabalho voluntário ligado a uma instituição religiosa que encaminhava senhoras idosas para “contação de histórias” para as crianças na faixa etária de seis a dez anos de idade, direcionando ao ensino religioso católico. Essas atividades visavam aumentar o capital cultural dessas crianças e adolescentes, pois valorizavam a iniciativa e a expressão pessoal. Também era disponibilizado no espaço de tempo em que a criança e o adolescente permaneciam na instituição, um local para que realizassem as tarefas da escola, porém isso era de iniciativa do aluno. As educadoras sociais não acompanhavam esse momento e os que precisavam fazer lições da escola, ficavam em uma mesa separados.

Por alguns períodos o serviço contava também com o Projeto do Governo Federal chamado “Segundo Tempo”, mas esse apenas contemplava os usuários do serviço no período da tarde. O projeto era uma atuação da Secretaria Nacional de Esporte Educacional e do Ministério do Esporte e tinha como objetivo a execução do Programa Vivência e Iniciação Esportiva Educacional Segundo Tempo.

Através do discurso das educadoras e da assistente social, observamos um distanciamento do sistema de ensino por parte da maioria dos familiares dos participantes

pesquisados, o que compromete a herança familiar em relação à ascensão escolar dos frequentadores do serviço. No que se refere à trajetória de vida e preferências, os adolescentes apresentaram vários pontos de convergência quanto ao *habitus*, o déficit em relação a práticas culturais, a preferência por atividades esportivas e a empatia em frequentar esse local.

As dificuldades dos agentes frente ao sistema de ensino estão relacionadas ao fato de que a escola exige de todos eles, para a obtenção de uma trajetória escolar de sucesso, uma familiarização com a cultura e com a linguagem consideradas ideais (MARTINEZ, 2009).

Bourdieu acrescenta que essa familiaridade com a cultura é apropriada pelos agentes dentro do contexto familiar, porém, essa cultura dominante, só é possível de ser apreendida através da educação proporcionada pelas famílias da classe dominante. (MARTINEZ, 2009).

Na visão do autor, a escola por meio de notas, advertências e juízos, valoriza implicitamente essa relação familiar com a cultura e exige o mesmo dos diferentes agentes, que receberam heranças culturais diferentes; conseqüentemente a escola tende a excluir, de alguma forma, os agentes que não receberam essa herança cultural da classe dominante (MARTINEZ, 2009).

Bourdieu apud Miceli (1974, p. 206) cita como exemplo os adolescentes das camadas populares e médias, que são desprovidos de capital econômico e cultural, que aderem prontamente aos valores da escola, pois dela tudo esperam e dela dependem, compensando a privação de capital cultural pela vontade de aquisição da cultura, pois o sistema de ensino se mostra o único meio de ascender socialmente.

A formação oferecida pelas escolas incute nos indivíduos um conjunto de disposições intelectuais que não estão diretamente ligadas ao ensino como: modo de agir, de se comportar, gostos, preferências, etc. (MARTINEZ, 2009).

Segundo Bourdieu, o *habitus*, “sistema de disposições”, adquirido num determinado meio familiar, sob determinadas condições objetivas, comumente funciona como estratégias de reprodução. Tais estratégias visam, em última instância, a manter ou a melhorar uma determinada fração de classe na estrutura social e; tendo como princípio unificador o *habitus*, são objetivamente harmonizadas para atender a esse fim (MARTINEZ, 2009).

Sendo assim, a nossa discussão encontra-se na possibilidade de que o rendimento e o êxito escolar dependem do capital cultural e econômico investido pela família e que também o rendimento social e econômico desse investimento está associado à herança social e ao capital simbólico que está à disposição do indivíduo.

“As frações mais providas de capital econômico - ao contrário das que possuem quase que exclusivamente capital cultural - tenderiam a não conceder uma prioridade tão acentuada ao investimento escolar.” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 25).

A posse do capital cultural pode favorecer o desempenho escolar, na medida em que contribui de maneira significativa, para a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares. Deste modo:

As referências culturais, os conhecimentos considerados legítimos (cultos, apropriados) e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitariam o aprendizado escolar na medida em que funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p.21).

Nesses termos, os adolescentes, provenientes de ambientes culturalmente privilegiados tendem a vislumbrar na escola uma espécie de continuação da educação que receberam em casa. Já para os demais, ou seja, para os adolescentes oriundos de meios desfavorecidos, em termos de cultura, (os não detentores da cultura legítima, da norma culta), a escola seria sinônimo de algo estranho e conflituoso (MARTINEZ, 2009).

Em relação às funcionárias da instituição, foram entrevistadas quatro mulheres. Possuíam idades entre trinta e cinquenta anos. E a maioria delas trabalhava no SCFV há mais de dez anos, sendo que apenas uma era funcionária há pouco tempo. Algumas moravam próximas ao local de trabalho e outras não.

A maioria delas não teve uma formação específica para trabalharem com crianças e adolescentes, apenas possuíam alguma afinidade para tal e viram na oportunidade do concurso público para educador social, uma estabilidade de carreira profissional. Pertenciam à camada socioeconômica média e média baixa. A assistente social que destoava das características de renda das educadoras sociais foi considerada de camada média. Ela atuava mais com as famílias do que diretamente com os adolescentes usuários.

Esses adolescentes frequentadores do SCFV, por estarem vinculados a um grupo, passam a ser dotados de propriedades, prestígios e interesses comuns. Unidos por vínculos permanentes e úteis, passam a desfrutar de lucros materiais ou simbólicos.

Já o capital econômico é representado pela constituição dos diferentes fatores de produção (rural, industrial), pela detenção de signos culturais legítimos (bens de consumo) e também pela apropriação de bens materiais (patrimônio, rendas) (MARTINEZ, 2009).

O que os adolescentes do SCFV desejam de acordo com nossa observação é ganhar dinheiro imediato, sonho este vislumbrado principalmente pelos meninos através do desejo de

serem jogadores de futebol, uma vez que desejam bens de consumo tais como roupas de grife, carros, eletro portáteis (celulares, tablets, *lap tops*) e etc.

Destacamos que, embora os tipos de capitais sejam apresentados separadamente e distintos uns dos outros, eles estão intimamente relacionados, e mantêm relações estreitas, pois, em determinados casos, a posse de um determinado capital constitui a condição para a obtenção de outro.

Nas camadas populares, os custos relativos do filho são baixos, bem como os investimentos escolares. Afinal, tais famílias tendem a desejar para o seu filho apenas o presente. O investimento no mercado escolar tende a oferecer um retorno baixo, incerto e muitas vezes, em longo prazo. Com isso, não ocorre uma cobrança intensiva em relação ao sucesso escolar, e se privilegia a permanência mais curta nas séries escolares, ou até mesmo o abandono dos estudos, o que contribui para o acesso mais rápido à vida profissional (MUZZETI, 1992).

Quando os filhos conseguem completar os estudos, a família deposita na escola toda a esperança de que os filhos atinjam uma condição social diferente, ou seja, a obtenção de ascensão social (MUZZETI, 1992).

Os agentes pertencentes às camadas populares possuem um patrimônio desfavorecido, o que resulta em uma dependência, ou melhor, em uma subordinação em relação à classe mais favorecida, ou seja, à classe que detém um grande volume de patrimônio. O fato de serem subordinados faz com que sejam obrigados a aceitar os códigos linguísticos, simbólicos, valores morais, práticas culturais determinadas por esta fração de classe que torna legítima todas as ações e condutas dos agentes na sociedade. (REINA, 2009).

Vale frisar que escolhemos oito adolescentes do SCFV, as três educadoras sociais e uma assistente social, pelo fato de ter sido constatado, no referencial teórico de Bourdieu, que agentes sociais provenientes de uma mesma fração de classe, tendo as mesmas condições materiais de existência e sujeitos às mesmas ações práticas, tendem a ter a homogeneização de seu *habitus*, podendo haver semelhanças nos discursos. Portanto, a regularidade das disposições encontradas neste estudo, levou-nos a acreditar que os dados obtidos se ratificam e tendem a ser relevantes em outras instituições da Assistência Social que possuam características semelhantes.

6.2. Primeira categoria empírica: “Fazer coisa ruim”

Após análise dos sentidos dos discursos dos participantes, elaboramos a primeira categoria empírica: **“Fazer coisa ruim”**, que traduz o sentido da violência atribuído pelos adolescentes.

Isis, de onze anos de idade, estudava em escola pública e frequentava o SCFV há seis anos. Ela foi um dos poucos participantes entrevistados que respondeu ter presenciado a violência no SCFV. Ela disse: “Tem na escola e no ‘núcleo’ (SCFV) também eu acho que tem”. Relata um episódio em que sofreu violência na escola: “Tinha uma menina que sempre mexia comigo e eu não gostava.” E tenta ainda fazer uma diferenciação: “Na verdade não era *bullying*, era uma provocação”.

Perguntamos sobre o que pensavam sobre a violência. Se sofreram violência dentro de casa (pela família), no SCFV ou escola (pelos seus colegas). Como resolviam esses conflitos e a quem pediam ajuda. Sobre a definição de violência, obtivemos respostas tais como as de Leandra, treze anos, que estudava em escola pública e frequentava o ‘núcleo’ (SCFV) há alguns meses no momento da entrevista: “É xingar, gritar um com o outro, às vezes brigar”. Relatou não sofrer violência, nem em casa, no SCFV ou na escola. A maioria dos adolescentes relatou não sofrer violência em casa, no SCFV ou na escola.

Ela ainda coloca: “Às vezes parece que não tá xingando, mas tá xingando mesmo, tá querendo brigar”. Mas depois reconhece em outro momento da entrevista: “Lá na escola tinha sempre briga, aqui eu não brigo com ninguém” (...) “Na escola tem muita (briga) porque na hora que joga na quadra, às vezes esbarra em outra pessoa sem querer”. Leandra relata momentos em que ocorre a violência entre os colegas: “No recreio, na sala de aula, na educação física.” E justifica a diferença de brigas na escola e na instituição: “É diferente porque no ‘núcleo’ (SCFV) tem menos crianças e na escola tem muito mais. É diferente o tipo de violência”.

Melina, com dez anos de idade, estudava em escola pública e frequentava o SCFV há um ano no momento em que ocorreu a pesquisa, definiu violência como: “É maltratar os outros” (...) “É quando sai da razão e já começa a dar soco um no outro”. Ela também, no início da entrevista, disse nunca ter sofrido violência e fez um relato semelhante ao de Leandra.

Melina ainda fez um relato sobre violência que ocorreu na escola:

Foi uma menina, ela não gostava de mim, aí ela veio um dia com o olho todo roxo e falou que era eu que tinha dado um soco no olho dela. Aí minha mãe falou que era pra eu dar um soco de verdade no olho dela.

Yago, com treze anos de idade, estudava em escola pública e frequentava o SCFV há seis anos no momento da entrevista. Relatou não sofrer violência, nem na família, nem na escola, ou entre colegas. E a definiu como: “Violência é matar as pessoas, fazer coisa ruim, roubar”. Todos os adolescentes refeririam terem sido encaminhados ao SCFV pelos pais.

Diante do discurso dos adolescentes entrevistados, retomamos novamente ao que Minayo (2010, p.99), conceitua sobre a Violência Estrutural: forma de violência que por ter um caráter de perenidade e se apresentar sem a intervenção dos indivíduos, aparece ‘naturalizada’ como se não houvesse nela a ação de indivíduos. É uma forma de violência que se sustenta nas desigualdades sociais, estando relacionada às situações de miséria e pobreza, característica das sociedades marcadas pela dominação de classes e por enormes desigualdades na distribuição de renda.

O comportamento agressivo dos adolescentes entre seus pares deve ser analisado a partir de aspectos de ordem pessoal, psicossocial, familiar, sociocultural e escolar. Esse comportamento nem sempre é constante, pode constituir uma resposta específica a uma situação concreta, como exemplo, uma vítima de discriminação racial, étnica, sexual ou social pode reagir agressivamente (AMADO; FREIRE, 2009).

É importante, antes de mais nada, ressaltarmos que a família é um princípio de construção da realidade social e, ao mesmo tempo, socialmente construído e que pode influenciar a visão de mundo de quem faz parte do grupo familiar.

Assim, a família como categoria social objetiva (estruturante) é o fundamento da família como categoria social subjetiva (estrutura estruturada), categoria mental que é à base de representações e ações (casamentos, por exemplo) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva. Este é o ciclo de reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1996, p.128).

Diante das observações a respeito das famílias as quais os adolescentes pesquisados pertencem, notamos que, na maioria delas, o ideal de família não corresponde ao real, pois aquele modelo nuclear, estruturado em laços de consanguinidade (pai, mãe e filhos) não existe mais, são famílias reconstituídas ou monoparentais, por exemplo. Dos oito adolescentes entrevistados, apenas dois vivem com ambos os pais, que permanecem em relação marital. Em cinco famílias dos adolescentes pesquisados, a família é gerenciada apenas pela mãe, devido separação ou viuvez. E em um caso, o adolescente mora com a tia materna, pois os pais o abandonaram.

O modelo de família nuclear ainda é idealizado no imaginário social da família ocidental, apesar das incertezas e definições acerca dessa instituição terem sido abaladas. Assim, a idealização pode ser compreendida como uma forma de proteção contra o sofrimento advindo da violência (MARTINS; FERRIANI, 2008).

Assim como os adolescentes, ao responderem que não sofrem violência intrafamiliar ou que não sofrem ou praticam violência no SCFV, suas respostas também negam a realidade vivida. Para além do momento da entrevista, em todo o período de observação livre em que realizamos atividades no serviço, notamos as dificuldades a respeito da violência que os adolescentes tinham dentro de casa, as dificuldades de convivência e constantes brigas com colegas no espaço da instituição.

O que os adolescentes compreendiam como violência, estava diretamente relacionado às suas dinâmicas familiares, pois viviam em ambientes violentos, onde uma simples agressão verbal fazia parte do cotidiano e tornava-se banalizada.

Como exemplo podemos citar o caso observado de Leandra, que no momento da entrevista, relatou não sofrer violência intrafamiliar. Porém, através de vínculo mantido com a pesquisadora, ela relatou posteriormente, que o pai que a criava não era o pai biológico, pois o pai verdadeiro a abandonou. E esse pai de criação tinha comportamentos violentos, já tinha sido afastado da família por determinação do juiz, porém, de vez em quando invadia a casa da família e batia na mãe dela. Mas mesmo assim, era o pai que ela amava, que tinha cuidado dela desde pequena, e ela tinha medo de perder o afeto dele. De acordo com relatos das educadoras sociais do SCFV, esse pai era usuário de drogas e já tinha demonstrado agressividade ao buscar a adolescente e a irmã na instituição, além da própria mãe da adolescente que confirmou verbalmente o comportamento agressivo do ex-marido.

Desse modo, não se pode esquecer que, como afirma Setton (2005), a primeira instância socializadora a que se tem acesso é a família e, por esse motivo, também influencia as representações que atribuímos às nossas práticas. Constatação evidenciada na realização dessa pesquisa.

Porém, reconhecidamente, na adolescência, ocorre também o processo de socialização, ampliação da rede de relações e, conseqüentemente, novas experiências são vivenciadas e novos hábitos são incorporados. Então, não queremos relativizar ao escrever uma lógica reducionista de causa e efeito: porque as famílias praticam a violência o filho será violento. Temos que considerar fatores multicausais.

Ressaltamos que a nossa pesquisa trata de adolescentes de camadas populares, que fazem parte de uma sociedade capitalista, em que a distribuição de renda é extremamente

desigual, e que há forte apelo consumista. Essas características, somadas à falta de perspectivas provenientes das discrepâncias socioeconômicas e culturais, são fatores que podem contribuir para problemas de comportamento.

Bourdieu explana sobre o capital cultural, que designa relação privilegiada com a cultura erudita e a cultura escolar que notoriamente, na nossa sociedade está relacionada à classe dominante; de capital social, designando as redes de relações sociais que constitui uma das riquezas essenciais dos dominantes; e capital simbólico, formado pelo conjunto de signos e símbolos que permitem situar os agentes no espaço social (LOYOLA, 2002).

Adolescentes que sofrem violência intrafamiliar, apresentam comprometimentos por estarem em contato com essa atmosfera hostil. Tratando sobre esse assunto, os autores Roque, Ferriani e Ubeda (2008, p.98), pesquisaram sobre violência intrafamiliar em famílias atendidas pelo tribunal de justiça em comarca de vara única. Constataram que as crianças e adolescentes pertencentes às famílias estudadas, além de serem fracassados na escola, mostram-se frágeis emocional e fisicamente, agressivos, impulsivos e, mediante qualquer motivo fútil, se expõem a brigas.

Para justificar o não aparecimento de discursos condizentes com a realidade dos adolescentes, temos que aceitar que qualquer ato de pesquisa pressupõe o surgimento de um conjunto imprevisível de informações muito além do objetivo explícito do pesquisador, pois são informações associadas às necessidades dos participantes estudados, as quais aparecem como um momento de sentido de uso da expressão. O pesquisador, longe de fechar-se de forma estreita em seus objetivos e expectativas, deve manter uma posição aberta e flexível diante da diversidade e complexidade das informações geradas no curso da pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2005).

A desigualdade social, política e econômica praticadas no Brasil influenciam diretamente na dinâmica familiar e, conseqüentemente, no aumento do número de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social.

Devido à sua condição de “pessoa em desenvolvimento”, o adolescente traz em si uma condição intrínseca de vulnerabilidade, necessitando assim, de proteção física, psíquica e moral, com atenção integral.

Entendidas como categorias socialmente construídas, a infância e a adolescência, permitiram a adoção de práticas sociais condutoras do processo de formação da identidade sociocultural infanto-juvenil, conforme adotaram um caráter universal, obrigatório e de responsabilidade do Estado. Uma assistência pública evolui a partir da hipótese de que a pessoa em formação, devidamente assistida, chega à maturidade pelo exercício do direito de

se auto aperfeiçoar para, então, gozar de uma cidadania plena ou de um conjunto de direitos que se articulam progressivamente, apropriados gradativamente pela pessoa em seu processo de desenvolvimento (MENDONÇA, 2002).

Portanto, diante do conjunto imprevisível de informações aparentes, que foram o discurso dos adolescentes sobre violência ao relativizarem e descreverem apenas como atos violentos, atos explícitos: **matar, bater, fazer “coisa” ruim**. E também da informação relatada por eles de que não haviam sofrido violência, apesar de sabermos do histórico de violência desses adolescentes. Buscamos ir além do objetivo explícito da pesquisa, que era obter uma conceituação dos adolescentes sobre a temática da violência. Tentamos ir além do que eles relatavam verbalmente. Nesse momento de análise, as nossas observações durante um ano em campo na instituição, contribuíram para a reflexão de como entender a banalização da violência e o seu círculo vicioso.

Vilela & Doreto (2006), retomam o conceito de vulnerabilidade quando ocorre: desinteresse do indivíduo em relação a situações de perigo: falta de acesso a serviços e/ou informações e falta de autoconfiança para sustentar ou implementar mudanças no próprio comportamento. A vulnerabilidade pode ser entendida como o produto da interação entre suas características cognitiva, afetiva, psíquica e estruturas sociais de desigualdade de gênero, classe social e raça, determinando acessos, oportunidades e produzindo sentidos para o sujeito sobre ele mesmo e o mundo.

Portanto, um indivíduo pode tornar-se menos vulnerável se for capaz de reinterpretar criticamente mensagens sociais que podem colocá-lo em situações de desvantagem ou desproteção, mas a sua vulnerabilidade pode aumentar se o mesmo não tem oportunidades de interpretar as mensagens emitidas ao seu redor.

Cabe aqui também o conceito de resiliência muito difundido na área da saúde e que colabora para análise da questão. Fala-se em promover o desenvolvimento de processos de resiliência ao entendê-la como uma habilidade que todas as pessoas estão sujeitas a desenvolver, a qual auxilia os indivíduos a inserirem-se no meio social de forma saudável, apesar da presença de adversidades (ASSIS, PESCE & AVANCI, 2006).

Os processos de resiliência são opostos aos processos de vulnerabilidade, que intensificam as repercussões negativas das adversidades vivenciadas pelos indivíduos, e também são compreendidas como habilidades capazes de serem desenvolvidas (ASSIS; PESCE; AVANCI, 2006).

Só foi possível um aprofundamento das questões sobre o que os perturbava, e clarificar as nossas percepções sobre as condições de resiliência dos adolescentes, quando os

mesmos criaram vínculo com a pesquisadora no decorrer das atividades realizadas no SCFV. As atividades em grupo proporcionaram aos participantes o aumento da autoestima e da crença de auto eficácia. Ocorreu a valorização das produções deles, a formação de vínculos de amizades com outros participantes, e a expressão da resistência deles de forma positiva. Isso foi possível também pelo fato deles vivenciarem situações de adversidades comuns.

Além de poderem vivenciar situações em que foram respeitados pelos colegas, e a recíproca de os respeitarem, e sentirem-se valorizados como indivíduos. Observamos o fato de cada um conquistar espaços no grupo em decorrência de suas características singulares, e isso ter repercutido nos relacionamentos sociais deles.

Cada adolescente entrevistado, provavelmente, incumbiu-se em criar sua própria forma de lidar com inúmeras situações de violência com que se depara todos os dias, e concebemos o conceito de *habitus* como um instrumento conceitual que nos auxiliou a pensar a mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos indivíduos.

Habitus é uma noção que colaborou para pensarmos em características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente, ora inconsciente. *Habitus*, como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem escolhas (SETTON, p.61, 2002).

Tais disposições são adquiridas pelo indivíduo durante o processo de socialização. São comportamentos, atitudes, gostos, costumes, escolhas, estímulos que levam o agente a sentir, agir e pensar, de acordo com princípios inconscientes de ação, percepção e reflexão, interiorizadas pelo indivíduo em virtude de suas condições materiais de existência.

A interiorização constitui um mecanismo essencial da socialização, na medida em que os comportamentos e valores aprendidos são considerados óbvios, como naturais, como quase instintivos; a interiorização permite agir sem ser obrigado a lembrar-se explicitamente das regras que é preciso observar para agir. (BONNEWITZ, 2003, p. 77)

Segundo Bourdieu (2003), o *habitus*, é ao mesmo tempo, individual e coletivo, pois, ao pertencer a uma determinada camada social, interiorizando práticas, costumes, anseios, representações próprias desta fração de classe, o indivíduo o internaliza, de modo subjetivo, a objetividade, assegurando desta forma, a homogeneização do *habitus*, que é relativo, pois não se pode desconsiderar a intencionalidade do sujeito. Tal homogeneização é responsável pela caracterização dos agentes pertencentes a uma mesma fração de classe, tornando-os diferentes das demais, uma vez que “(...) a socialização, realizando a incorporação dos *habitus* de classe, produz a filiação de classe dos indivíduos, reproduzindo ao mesmo tempo a classe enquanto grupo que compartilha no mesmo *habitus*” (BONNEWITZ, 2003, p. 75).

Patrícia, educadora social e “encarregada” relata:

(...) tá cada dia mais difícil, antes eles respeitavam a gente, e quando saíam daqui, passavam depois pra saber como a gente tava, contavam coisas boas de trabalhos, que tinham formado família, que estavam encaminhados na vida. Hoje em dia tá mais difícil acontecer isso. Quer acabar comigo é eu saber dos meninos que passaram por aqui e que estão presos. Mas também esses são os meninos que sempre deram “trabalho”. Às vezes os próprios pais estimulam, porque eles começam com pequenos roubos, mas os pais não se importam porque pelo menos trazem dinheiro pra casa.

Instrumentalizar os educadores e funcionários sobre o tema da violência, seu reconhecimento e o papel do SCFV na identificação dos casos é de suma importância.

Lourdes, educadora social, descreve os fatores que determinam a violência:

Vários fatores começa que às vezes o que a família ganha não dá e os pais ficam estressados porque planejam uma coisa e não conseguem cumprir, daí o filho não fica satisfeito porque não entende o lado do pai, que o pai não conseguiu dar o que ele queria, fica pro outro mês, aí vai pra rua, aí vai tentar fazer de maneira errada (...) Aí o pai fica mais nervoso pega a cinta, pega o que tiver na mão e agride o filho estupidamente, aí vem o Conselho (Tutelar), aí vira aquela “bola de neve”, aí o pai às vezes é usuário de droga e acaba agredindo fisicamente e machucando. E aí complica as coisas.

No Brasil, a violência estrutural, responsável pela desigualdade social, contribui com o desenvolvimento da violência interpessoal, nos diferentes segmentos sociais, em especial na dinâmica e no modelo familiar. Estudos apontam que a violência intrafamiliar faz parte de um contexto socioeconômico e cultural, que pode influenciar o comportamento agressivo dos familiares, os quais tendem a repetir as condições de exploração e abandono de que são vítimas, contribuindo assim para a perpetuação da violência contra crianças e adolescentes, num ciclo vicioso (FERREIRA, 2002).

Diante do discurso da funcionária, também verificamos que não está claro para a educadora social, qual o seu papel no SCFV, em relação à violência contra a criança e o adolescente, pois deveria ser o da prevenção. Seu objetivo deveria ser identificar os maus-tratos e encaminhar para o técnico responsável.

Celina, educadora social, tende a culpabilizar as famílias como principal causa de o filho ser violento:

Vem de casa. Vem da família. As crianças que eu percebo que dão mais trabalho, eu procuro saber a história delas e a gente vê que é da família, o pai é agressivo em casa. Tem o R. essa semana eu dei o trabalhinho do dia dos pais, ele não queria fazer, porque ele veio pertinho de mim e falou: “Ó tia

não quero fazer”. E eu perguntei por quê? Daí ele bateu os dois dedinhos assim (fazendo um gesto de que o pai estava na cadeia). (...) Outro dia esse menino chegou muito triste porque a mãe falou que não gosta dele, que ele é um estorvo na vida dela. Então ele chega aqui e tem que por isso pra fora (...) Então é difícil porque entre eles, eles (crianças) já comentam, daí já vira um furdunço, já quer saber, um quer comentar, aí começa a apelar, um começa a ser agressivo com o outro. Mesmo eles tendo essa dificuldade, não aceitam que falem mal da mãe ou do pai, mesmo eles tendo essa dificuldade em casa com eles, eles não admitem, aí eles se tornam agressivos.

Sobre essa temática, foi realizado um estudo na Arábia Saudita (ALBUHAIRAN, 2011) que identificava a percepção do professor em relação aos maus-tratos sofridos pelos alunos na família e as políticas e os procedimentos nacionais existentes para examinar a extensão dos esforços para capacitar os professores da escola a protegerem os adolescentes da violência.

Foi pesquisado um total de 3.777 de professores. Cinquenta e cinco por cento dos profissionais tinham pelo menos dez anos de experiência de trabalho. Um baixo nível de consciência em relação a maus tratos infringidos à criança foi encontrado em cerca de 1/3 dos professores. Apenas 1,9% dos profissionais da escola nunca tinham assistido a qualquer tipo de formação específica sobre maus tratos a crianças, embora 69,3% dos que não tinham passado por capacitação, estivessem dispostos a participar de treinamentos futuros.

Lázara, assistente social, retoma o objetivo da proposta da Assistência Social no atendimento a essas crianças e adolescentes considerados em vulnerabilidade social e descreve o problema que, segundo ela, seria a má interpretação do ECA, que causou impunidade do adolescente em conflito com a lei e as questões familiares envolvidas como causas da violência entre os adolescentes:

(...) esse fortalecimento desses vínculos (a proposta), porque tem estudos da Assistência Social que mostram que eles estão cada vez mais rompidos na sociedade, por isso que tem tanta violência. Ninguém vai mais proteger na sociedade, então sujeito fala “vou matar”, quero dizer, a violência sempre existiu, mas hoje ela está mais banalizada porque não existe esse fortalecimento de vínculos com a sociedade, com o pai, com a mãe, com o amigo, eu acredito que é mais por essa vivência. (...) nós temos um grande problema na sociedade, eu não quero generalizar, tem uma maioria que luta contra e uma minoria que luta a favor, de entender essa violência depois do ECA. Tipo assim: “Ah o ECA protege!”, isso me incomoda muito, porque a própria imagem que é passada pra esse adolescente violento, esse adolescente que já pratica atos infracionais, é que ele acha que o ECA tá protegendo ele o tempo todo, porque a grande maioria passa isso pra ele e o ECA, já é um estatuto de proteção, que foi muito violado esses direitos. Em 1990, quando surgiu o ECA, foi um grande avanço, só que ele é mal utilizado porque esses adolescentes são manipulados, existe uma “mão invisível” por trás disso, traficantes, a própria família que senta aqui na minha frente e fala: “Ah, mas eu tenho uma criança”, só que assim, ela quer

o dinheiro do Bolsa Família, mas ela não manda pra escola, não dá banho, não leva pra vacinar, abandona, na minha frente ela xinga essa criança. (...) Mas o ECA está introduzido de outra forma na cabeça dessas mães e dessas crianças que crescem sendo xingados, humilhados, em meio a situações de sexo porque eles veem tudo, de droga, com muita violência e depois a gente cobra desse adolescente que ele não seja nada disso. E o tempo todo eu escuto isso de mãe: “Ah adolescente tem que trabalhar mesmo! Eu trabalhava” Esse ECA aí...”. Então vem pra proteger, porque ela mesma (mãe) teve que começar a trabalhar cedo, largou os estudos e não teve oportunidade depois. E isso me incomoda muito, sou assistente social, sou defensora dessas leis, e essa violência é gerada ao longo de gerações.

Sobre a violência gerada ao longo das gerações, podemos nos utilizar da teoria do capital social de Bourdieu, pois ele deixa bem claro que o capital social é reestruturado o tempo todo, através da herança cultural, do ethos, da apropriação objetiva das propriedades subjetivas. A homogeneização do *habitus* caracterizará o grupo social e o conceito sobre violência seria determinado de acordo com as representações sociais de cada grupo social, por meio de um processo de socialização familiar.

Sobre os pais de famílias de camadas populares, valorizarem mais o trabalho em detrimento do estudo, o argumento de Bourdieu, em relação a esse ponto, é de que, em função de sua situação objetiva – volume e tipos de capital possuídos, dependência maior ou menor do certificado escolar para a manutenção da posição social e o valor estimado do retorno que se pode obter com esse certificado – cada grupo social adotaria – na maior parte do tempo, de modo inconsciente – um conjunto específico de estratégias diante da escola e dos estudos. Essas estratégias do grupo tenderiam, ao longo do tempo, a ser incorporadas pelo próprio sujeito – por meio de um processo contínuo e difuso de socialização familiar – como parte de seu *habitus* familiar ou de classe (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2014, p. 58).

Ocupando a posição mais dominada no espaço das classes sociais, as classes populares caracterizam-se pelo pequeno volume de seu patrimônio, qualquer que seja o tipo de capital considerado. Suas condições de existência condicionam, assim, um estilo de vida marcado pelas pressões materiais e pelas urgências temporais, o que inibe a constituição de disposições de distanciamento ou de desenvoltura em relação ao mundo e aos outros.

Em razão do processo – já discutido – de internalização das chances objetivas, essas classes desenvolvem um senso prático relativo ao que lhes é possível alcançar, bem como ao que lhes é inacessível, o que protege contra ambições desmesuradas ou projetos inatingíveis (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2014, p. 60).

Essa atitude se expressaria no senso de realismo que governa suas aspirações e condutas escolares, tudo se passando como se buscassem evitar aquilo que, de toda maneira,

lhês seria negado pela sociedade. Essa “relação resignada com o sistema de ensino” (BOURDIEU; PASSERON, 1968, p. 240) levaria tendencialmente a um envolvimento moderado com os estudos.

Em primeiro lugar, a percepção, valendo-se dos exemplos acumulados (a “estatística intuitiva das derrotas ou dos êxitos parciais dos adolescentes de seu meio” – BOURDIEU, 1998, p. 47), de que as chances de sucesso escolar são reduzidas, faltam, objetivamente, os recursos econômicos, sociais, e, sobretudo, culturais necessários para um bom desempenho na escola. Isso tornaria o retorno do investimento escolar muito incerto e, portanto, o risco muito alto. Essa incerteza e esse risco seriam ainda maiores pelo fato de que o retorno do investimento escolar se dá a longo prazo. Essas famílias estariam, em função de sua condição socioeconômica, menos preparadas para suportar os custos econômicos dessa espera, especialmente o adiamento da entrada dos filhos no mercado de trabalho (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2014, p. 61).

Diante disso, as aspirações escolares desse grupo seriam moderadas. Espera-se dos filhos que eles estudem apenas o suficiente para se manter (o que, normalmente, dados os avanços nas taxas de escolarização, já significa, de qualquer forma, alcançar escolarização superior à dos pais) ou se elevar ligeiramente em relação ao nível socioeconômico alcançado pelos pais. Essas famílias tenderiam, assim, a privilegiar as carreiras escolares mais curtas, que dão acesso mais rapidamente à inserção profissional (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2014, p. 62).

Esse grupo social tenderia a adotar o que Bourdieu designa como “liberalismo” (permissiveness) em relação à educação da prole (BOURDIEU, 1974, p.10). Não haveria uma cobrança intensiva em relação ao sucesso escolar dos filhos, e sua vida escolar não seria acompanhada de modo muito sistemático, diferentemente de outras categorias sociais, particularmente das camadas médias.

Sobre o atendimento do SCFV, Lázara, assistente social, faz considerações que ela pensa ser a causa de comportamento violento entre os adolescentes frequentadores:

Acho que chega uma hora que as crianças não gostam de vir mais aqui, aí começam a brigar entre si, criar apelidos.

Mais uma vez, é possível utilizar da teoria de Bourdieu para explicar essa “falta de interesse” dos adolescentes frequentadores do serviço, em participar das atividades oferecidas pela instituição, quando o autor se refere ao sistema escolar.

O autor observa que o efeito de legitimação provocado pela ocultação das bases sociais do sucesso escolar é duplo: manifesta-se tanto sobre os filhos das camadas dominantes quanto sobre os das camadas dominadas. Os primeiros, pelo fato de terem recebido sua herança cultural desde muito cedo e de modo difuso, despercebido, insensível, teriam dificuldade de se reconhecer como “herdeiros”. Suas disposições e aptidões culturais e linguísticas lhes pareceriam naturais ou, em outros termos, componentes – até certo ponto inatos – de sua própria personalidade. O segundo arbitrário e impositivo da cultura escolar, tenderia a atribuir suas dificuldades escolares a uma inferioridade que lhes seria inerente, definida em termos intelectuais (falta de inteligência) ou morais (fraqueza de vontade) (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2014, p. 75).

A violência simbólica exercida pela escola, e neste caso pelo SCFV, ocorre justamente através do reconhecimento dos membros de camadas populares, da superioridade e legitimidade da cultura dominante. Esse reconhecimento se traduziria numa desvalorização do saber e do saber-fazer tradicionais – por exemplo, da medicina, da arte e da linguagem populares, em favor do saber e do saber-fazer socialmente legitimados (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2014, p. 76).

A reprodução das desigualdades sociais propiciada pela escola não resultaria, no entanto, apenas da falta de bagagem cultural apropriada à recepção da mensagem pedagógica. Bourdieu sustenta que a escola sanciona, valoriza e cobra não apenas o domínio de um conjunto de referências culturais e linguísticas, mas também um modo específico de se relacionar com a cultura e com o saber. E aqui vamos encontrar a categoria analítica formulada pelo autor para dar conta das desigualdades sociais da escolarização, a noção de “relação com a cultura” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2014, p. 76).

Nesse ponto, é bom lembrar que para Bourdieu as experiências primitivas dos indivíduos (que costumamos designar por “socialização primária”) pesam com força desmesurada sobre as experiências ulteriores, marcando-as duravelmente. Assim, a relação de intimidade com as coisas da cultura e com a linguagem só atinge o seu grau máximo quando produzida pela ação pedagógica familiar, permanecendo de modo duradouro porque é encarnada no sujeito na forma do *habitus*.

Por fim, é necessário fazer um contraponto através dos estudos de Charlot et al. (2000) no campo da Educação. Charlot reconhece que o fato de se ocupar determinada posição social torna o acesso a certos recursos e a vivência de certas experiências sociais mais ou menos prováveis. No entanto, esses recursos e essas experiências sociais não influenciariam diretamente, de fora para dentro, os indivíduos. Tudo dependeria da relação que os indivíduos

estabelecem com esses elementos, ou seja, do significado que eles atribuem aos mesmos. Pertencer a uma família com limitados recursos econômicos e culturais não importaria necessariamente o insucesso escolar.

Como afirmam Charlot e colaboradores (2000, p.19):

o indivíduo não é nem a simples encarnação de um grupo social, nem a simples resultante de “influências” do ambiente, ele é singular, ou seja, síntese humana singular construída numa história. Essa singularidade não é inteligível se não a pensamos por referência ao mundo no qual ela se constitui, mundo que é compartilhado com outros indivíduos e estruturado por relações sociais. Mas essa singularidade se constrói numa lógica específica, aquela de identidade pessoal, aquela de subjetividade, lógica irreduzível a um “reflexo”, ou mesmo à “interiorização” das condições sociais.

Celina, educadora social, relata que se sente desvalorizada na prática de seu trabalho pelas famílias das crianças e adolescentes frequentadores do SCFV, apontando ainda sugestões de melhoria para o serviço:

Elas chegam, colocam aí no portão (a criança) e é muito difícil... às vezes as mães vem aqui, mas não chega até a gente e pergunta como que fulano tá, se ele tá bem, se tá dando trabalho. Mas não, elas vêm na assistente social e nem te cumprimenta. Eu acho isso uma falta de interesse muito grande, porque já que a profissional tá cuidando dos filhos dela. Eles deveriam ter mais atenção, cuidado, procurar me conhecer, como é meu trabalho não é?

Consideramos que a violência subjetiva, colabora para gerar uma crença coletiva de que a vida e patrimônio dos funcionários são ameaçados pela incapacidade do Estado para controlar a disseminação de atividades ilícitas, que posteriormente poderiam se tornar criminosas (PEREZ, 2015).

A violência, de acordo com o autor supracitado, é a reprodução das relações sociais, expressas através de crenças da vida cotidiana (cultura), a prática social. E serão necessárias práticas de negociações de conflitos e levantamento da necessidade do acompanhamento do problema da violência como de urgência da segurança pública a partir de Estado e grupos sociais.

Segundo Perez (2015), o maior problema da violência seria a violência subjetiva, que é tolerada ou ignorada, e que contribui para o aumento da violência considerada patológica (homicídio, agressão devido a causas externas, abuso sexual). Este tipo de violência agravou-se juntamente com o colapso das instituições de segurança pública, além de políticas econômicas e sociais que não conseguem diminuir a desigualdade social no seu país, no caso do autor, o México.

A partir deste discurso da educadora social citada acima, sobre a violência subjetiva, ou mesmo, segundo Bourdieu, sobre violência simbólica, sofrida no ambiente de trabalho, trataremos a definição de violência simbólica que repousa na imposição de categorias de percepção do mundo social:

A violência simbólica é essa forma de violência que se exerce sobre um agente social com a sua cumplicidade. Os agentes sociais são agentes cogniscentes que, mesmo quando submetidos a determinismos, contribuem para produzir a eficácia daquilo que o determina, na medida em que eles estruturam aquilo que os determina. E é quase sempre nos ajustes entre os determinantes e as categorias de percepção que os constituem como tais que o efeito de dominação surge... Chamo de desconhecimento o fato de reconhecer uma violência que se exerce precisamente na medida em que ela é desconhecida como violência; é o fato de aceitar esse conjunto de pressupostos fundamentais, pré-reflexivos, que os agentes sociais avalizam, pelo simples fato de tomar o mundo como óbvio, isto é, como ele é de achá-lo natural porque eles lhe aplicam as estruturas cognitivas que são originárias das próprias estruturas desse mundo. (BOURDIEU; WACQUANT, p. 143, 1992).

A assistente social Lázara, aponta como causa da violência, a falta de orientação aos funcionários e pouca efetividade da Política da Assistência Social. A pouca efetividade no funcionamento do trabalho em rede de apoio entre os setores da Saúde, Educação e Assistência Social, que não trabalham em conjunto. Ela refere que se isso ocorresse, esses serviços poderiam oferecer melhorias à população em vulnerabilidade social:

A Saúde não trabalha integrada com o Bolsa Família, porque o tripé seria Saúde, Educação e Assistência. (...) E a Saúde não trabalha em contrapartida junto com a gente. (...) Aí fica uma ponte descoberta, a Educação também não quer esse tipo de aluno aqui e o Serviço Social fica na outra ponta lutando para essa criança pesar, vacinar, para essa criança ir na escola. Porque é isso o que o assistente social faz, ele virou o vilão de ficar cobrando, enquanto as outras políticas não trabalham.

Diante dos resultados dessa pesquisa, verificamos que o SCFV, enquanto instância socializadora, é também um lugar propício para se ter acesso aos adolescentes e famílias. É preciso assegurar espaços de reflexão acerca das questões relativas à violência, pois fazem parte do contexto social vivenciado.

Ressaltamos a necessidade de que no campo educacional, social e da saúde coletiva, se abram cada vez mais espaços para que o adolescente sinta-se acolhido e à vontade para compartilhar seus saberes e suas dúvidas. É necessário ainda, que se construam pontes para as trocas de informações entre os profissionais e o adolescente e que este se sinta acolhido através de uma prática construtiva, libertadora, dialógica e promotora de sua autonomia

(PESSALACIA; MENEZES; MASSUIA, 2010).

Constatamos a necessidade de sensibilização dos profissionais da área da Assistência Social para às questões relativas às causas determinantes da violência, por se notar que os discursos ainda estão impregnados de preconceitos, em parte, oriundos do despreparo em lidar com o tema. A qualidade da comunicação e a coerência da equipe profissional que trabalha na escola têm grande importância sobre a forma como o clima geral e os problemas de violência são percebidos (DEBARBIEUX, 2001).

E no caso dos adolescentes, há um esforço muito grande da parte deles em tornar invisível uma situação que é concreta, complexa e muito próxima da sociedade, por vezes banalizada, que é a violência sofrida e praticada.

Em relação à área da saúde, estudos apontaram para princípios de prevenção da violência em três níveis (GOMES; SILVA; NJAINE, p. 176, 1999). Sendo eles, nível primário: promoção de condições favoráveis à população para que possa viver qualitativamente melhor; sensibilização e capacitação dos profissionais de saúde para que possam atuar na problemática; participação desses profissionais nos movimentos sociais que se organizam na busca e equacionamento de problemas que afetam direta ou indiretamente a existência de atos violentos; fundamentação das ações em pesquisas estratégicas para que se possa melhor atuar frente aos problemas; construção da cidadania, possibilitando às crianças e aos adolescentes o exercício de seus direitos e deveres.

Nível secundário: articulação entre os setores saúde e educação para que se possa melhor identificar ocorrências de maus-tratos e aprimorar diagnósticos que melhor retratem essa ocorrência; estruturação do setor saúde para que se possa prestar uma intervenção precoce não só para aqueles que procuram seus serviços como também para os grupos que, apesar de serem alvos da violência, não têm acesso a tais serviços.

Nível terciário: organização adequada de serviços de saúde, distribuindo os níveis de atuação que vão desde trabalhos comunitários até serviços de emergência; promoção de modelos de atendimento integral a crianças e adolescentes, que visem não apenas o tratamento dos ferimentos, mas também os problemas psíquicos e sociais, fazendo encaminhamentos necessários, através de equipes multidisciplinares.

Os achados acima apontam para o fato de ser necessário incentivar a adoção de um trabalho interdisciplinar por parte dos profissionais. Isso significa que nem as áreas da Saúde, da Educação, da Assistência Social, conseguirão sozinhas, dar conta da complexidade que é a prevenção da violência contra as crianças e os adolescentes.

As representações sociais sobre a violência indicam a existência de um pensamento

social que resultou das experiências, das crenças e das trocas de informações ocorridas na vida cotidiana dos seres humanos. Em outras palavras, são construções mentais que surgem de uma necessidade e ajudam a orientar a conduta no dia-a-dia, sendo verdadeiras “teorias do senso comum” (JODELET, 2001, p. 22).

Essas ‘teorias’, explica a autora, constituem meios através dos quais se partilha esse mundo com outros, servindo de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. São elas que permitem aos indivíduos “tornar o estranho familiar e o invisível perceptível” (FARR, 2003) por meio de aproximações da realidade.

Portanto, a nossa ida ao campo buscou compreender algo estranho para a pesquisadora, que era perceber a violência presente no cotidiano dos adolescentes, sendo que para eles esse fenômeno seria aparentemente indiferente. Através da análise dos discursos dos adolescentes e das funcionárias, tentamos fazer emergir o “invisível”, o que estava presente no contexto de todos, mas tornava-se imperceptível.

Observamos em relação às funcionárias do SCFV, que deveria ocorrer o empoderamento (GOHN, 2004; HOROCHOVSKY; MIRELLES, 2007; VIERA et al., 2009), em relação às suas funções. A saber, como educadora social e assistente social, a assunção de responsabilidade consigo mesma e com a coletividade e o cuidado com uma ideia de bem comum que alude a um futuro melhor. Mas as entrevistadas estão presas em um círculo vicioso de descrença (com relação ao seu próprio potencial) onde não há responsabilização pela questão da violência e ocorre uma reprodução irrefletida dos mesmos modelos culturais que as excluem (GIANNELLA, 2009).

É claro que aqui, não vai ser possível uma análise extensa da complexidade embutida no conceito. Um primeiro modo de conceber o empoderamento está vinculado a uma visão substantiva de poder, entendido como “poder sobre”. Nessa visão mais tradicional, o poder é uma substância, algo que se tem ou não se tem. Para que um sujeito destituído de poder possa chegar a ganhá-lo, alguém deve perder a posição de poder anteriormente possuída.

O poder implica especialmente em capacidade de mandar, coagir outros, obrigá-los a agir conforme a sua vontade. O poder é enquadrado assim num esquema do tipo “jogo de soma zero”, onde os ganhos sempre equivalem às perdas e, no caso do poder, ele simplesmente passaria dos indivíduos anteriormente poderosos para os que eram dele destituídos (IORIO, apud VIERA et al., 2009). O conceito de empoderamento não seria, nesse caso, muito mais do que se levar algum sujeito já desprovido de poder a tê-lo, apoiando,

através disso, uma inversão de papéis. Porém, não foi através dessa ótica que se intencionou discutir o empoderamento.

As representações sociais das funcionárias a respeito da Política de Proteção Social Básica, portanto, foram evidenciadas por meio de ações, atitudes, raciocínios, conjuntamente dispostos, que têm por base processos mentais, cognitivos. A representação social possui exterioridade e interioridade, é uma estrutura que produz novas estruturas, o que remete ao *habitus*.

6.3. Segunda categoria empírica: “Assistência Social não é um serviço universal, é para quem dele precisar” - “Gosto de vir aqui”.

Quando os adolescentes foram questionados sobre como frequentar o espaço da instituição tem ajudado em suas vidas e como era para eles pertencerem ao SCFV, no geral limitaram-se a dizer quer era “legal” ou que pelo menos não ficariam sozinhos em casa. As meninas em geral gostavam de oficinas como a dança e o bordado, os meninos gostavam dos esportes que são oferecidos. Solicitamos que sugerissem o que poderia melhorar no atendimento que recebiam no serviço, o que poderia melhorar nesse espaço.

A maioria das respostas revelaram satisfação com o atendimento oferecido pela instituição e por outro lado também reconheceram que precisaria melhorar a “educação” (comportamento dos colegas) ou que “não precisa mudar nada”. Como relatou Isis, de onze anos. Melina também emitiu sua opinião sobre o SCFV: “Muito legal aqui. Aqui não tem briga igual na escola. E é melhor do que ficar lá em casa sozinha”. Sobre as atividades realizadas no SCFV: “Gosto de fazer bordado e brincar”.

Apareceu no discurso de Yago uma preocupação com o futuro, onde talvez estivesse criando expectativas frente à vida e o que o SCFV poderia lhe oferecer: “Me ajuda a aprender as coisas, a ter a vida boa, me ajudar a arrumar um serviço”. Em relação às melhorias para a instituição, Yago disse: “Nada, aqui é legal assim mesmo. Eu faço o tênis, kung fu, tem aula de dança. Passeio quando eles dão.”.

O SCFV oferece o básico para os adolescentes, alimentação, segurança e afeto advindo das educadoras sociais. Mas poderia oferecer muito mais, pois as educadoras acabam realizando apenas a função de “tomar conta” deles no período oposto ao escolar enquanto os pais estão trabalhando e não podem cuidar deles. As atividades extras, como descrito anteriormente, são patrocinadas por empresas privadas que, em parceria com o poder público,

contratam profissionais terceirizados especializados, como educadores físicos, por exemplo, e são sazonais, dependendo de aprovações de projetos.

Mas ainda assim, frequentar o SCFV oferece uma sensação aos adolescentes de que isso poderá oferecer oportunidade de trabalho no futuro ou acrescentar conhecimento para uma carreira profissional. É provável que os adolescentes não compreendessem, ou não tivessem condições de avaliar o nível de potencial formativo do SCFV, que na realidade oferecia poucos recursos. Mas também temos que reconhecer que o propósito desse serviço de proteção era o de fortalecimento de vínculos, e isso se concretizava.

Observamos que para evitar o sofrimento causado pela realidade de abandono em que vivem, os adolescentes, nutrem o sentimento de esperança de que alguém os ama, no caso os educadores sociais, e que esses profissionais da assistência social poderão modificar sua situação de vida.

As trabalhadoras sociais, provavelmente oportunizam aos adolescentes um espaço mais rico que o oferecido pelos pais dos mesmos. Possibilitam um adequado desenvolvimento aos usuários, pois ao analisarmos em maior profundidade, verificamos que oferecem bons modelos de autoridade e comportamento moral. Pois as educadoras não utilizam de punição corporal como forma disciplinar, apenas resolvem os conflitos com diálogo e punição restritiva. Nesse aspecto, as educadoras poderiam cumprir papel fundamental para modificar a situação de violência vivenciada pelos adolescentes. Mas essa dinâmica é contraditória, pois ao invés de quebrarem o ciclo da violência, muitas vezes as funcionárias perpetuam a dinâmica excludente.

Apesar das educadoras advindas do SCFV não oferecerem oportunidades concretas de entrada desses adolescentes no mercado de trabalho, diante de nossas observações, percebemos que elas sempre incentivavam que eles estudassem para conseguirem um bom trabalho no futuro. Ficou clara a expectativa de melhoria de vida que nutrem alguns dos adolescentes entrevistados. Isso proporciona o aumento da autoestima e da dignidade, e também é uma forma de romper o círculo vicioso da violência.

Pois a dinâmica da violência assume uma dimensão macroestrutural, na qual as desigualdades sociais, desemprego, exclusão social e moral, corrupção e impunidade são fatores que predeterminam o fenômeno (FERRIANI; MARTINS, p.38, 2008).

A rede de apoio caracteriza-se por um conjunto de sistemas e de pessoas significativas que participam do contexto do indivíduo. Os recursos da comunidade podem fazer parte desses sistemas de apoio e promover a resiliência.

Notamos, de acordo com a vivência no campo de estudo, que alguns dos adolescentes apresentavam fortes vínculos com as educadoras e as mesmas também nutriam esse afeto. Por vezes, elas relatavam que cuidam deles como se fossem seus filhos. Observamos que elas possuem o cuidado em lembrar as datas dos aniversários e comemorá-los em conjunto com os adolescentes, as datas festivas como festa junina, dias das crianças, dia das mães, dia dos pais e Natal, sendo estes também importantes momentos de confraternização que são comemorados e realizados com carinho pelas educadoras.

É visível que esses adolescentes possuem a necessidade de pertencerem a um sistema familiar. O discurso revela a esperança de serem cuidados em um ambiente familiar que lhes proporcione segurança e afeto.

Apesar desses aspectos positivos, os adolescentes deveriam ser contemplados no que concerne às diretrizes do Sistema Único de Assistência Social. E o discurso: **“A Assistência Social não é universal, é para quem dele precisar”** de uma funcionária, ilustra bem a compreensão dessa ideologia.

A Política da Assistência Social delimita que os usuários que possuem prioridade são aqueles que estejam em condições de vulnerabilidade social ou que os pais trabalhem e não tenham condições de cuidar do adolescente quando o mesmo encontra-se fora da escola. De acordo com o discurso de Patrícia, educadora social, que fez magistério, com idade acima de quarenta anos, residente em bairro próximo da instituição:

As crianças vêm porque a mãe trabalha né, então procuram o atendimento geralmente porque elas trabalham e não tem com quem deixar. Mas a gente atende criança que não tem o que comer em casa, tem criança do abrigo, que de dia eles vão pra escola e pro Núcleo (SCFV), e a noite eles ficam no abrigo.

Notamos que não existe um protocolo de atendimento ou que se existe, as funcionárias o desconhecem. E nenhuma conduta de mediação de conflitos que seja formalizada nas situações de violência entre os adolescentes do SCFV, como verificamos no discurso de Celina, com mais de cinquenta anos de idade, educadora social, com nível de escolaridade ensino técnico e residente em outra cidade:

Geralmente eu sento com eles numa roda, aí a gente vai conversar. Eu converso, eu falo que a gente tem que respeitar a pessoa, a dificuldade do outro, porque nós todos temos problemas, só que a gente não pode descontar no amiguinho, que o amiguinho não tem culpa.

Isso abre caminho para uma discussão sobre a Assistência de Proteção Social Básica a crianças e adolescentes, que deveria concretizar a partir da existência de uma rede formal de

instituições e serviços, uma organização para assegurar a defesa e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, conforme estabelecido pela Constituição Brasileira e pelo ECA.

O discurso das educadoras demonstrou a falta de preparo e de treinamento para lidar com as situações de violência, tanto com os adolescentes agressores quanto com os adolescentes que são vítimas de violência no SCFV ou sofrem violência intrafamiliar. Também verificamos a falta de motivação para o trabalho, como se pode perceber no discurso de Lourdes, com mais de quarenta anos de idade, residente em bairro distante da instituição, com ensino médio incompleto e educadora social:

Ultimamente a gente tem tido muito poucas palestras. A gente tenta procurar os amigos (para pedir opinião sobre como agir). Tem hora que é difícil lidar com eles (adolescentes), porque eles chegam aqui agressivos, chegam desmotivados, aí atrapalha quem está disposto a fazer o trabalho. Agora a família atrapalha na hora que você manda um bilhete, espera vir um retorno de que a família vai colaborar, que vai conversar, daí você recebe um bilhete de volta falando que a gente tá aqui pra trabalhar, que tem que fazer isso mesmo, que a gente tem que 'se virar', que a gente recebe pra isso, daí isso deixa a gente desmotivado também.

Os casos da desinformação, o medo de se envolver, os conflitos pessoais, o receio de represália e o não reconhecimento do papel do educador nesse fenômeno da violência são fatores que colaboram para o agravamento da situação. Tais dados sugerem a necessidade de programas de capacitação para esses profissionais, visando ao reconhecimento de seu papel diante do problema, a identificação dos casos e o encaminhamento aos serviços adequados (ELSEN, et. al., 2011).

Lázara, que possui mais de trinta anos de idade, é residente em bairro distante da instituição, possui nível superior completo como assistente social, foi quem descreveu mais detalhadamente sobre o serviço e critérios de inclusão das crianças e adolescentes frequentadores:

Esse serviço é um serviço da assistência social e ele tem que ser utilizado pelas pessoas que tem necessidade de utilizar as assistentes sociais, porque o serviço social não é um serviço universal, é para de quem dele precisar. (...) Nós atenderemos crianças que saíram do serviço de proteção, então nós atenderemos crianças que saíram do trabalho infantil, crianças e adolescentes que saíram de atendimento de família substituta, de abrigos. Nós já temos crianças de abrigos aqui. Crianças de famílias beneficiadas pelos programas de transferência de renda, porque geralmente quem está no programa de transferência de renda tem uma condição socioeconômica muito precária, são crianças com perfil para estar aqui.

A partir desse discurso da assistente social, fica clara a necessidade da Assistência Social estruturar-se internamente para exercer esse compromisso com todos os educadores

sociais e funcionários, a fim de formar um rede de apoio social para as crianças e os adolescentes.

A Política da Assistência Social deve tornar explícitas suas relações com os órgãos de defesa dos usuários que compõem a rede formal de defesa dos direitos da criança e do adolescente. E deveria estar claro aos educadores sociais qual seriam as suas funções no SCFV, assim como o técnico de referência deveria orientá-los a tomarem as devidas providências de encaminhamento a respeito dos casos identificados de violência.

Para o setor da Saúde, a notificação compulsória consiste na comunicação obrigatória à autoridade sanitária da ocorrência de determinada doença ou agravo à saúde ou surto que deve ser feita por profissional de saúde ou qualquer cidadão, visando a adoção das medidas de intervenção pertinentes.

Utilizando notificação compulsória como instrumento para a comunicação dos casos de violência contra crianças e adolescentes, o Ministério da Saúde passou a atuar de forma sistêmica na própria rede de proteção, já que uma cópia do documento deve ser encaminhada ao Conselho Tutelar da área de moradia da criança ou adolescente para que se criem meios para o monitoramento da situação (DESLANDES, 2011).

O ECA prevê em seu Art. 13 que casos suspeitos ou confirmados de maus tratos contra crianças e adolescentes devem ser comunicados ao Conselho Tutelar, sem detrimento de outras medidas protetoras e legais. Além disso, tem definido no Art. 245 que médico, professor e os responsáveis das instituições de saúde e de ensino são obrigados a realizar esta comunicação e sujeitos a penalidades se não o fizerem (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2004).

Em relação às mudanças no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, a assistente social assinala a importância da capacitação profissional que deverá ocorrer e que já era para ter sido feita com as educadoras sociais:

Elas (as educadoras) precisarão de uma reciclagem, que isso já deveria estar acontecendo ao longo da carreira delas na prefeitura, e acredito que aqui isso não aconteceu. E vai ter a parte que vai ter capacitações externas, tanto pra gente quanto para as educadoras. (...) E eu no dia a dia, vou trabalhando com elas (educadoras). Porque daí vai englobar o ECA, o direito da criança, a vulnerabilidade, o *bullying*, a prática de esportes”.

Sobre as mudanças que estavam ocorrendo na Política da Assistência Social, a assistente social descreveu:

E os Núcleos (SCFV), para contemplar todas as pessoas que precisam desse serviço de convivência e fortalecimento de vínculos atenderá todas as

pessoas. Então vai ter idoso, vai ter deficiente, vai ter criança que está fora da escola e precisa ser reinserida. E não vai ser mais, pelos modelos que a gente tá vendo no Brasil inteiro, não vai ser mais para ficar no contra turno escolar, porque tem uma proposta da Educação de transformar as escolas em período integral, então não haverá mais essa necessidade. Eles virão para o local para fazer atividades. Nós (assistentes sociais) seremos o técnico, vai continuar a ‘encarregada’, o técnico vai cuidar da parte da organização do serviço, os grupos, as atividades. E o encarregado vai cuidar da parte administrativa.

Quando a assistente social se refere a “encarregada”, é porque a Patrícia, educadora social descrita anteriormente, antes cumpria essa função de “encarregada” que era fazer a entrevista inicial com as famílias que desejavam inscrever seus filhos no SCFV. Ela também orientava os pais e responsáveis, fiscalizava os adolescentes frequentadores da instituição em relação aos horários de entrada e saída, vestimenta, regras de bom comportamento e supervisionava as outras duas educadoras sociais que aparecem na entrevista, Lourdes e Celina, como também os outros funcionários, o cozinheiro e a faxineira.

De certa forma, informalmente, ela continuou desempenhando todas essas tarefas, apesar de Lázara, a assistente social, ser quem deveria assumir essa função, pois de acordo com a nova tipificação da Assistência Social de Proteção Básica, ela seria a responsável técnica pelo SCFV.

Retomaremos a discussão a respeito das funcionárias sofrerem Violência simbólica como foi demonstrado nos discursos.

Patrícia, educadora social e “encarregada”, relata sua decepção de quando é desautorizada na frente dos pais do adolescente, por instâncias acima dela na hierarquia da Assistência Social ou por direta influência política, sendo obrigada a descumprir as regras e critérios para se conseguir vaga para algum adolescente “favorecido” frequentar o SCFV, por outro lado, sabemos que não caberia a ela esse papel de fazer a inscrição dos usuários no serviço:

A família já é atendida aqui, a irmã mais velha da criança já ficou aqui, entendeu? A gente conhece por causa disso. E eu fiquei muito chateada. Aí eu cheguei pra assessora (do vereador) e falei que disse assim pra família: “Você ia gostar que eu te passasse na frente? Sendo que nem trabalhando você está?”. Sabe aí eles pararam um pouco de me ligar, mas era todos os dias, era uma pressão muito violenta. Hoje a criança fica aqui, porque não teve meios. Porque o pedido veio do juiz, de vereador, da chefia do Núcleo (SCFV). Eu falei: “Gente tem crianças que estão precisando muito mais”.

Lourdes, educadora social, descreve o estresse sofrido no ambiente de trabalho:

Tem hora que bate uma sobrecarga muito grande, a gente chora, fica estressada, revoltada, meio deprimida, aí um amigo apoia o outro, dá um copo de água, a gente chora bastante, fica num canto, aí depois a gente parte pra luta de novo, porque a gente não pode parar.

Tanto Patrícia quanto Lourdes, sofrem pressões no trabalho advindas de instâncias superiores da estrutura da Assistência Social ou das próprias famílias dos adolescentes que são atendidos pelo SCFV. A prática do trabalho é um descompasso com a política preconizada. Mais uma vez, utilizaremos dos preceitos de Bourdieu, porém o olhar será voltado às educadoras sociais.

Observamos, através dos recortes dos discursos das entrevistadas, que há uma diferença no discurso da assistente social (dotada de um capital cultural, o diploma em curso superior) e as outras duas educadoras sociais que não possuem formação específica para o cargo que ocupam. Salvo o caso de Patrícia, que fez magistério, possui, portanto, um capital cultural, o seu diploma, que a capacitou de forma mais qualificada ao cargo profissional que ocupa. Mas mesmo assim, apesar do seu pequeno poder ao administrar o SCFV, ela é barrada quando “o pedido veio do juiz, de vereador, da chefia do SCFV”. E no discurso de Celina que será descrito abaixo, ela também empodera o psicólogo como alguém detentor de conhecimento que ela não possui, deslegitimando a sua função enquanto educadora.

Empoderamento ou *empowerment*, em inglês, significa uma ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma realidade em que se encontra. É importante ressaltar que, mesmo as outras duas educadoras que não possuem diploma de nenhum curso na área da educação, poderiam se utilizar de estratégias para o empoderamento de seu próprio serviço dentro do SCFV, especialmente nesse contexto de exclusão social em que se encontram.

Gostaríamos de refletir também, sobre o poder transformador de vivências focadas no resgate e valorização do potencial criativo dessas educadoras que fazem parte do universo social em que estão inseridas. Celina reflete sobre a necessidade de um profissional especializado atuar na Assistência Social:

(...) Porque nada como um profissional que estudou, que sabe, que orienta né. A gente faz a nossa parte, mas como “mãezona”. Como a gente educa os nossos filhos, a gente faz com eles, mas não somos profissionais preparados pra tá ajudando eles nesses conflitos. (...) Então o que eu mais desejaria a

presença aqui no equipamento, no Núcleo (SCFV), é a presença de uma psicóloga pra tá acompanhando e ajudando até nós profissionais, porque a gente tem hora que fica sem saída. Então, você tendo uma profissional do teu lado, ela vai te orientando também.

O sistema escolar, aqui reproduzido nessa situação relatada, cumpre essa função de legitimação, impondo às classes dominadas o reconhecimento do saber das classes dominantes e negando a existência de uma outra cultura legítima, acarretando na desvalorização do saber e do saber-fazer que elas detêm efetivamente, como por exemplo: medicina doméstica, técnicas artesanais, divertimento ou arte (BONNEWITZ, 2003, p. 119).

Um exemplo claro disso é a forma como cada indivíduo entrevistado na pesquisa se comunica. A língua das camadas médias ou dominantes possui uma tendência ao formalismo, ao intelectualismo, características que fazem parte das normas linguísticas da escola. A língua popular se manifesta, inversamente, por uma tendência a majorar o caso particular, a desenvolver pouco as argumentações estruturadas, ao contrário das exigências escolares. A aquisição da cultura escolar aparece assim, como um exemplo de violência simbólica. Efetivamente, é como se os membros das classes dominadas devessem aprender uma língua estrangeira. Um verdadeiro processo de desculturação, no sentido da perda da cultura de origem, se impõe, para garantir a sobrevivência na instituição (BONNEWITZ, 2003, p. 120).

Fica evidente, que a representação social do atendimento à criança e ao adolescente em vulnerabilidade social, segundo a ótica das funcionárias da Assistência Social, é reflexo do cotidiano/realidade histórico-social no qual elas atuam. No entanto, frente às questões estruturais, tendem a assumir as concepções psicologistas, reduzindo a violência a fenômenos e processos sociais de conduta individual e de determinação do individual sobre o social. Suas atividades centralizam-se na visão dos problemas sociais, esquecendo-se de colocar o contexto social também como problema (VENDRÚSCOLO, 2008, p.254).

Gostaríamos de avançar a discussão para o campo político, pois nesse contexto percebemos a falta de vontade política para criar e gerir os serviços comprometidos com um plano coerente para seu enfrentamento. Pois a exclusão não se baseia mais na situação individual, mas no sentimento de competência política. Esta se define como a aptidão dos indivíduos a reconhecerem diferenças entre as tomadas de posição dos políticos e candidatos das diversas tendências. Os indivíduos dos grupos socialmente dominados se mostram incompetentes, no sentido em que não sabem exercitar as regras do jogo próprias do campo político, notadamente a linguagem abstrata e especializada, que permite abordar as discussões (BONNEWITZ, p. 136, 2003).

Existem fronteiras e barreiras existentes entre códigos distintos de comunicação, porém as funcionárias do SCFV são capazes de pensar e escolher as formas de transformação em seu trabalho.

Portanto, se faz necessário, um compromisso social com os participantes envolvidos e uma devolutiva para a comunidade em relação ao trabalho de pesquisa realizado no SCFV. Tanto os usuários do serviço, quanto as funcionárias, podem se apropriar dessa linguagem política através de capacitação e espaços abertos para discussão da temática do serviço. Através disso, as funcionárias sentirão que são capazes de colocar em prática o que aprenderam com a experiência de muitos anos trabalhando com crianças e adolescentes. Essa experiência deve ser reafirmada, pois não é por acaso que os adolescentes gostam de frequentar o SCFV, pois se sentem acolhidos por essas educadoras, principalmente no que diz respeito ao aspecto afetivo.

Desse modo, através desta pesquisa sobre as representações sociais dos adolescentes e das funcionárias a respeito da violência sofrida e praticada, abarcamos os elementos e relações presentes em cada representação, dando conta da complexidade que envolve os termos do processo, isto é, a coisa representada, o sujeito que representa e o que essa produz.

O desvelamento desse conjunto complexo de elementos exigiu que fossem “destrinchados e referidos aos diferentes aspectos do objeto representado de modo a poder apreender os múltiplos processos que concorrem para sua elaboração e consolidação como sistema de pensamento que sustentam as práticas sociais” (JODELET, 2001, p.88).

A partir da pesquisa sobre as representações sociais dos adolescentes e funcionárias do SCFV a respeito da violência, evidenciaram-se dois aspectos do *habitus*: sua condição de produto e de produtor. Como produto ou estrutura estruturada, o que eles entendem como violência estabelece a conexão entre exterioridade e interioridade, ou seja, entre as estruturas de um tipo particular de meio e o mundo subjetivo das individualidades.

Como produtor ou estrutura estruturante, faz a ligação entre interioridade e exterioridade, sendo princípio gerador de práticas e de representações. Mas a pesquisa científica não possui o papel de apenas identificar o problema, como deve também elaborar estratégias para o enfrentamento do problema, nesse caso o da violência (sofrida e praticada) entre adolescentes considerados em vulnerabilidade social.

Entendemos enfrentamento como o conjunto de estratégias integradas, articuladas e contínuas para lidar com o fenômeno da violência. A conjunção dos setores e saberes elaborados no campo da saúde pode contribuir significativamente para a redução da violência e serem aplicados na área social. Para que esse objetivo seja alcançado, Dahlberg & Krug

(2007) alertam para a adoção de quatro etapas essenciais: 1) analisar o fenômeno da violência identificando sua amplitude, características e consequências; 2) pesquisar as causas e os fatores associados ao problema, verificando riscos e possibilidades de intervenção; 3) utilizar os dados para elaborar ações de prevenção, efetuando seu planejamento, execução, monitoramento e avaliação; 4) disseminar as iniciativas que pareçam promissoras, divulgando seus custos e resultados.

São intervenções que têm como objetivo um ciclo de trabalho que inclui: (1) a promoção de comportamentos protetores e de prevenção; (2) a atenção àqueles em situação de violência; (3) o fortalecimento das instituições e dos mecanismos de garantia de direitos dessas pessoas; (4) a valorização da notificação e do registro desses eventos; (5) o investimento nas instituições e nas formas de responsabilizar aqueles que agrediram crianças e adolescentes. É diferente, portanto, da perspectiva de “combate”, que prioriza a responsabilização criminal dos autores (SECRETARIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES, 2011).

Ribas e Ribas Júnior (2004) destacam, dentre as possibilidades de ações para enfrentamento das diversas formas de violência, a valorização dos adolescentes, estimulando-os a apresentarem espírito empreendedor e capacidade de ação responsável, respeitando a sua autonomia, discutindo a violência e os casos de conflito existentes. E para tal, eles deverão ter acesso às redes de apoio existentes em seu território.

Para tal, eles deverão ter acesso às redes de apoio existentes em seu território. O gerenciamento organizado e a capacitação dos funcionários cumpre essa função de suporte a essa camada da população. Para a composição das Redes, cabe ressaltar as Delegacias de Polícia, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, a Vara da Infância, entre outras. A presença de Organizações Não Governamentais (ONGs) também é relevante para a força da rede de serviços territoriais, assim como o envolvimento e a participação direta das comunidades (MELMAN et al., 2009).

O SCFV ainda não é capaz de cumprir seu papel de Proteção Social Básica. É um espaço contraditório, pois eles não conseguem prevenir o ato violento dos adolescentes, mas por outro lado, os adolescentes possuem uma noção de pertencimento ao local e vínculo afetivo com os trabalhadores advindos do SCFV. E as funcionárias, por sua vez, dedicam-se com as escassas ferramentas adquiridas através do senso comum para o trabalho, para buscarem o enfrentamento das contradições sociais, presentes em uma camada popular que sofre com a desigualdade, opressão, superexploração e violência.

Considerações Finais

7. Considerações Finais

Buscamos através dessa pesquisa, compreender os sentidos das correntes de pensamento nas representações sociais dos grupos analisados, os adolescentes e as funcionárias do SCFV. Foi preciso compreender os processos constitutivos das representações sociais sobre a violência e as condições determinantes para a violência, as mudanças na Política da Assistência Social.

Os adolescentes responderam na entrevista que não sofrem violência intrafamiliar. Disseram ainda que não sofrem ou praticam violência no SCFV e a maioria deles relatou que não sofrem violência entre pares em outros espaços. Através do sentido compreendido no discurso dos adolescentes, concluímos que eles demonstraram negação da realidade vivida. Há um esforço grande por parte deles em tornar invisível uma situação que é concreta, complexa e muito próxima da sociedade, que é a violência sofrida e praticada.

Analisamos o percurso profissional dessas funcionárias, as queixas e estresse em relação ao ambiente de trabalho, reflexo de um funcionamento deficitário da rede de proteção social básica. Buscamos compreender as diretrizes do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) que norteiam o atendimento dentro da instituição. Reconhecemos o papel das representações sociais na orientação dos comportamentos e na comunicação dos participantes da pesquisa. Identificamos o papel dessas representações sociais tanto dos adolescentes, quanto das funcionárias, em relação às mudanças sociais, particularmente, em termos da constituição de um pensamento social compartilhado. O senso comum presente nos discursos demonstrou que, segundo os participantes da pesquisa, a violência é fruto apenas de comportamentos externalizantes como bater e matar. E verificamos o despreparo dos trabalhadores advindos do SCFV ao lidarem com a dinâmica da violência.

Retomando a trajetória deste trabalho e voltando ao nosso objetivo geral, que foi conhecer e analisar as representações sociais na perspectiva sócio antropológica de Bourdieu, das violências vivenciadas por adolescentes e funcionários no contexto SCFV e sobre a atuação dos profissionais da instituição diante dos casos de violência entre os adolescentes. Consideramos que o pressuposto da pesquisa se confirmou ao notarmos através do discurso dos adolescentes envolvidos em atos violentos, que cometem essas ações sem terem plena consciência devido a este comportamento estar banalizado, isto é, de acordo com as normas culturais vigentes que estão intimamente relacionadas à violência que é legitimada. Portanto, um indivíduo pode tornar-se mais vulnerável se o mesmo não tem oportunidades de

interpretar as mensagens emitidas ao seu redor, ou seja, não reconhecer atos violentos como sendo uma demonstração de violência.

Acrescentamos ainda que as educadoras sociais, assim como a assistente social, afirmaram ocorrer entre os adolescentes tanto a violência física quanto a violência verbal no SCFV. E também relataram violência verbal proveniente dos adolescentes para com as educadoras que lidam diretamente com eles no cotidiano da instituição. Referiram que esse tipo de violência ocorre nas famílias das crianças e dos adolescentes atendidos. E há também o predomínio de agressões verbais, principalmente entre os pares de adolescentes usuários do serviço.

As funcionárias do SCFV estão despreparadas para atuar de acordo com a nova tipificação da Assistência Social, de acordo com as diretrizes da política do SUAS. Seus discursos refletem a urgência da necessidade dessa discussão sobre a violência em sua formação profissional. E as mesmas sofrem violência simbólica, que é tolerada ou ignorada, e que contribui para o aumento da violência explícita, objetiva. As entrevistadas estão presas em um círculo vicioso de descrença (com relação ao seu próprio potencial) onde não há responsabilização pela questão da violência e ocorre uma reprodução irrefletida dos mesmos modelos culturais que as excluem.

Além disso, a dinâmica violenta do cotidiano contribui para a distorção dos valores éticos e morais que organizam a sociedade, levando as funcionárias e os adolescentes a uma reprodução de representações sociais sem pensamento crítico da realidade, e que acaba por ser internalizado. Esse mecanismo de reação aos estímulos violentos alimentam o ciclo da violência. Assim, atos violentos de adolescentes não podem deixar de serem reconhecidos e entendidos como um fenômeno, que está associado à violência social e estrutural. Para tal é preciso compreendermos os determinantes socioeconômicos e político-culturais.

É necessário, cada vez mais, o desenvolvimento de pesquisas e programas com visões abrangentes, de forma a envolver tanto quem pratica quanto quem sofre a violência e o restante da comunidade no entorno da população a ser estudada. Os resultados apontados nessa pesquisa, podem constituir ferramentas no incentivo à implementação de programas de intervenção e prevenção da violência.

Devemos também considerar a importância da articulação de ações conjuntas no campo da assistência social, sistema judiciário, conselho tutelar e postos de saúde para incentivar a criação de novas iniciativas no enfrentamento da violência. As ações devem direcionar-se no sentido de transformações de estruturas sociais que potencializam ou causam a violência levando em conta as normas e valores que legitimem a violência.

Referências

ABRAMOVAY, M., et. al. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRANCHES, C. D.; ASSIS, S. G.; PIRES, T.O. Violência psicológica e contexto familiar de adolescentes usuários de serviços ambulatoriais em um hospital pediátrico público terciário. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 10, p. 2.995-3.006, Out., 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001800024&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Nov. 2015.

ALBUHAIRAN, F.S., et. al. Self-reported awareness of child maltreatment among school professionals in Saudi Arabia: Impact of CRC ratification. **Child Abuse & Neglect**. Vol.35, n. 12, Dezembro 2011, p. 1.032–1.036. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0145213411002341>. Acesso em: 26 out. 2015.

AMADO, J.S. **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

AMADO, J.S.; FREIRE, I. P. **A(s) indisciplina(s) na escola**: compreender para prevenir. Coimbra: Almedina, 2009.

ARRUDA, T.F.P.; FREITAS, L. O. Violência sexual contra crianças e adolescentes em Mato Grosso: uma análise crítica sobre o processo de constituição dos direitos em 20 anos do estatuto da criança e do adolescente. *Revista Eletrônica do UNIVAG- Connection Line*, n.6, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.univag.com.br/index.php/CONNECTIONLINE/index>. Acesso 25 nov. 2015.

ASSIS, S. G.; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q. **Resiliência**: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. Violência contra crianças e adolescentes: o grande investimento da comunidade acadêmica na década de 90. In: MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E. R. (Orgs.). **Violência sob o olhar da saúde**: a intrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 163-198.

AYRES, J. R. C. M. et al. Vulnerabilidade e prevenção em tempos de Aids. In: BARBOSA, R.; PARKER, R. (Orgs.). **Sexualidade pelo avesso**: direitos, identidades e poder. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. p. 50-71.

BALLONE, G. J.; ORTOLANI, I. V. Violência doméstica. **PsiqueWeb**, 2007. Disponível em:< <http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=89>>. Acesso em: 10 out. 2011.

BARBOSA, P. Z.; PEGORARO, R. F. Violência doméstica e psicologia hospitalar: possibilidades de atuação diante da mãe que agride. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p.77-89, 2008.

BARROS, P. C. M.; FREJ, N. Z.; MELO, M.F.V. "Vou pintar o terror!": "Pois bem, veja então isso!". **Rev. Latino-americana Psicopatol. Fundam.**, São Paulo, v. 17, n. 3, supl. 1, p. 604-615, Set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141547142014000600604&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Nov. 2015.

BARROS, A. C. M. W., et al. A violência intrafamiliar e o adolescente que vive com HIV/AIDS por transmissão vertical: análise dos fatores de proteção e de vulnerabilidade. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1493-1500, Maio, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232013001100035&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Nov. 2015.

BRANDAO NETO, W., et al. Violência sob o olhar de adolescentes: intervenção educativa com Círculos de Cultura. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 68, n. 4, p. 617-625, Ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672015000400617&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov. 2015.

BRANDAO NETO, W., et al. Intervenção educativa sobre violência com adolescentes: possibilidade para a enfermagem no contexto escolar. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 195-201, Junho 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141481452014000200195&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov. 2015

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Bell, 1997.

BONNEWITZ, P. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**; trad. Lucy Magalhães. Petrópolis. RJ: Vozes, 2003.

BOTELHO, S.M.N.; FERRIANI, M.G.C.; SILVA, M.A.I. Prostituição de adolescentes: uma imagem construída na adversidade da sociedade. In: FERRIANI, M.G.C., et al. (Org.). **Debaixo do mesmo teto: análise sobre a violência doméstica**. Goiânia: AB Editora, 2008. p. 131-176.

BOURDIEU, P. O esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho D'Água, 2003.

BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. **Réponses**. Pour une anthropologie réflexive. Paris: Seuil, p. 143, 1992.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **A miséria do Mundo**. BOURDIEU, P. (org.). Petrópolis: Vozes, 1997

_____. Condição de classe e posição de classe. In: BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. L'examen d'une illusion. **Revue Française de Sociologie**, IX, n. especial, p. 227-253, 1968.

BRASIL. **Diário Oficial da União**, Brasília-DF, Nov. 2009.

BRASIL. **Caderno de orientações metodológicas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes do programa de erradicação de trabalho infantil**, MSD-SNAS, Julho, 2010a.

BRASIL. **Orientações Técnicas Sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos**, Brasília-DF, 2010b.

BRASIL. **Serviço de convivência e fortalecimento de Vínculos para crianças de até seis anos e suas famílias**, Departamento de Proteção Social Básica, Brasília, Fevereiro, 2010c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância e Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Viva: vigilância de violências e acidentes**, 2008 e 2009. Brasília, 2010d.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências**: orientação para gestores e profissionais de saúde / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010e.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Bolsa Família**. Brasília, 2015. Disponível em: http://www.caixa.gov.br/downloads/bolsa-familia-documentacao programa/LEI_N__10_836.PDF

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Violência faz mal a saúde**. Brasília, 2004.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, 12 anos**. Edição Especial, Ministério da Justiça, Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda). Brasília: 2002.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRITO, A.M.M., et al. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: estudo de um programa de intervenção. **Ciências e Saúde**, Rio Grande do Sul, 2005.

CARLOS, D.M., et al. A reintegração de crianças e adolescentes institucionalizados vítimas de violência doméstica no espaço escolar. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. Goiânia, v. 10, n.2, p. 310-320, 2008.

CARLOS, D. M. **Fatores de proteção sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica e abrigados:** subsídios para a construção da resiliência. Dissertação de Mestrado. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

CARLOS, D. M., et al. O acolhimento institucional como proteção a adolescentes vítimas de violência doméstica: teoria ou prática? **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. Ribeirão Preto, SP. 21.2 p. 579-585, mar.- abr., 2013.

CARLOS, D.M.; FERRIANI, M.G.C.; SCATENA, L.; ESTEVES, M.R. O apoio social sob a ótica de adolescentes vítimas de violência doméstica. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. São Paulo – SP. 48.4, p. 610-617, 2014.

CATALANO R. F. et al. Positive youth development in the United States: research findings on evaluations of positive youth development programs. **Prevention & Treatment**, Washington, DC, v. 5, p. 15, 2002.

CAVALCANTI, S. V. S. F. **A violência doméstica como violação dos direitos humanos**. 2005. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/7753/a-violencia-domestica-como-violacao-dos-direitos-humanos>> Acesso em: 10 out. 2011.

CHARLOT, B. **A violência na escola:** como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, n.8, p. 432-443, 2002.

_____. **Da relação com o saber:** elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CID H, P. et al. Agresión y violencia en la escuela como factor de riesgo del aprendizaje escolar. **Ciencia y Enfermería**. Concepcion, Chile. v. 14, n. 2, p. 21-30, 2008.

COCCO, M.; LOPES, M.J.M. Violência entre jovens: dinâmicas sociais e situações de vulnerabilidade. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v.31, n.1, p. 151-159, mar. 2010.

CONTANDRIOPOULOS, A. P. et al. Avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. In: HARTZ, Z. M. A. (Org.). **Avaliação em saúde:** dos modelos conceituais à prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1997. p. 29-47.

COSTA, L. F.; PENSO, M. A. A percepção de profissionais sobre o atendimento a adolescentes ofensores sexuais. **Cad. Psicol. Soc. Trab.**, São Paulo, v. 16, n. 2, dez. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 nov. 2015.

COUTO, B.R.; YAZBEK, M.C.; RAICHELIS, R. A Política Nacional da Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: **O Sistema Único da Assistência Social no Brasil:** uma realidade em movimento. (Org.) COUTO, B.R. et al. São Paulo: Cortez, 2013.

DAHLBERG, L.L.; KRUG, E.G. Violência: um problema global de saúde pública. **Ciênc. Saúde Coletiva**. 11(Sup.), p. 1163-1178, 2007.

DAVOLI A. et al. Prevalência de violência física relatada contra crianças em uma população de ambulatório pediátrico. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 10, n. 1 p. 92-98, 1994. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X1994000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 out. 2011.

DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. (Org.). **Violência nas escolas: dez abordagens europeias**. Brasília, DF: UNESCO, 2002.

DELOR, F.; HUBERT, M. Revisiting the vulnerability concept. **Social Science & Medicine**. New York, v. 50, n. 11, p. 1557-1570, june, 2000.

DESLANDES, S.F., ASSIS, S.G., SANTOS, N.C. Violências envolvendo crianças no Brasil: um plural estruturado e estruturante. In: Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília: MS; 2005. p. 43-78.

DESLANDES, S. et. al. Indicadores das ações municipais para a notificação e o registro de casos de violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p. 1633-1645, Ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2011000800018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 Out. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2011000800018>.

DESLANDES, S.; MENDES, C. H. F.; PINTO, L. W. Proposição de um índice do enfrentamento governamental à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 8, p. 1709-1720, Ago. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000801709&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 Out. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00086714>.

DESSEN, M.A., & POLONIA, A.C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paideia – Cadernos de Psicologia e Educação**, 17, 36, 21-32, 2007.

DUARTE, L.F.D. Horizontes do indivíduo e da ética no crepúsculo da família. In: RIBEIRO, I. (Org.). **Família e sociedade brasileira: desafios nos processos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Fundação João XXIII, 1994. P. 23-41.

ELSEN, I., et. al. Escola: Um espaço de revelação da violência doméstica contra crianças e adolescentes. **Psicologia Argumento**, Curitiba, v. 29, n. 66, p. 303-314, jul./set. 2011. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pa?dd99=issue&dd0=301>. Acesso em: 26 out. 2015.

ESTEVEES, M. R. **Violência no contexto escolar sob a ótica de alunos do ensino médio**. Ribeirão Preto, 2015. Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. EERP-USP.

_____. **Um olhar sob a rede social no enfrentamento da violência escolar nas instituições de ensino médio de Alfenas-MG**. Ribeirão Preto, 2012. Dissertação de Mestrado. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. EERP-USP.

FARR, R.M. Representações Sociais: a Teoria e a sua História. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 31-59.

FERREIRA, K.M.M. Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes – nossa realidade. In: SILVA, L.M.P., et al. **Violência doméstica contra crianças e adolescentes**. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.p. 19-39.

FERRIANI, M.G.C. et al. **A violência nas escolas**. Ribeirão Preto, SP: EERP-USP, 2007. Relatório técnico apresentado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

FERRIANI, M.G.C.; MARTINS, C.S. A Compreensão de Família sob a ótica de pais e filhos envolvidos na violência doméstica contra crianças e adolescentes. Capítulo I, p. 7-53. In: - FERRIANI, M.G.C. et al. **Debaixo do mesmo teto: análise sobre a violência doméstica**. Goiânia: AB Editora, 2008.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, v.14, n. 2, p. 50-59, maio-ago, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/06.pdf>. Acesso em: 10 outubro de 2015.

FONSECA, F. F. et al. As vulnerabilidades na infância e adolescência e as políticas públicas brasileiras de intervenção. **Rev. Paul. Pediatr.** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 258-264, Junho, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010305822013000200019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 Nov. 2015.

FONTANELLA, B. J. B.; RICAS, J.; TURATO, E. R. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.

FLORES, S. T.; SCHIRMER, J. Violência intrafamiliar na adolescência na cidade de Puno - Peru. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 4, p. 578-585, 2006.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADES). **Informações dos Municípios Paulistas – IMP**. Período: 2001-2012. Disponível em: <http://www.seades.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2012.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADES). **Informações dos Municípios Paulistas – IMP**. Período: 2001-2012. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/indice-paulista-de-vulnerabilidade-social-ipvs-versao-2010/>. Acesso em: 03 nov. 2015.

FRANCISCO, M. V. et al. Perspectivas de adolescentes no papel de agressores do bullying. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente v. 7, p. 600-606. jul./dez. 2010. Número Especial.

GADAMER, H.G. **O caráter oculto da saúde**. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. **Hermenêutica em Retrospectiva**. A virada hermenêutica. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 2v.

_____. **Verdade e Método I**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1. ed., 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIANNELLA, V. Espaço Aberto para Troca: Uma oficina sobre os paradoxos da mobilização social em contextos de exclusão extrema. **Coleção Roteiros de Gestão Social**, Salvador: série editorial CIAGS/UFBA, v. 1, 2009.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Trad. Roberto C. Costa. Porto Alegre: Artmed, p. 24, 2009.

GOMES, R; SILVA, C. M. F. P. NJAINE, K. Prevenção à violência contra a criança e o adolescente sob a ótica da saúde: um estudo bibliográfico. **Ciência & Saúde Coletiva**, 4 (1): 171-181, 1999.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados em pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S.F., GOMES, R., MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. MINAYO, M. C. S. (Org.) 25ª ed. revista e atualizada. Petrópolis: Vozes, 2007. p. 79-108.

GONTIJO, D.T. et al. Adolescentes em situação de rua em Goiânia e processo de vulnerabilidade/desfiliação social. In: FERRIANI, M.G.C., et al. (Org.). **Debaixo do mesmo teto: análise sobre a violência doméstica**. Goiânia: AB Editora, 2008. p. 177-201.

GONZÁLEZ REY, F.L. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. Trad. Marcel A. F. Silva, São Paulo: Pioneira Thomson Learning, p. 164-177, 2005.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 2, p. 20-31, 2004.

HABERMAS, J. **Dialética e Hermenêutica**. Porto Alegre: L & PM, 1987.

HOROCHOVSKY, R. R.; MIREILLES, G. Problematicando o conceito de Empoderamento. II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais – NPMS.

HOUSIER, F. Dépendance aux images et élaboration de la violence. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 17, n. spe, p. 75-84, Ago. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151614982014000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Nov. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico**. Período: 2001-2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=354340&search=sao-paulo/ribeirao-preto>

JESUS, F. B. et al. Vulnerabilidade na adolescência: a experiência e expressão do adolescente. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 359-367, jun. 2011.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p.17-44.

_____. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em representações sociais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p.28.

KING, P. E. et al. Thriving in adolescence: the voices of youth-serving practitioners, parents, and early and late adolescents. **Journal of Early Adolescence**, Thousand Oaks, CA, v. 25, n. 1, p. 94-112, Feb. 2005.

KRUG, E. G. et al. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002.

LAFFERTY, C. K.; MAHONEY, C. A. A framework for evaluating comprehensive community initiatives. **Health Promote Practice**, Washington, DC, v.4, n. 1, p. 31-44, 2003.

LOYOLA, M.A. Bourdieu e a Sociologia. In: **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria A. Loyola**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

MACHADO, J. C., et al. Intrafamily violence and actions strategies of the Family Health team. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 828-840, Set. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902014000300828&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 Nov. 2015.

MALTA, D. C. et al. Factors associated with injuries in adolescents, from the National Adolescent School-based Health Survey (PeNSE 2012). **Rev. Bras. Epidemiol.** São Paulo, v. 17, supl. 1, p. 183-202, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2014000300183&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Nov. 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4503201400050015>.

MALTA, D.C. et al. Situations of violence experienced by students in the state capitals and the Federal District: results from the National Adolescent School-based Health Survey (PeNSE 2012). **Rev. Bras. Epidemiol.** São Paulo, v. 17, supl. 1, p. 158-171, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2014000300158&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Nov., 2015.

MARQUES, W. E. U. Juventude, redes sociais e políticas públicas. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.2, n. 3, p. 67-77, jan.-jun. 2005.

MARTINEZ, L. R. M. **Da violência velada à violência física**: o habitus de alunos do ensino fundamental e a relação com a atividade física. 2009. 133 f. Tese (doutorado) - Universidade

Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2009. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/101600>>. Acesso em: 12 Out., 2015.

MARTINS, C. B. G.; JORGE, M. H. P. M. A violência contra crianças e adolescentes: características epidemiológicas dos casos notificados aos Conselhos Tutelares e programas de atendimento em município do Sul do Brasil, 2002 e 2006. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília DF, v. 18, n. 4, p. 315-334, 2009.

MARTINS, C.S.; FERRIANI, M.G.C. A compreensão de família sob a ótica de pais e filhos envolvidos na violência doméstica contra crianças e adolescentes. In: FERRIANI, M.G.C., et al. (Org.). **Debaixo do mesmo teto: análise sobre a violência doméstica**. Goiânia: AB Editora, 2008. p. 7-53.

MARTINS, L. M. Da formação humana em Marx à crítica da pedagogia das competências. In: DUARTE, N. (Org.). **Crítica ao fetichismo da individualidade**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 53-73.

MARTURANO, E. M.; FERREIRA, M. C. T. Ambiente Familiar e os Problemas do Comportamento apresentados por Crianças com Baixo Desempenho Escolar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2002, 15(1), p. 35-44.

MASCARENHAS, M. D. M., et. al. Perfil epidemiológico dos atendimentos de emergência por violência no Sistema de Serviços Sentinelas de Vigilância de Violências e Acidentes (Viva) - Brasil, 2006. **Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília**, v. 18, n. 1, mar. 2009. Disponível http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167949742009000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 26 out. 2015. <http://dx.doi.org/10.5123/S1679-49742009000100003>.

MELLO, S.L. Classes populares, família e preconceito. **Psicologia USP** (São Paulo), 3, 1/2, 123-130, 1992.

MELMAN, J. et al. Tecendo redes de paz. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 18, supl.1, p. 66-72, 2009.

MELO, M. C. B., et al. Avaliação do comportamento agressivo de adolescentes. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1861-1868, Junho 2015. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232015000601861&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov. 2015.

MENDES, K. D.; SILVEIRA, R. C. C.; GALVAO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, SC, v. 1, n. 4, p. 758-764, 2008.

MENDONÇA, M.H.M. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção das políticas públicas equitativas. **Cad. Saúde Pública**, 2002; 18:113-20.

MICELI, Sergio. Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura. In: **Tempo Social da USP**, v.15, n.1, maio de 2003. São Paulo, USP, 2003. p.63-79.

MILLER, E. A. et al. Prevalence of maltreatment among youths in public sectors of care. **Child Maltreatment**, California, USA. vol. 16 n. 3, p.196-204, Sep 9, 2011.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21 ed. Petrópolis; Vozes; 2002.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 10. Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Saúde Brasil 2006: uma análise da desigualdade em saúde**. Brasília: MS; 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo. **Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN - Saúde do Trabalhador - Superintendência de Vigilância e Proteção da Saúde**, 2004. Disponível em: <http://dtr2004.saude.gov.br/sinanweb/tabnet/tabnet?sinannet/violencia/bases/violebrnet.def>. Acesso em: 27 jun. 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Informações de saúde [dados na Internet]. **Brasília: MS** [acessado durante o ano de 2015]. Disponível em: <http://www.datasus.gov.br>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Relatório consolidado do Bolsa Família [dados na Internet]. **Brasília: MS**. Plataforma DATASUS [acessado durante o ano de 2015]. Percentual de cobertura com base nas famílias acompanhadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/consol_uf_cobertura_bfa.asp?gru=5&uf=SP&vigencia=22&cob=1&brsm=1®ional=00.

MOREIRA, G. A. R. et al. Instrumentação e conhecimento dos profissionais da equipe saúde da família sobre a notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes. **Rev. Paul. Pediatr.** São Paulo, v. 31, n. 2, p. 223-230, Junho, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010305822013000200014&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 Nov. 2015.

MOREIRA, G. A. R., et al. Fatores associados à notificação de maus-tratos em crianças e adolescentes na atenção básica. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4267-4276, Out. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232014001004267&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 11 Nov. 2015

MUZZETI, L.R. **Trajetórias escolares de professoras primárias formadas em São Carlos nos anos 40**. São Carlos, UFSCar, 1992. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 1992.

_____. **Trajetória social, dote escolar e mercado matrimonial: um estudo de normalistas formadas em São Carlos nos anos 40**, São Carlos, UFSCar, 1997. Tese

(Doutorado). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, 1997.

NOBREGA, S. M. Sobre a teoria das representações sociais. In: Moreira, Antônia Silva; Jesuino, Jorge Correia (Org.). **Representações sociais: teoria da prática**. 2. ed.. João Pessoa: UFPB, 2003, p.51-80.

NOGUEIRA, M. A., CATANI, A. M. Uma sociologia da produção do mundo cultural e escolar. In: BOURDIEU, P. **Escritos de Educação** (seleção, organização, introdução e notas: NOGUEIRA, M. A. e CATANI, A. M.). Petrópolis, RJ: Vozes, 1998, 3ª ed.: 2001.

NOGUEIRA, M.A., NOGUEIRA, C.M.M. **Bourdieu & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 4ª ed., 2014.

NOGUEIRA, M. A., ROMANELLI, G., ZAGO, N. (Org.). **Família e Escola: Trajetórias de Escolarização em Camadas Médias e Populares**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, É. C. S. e MARTINS, S. T. F. Violência, Sociedade e Escola: da recusa do diálogo à falência da palavra. **Psicologia & Sociedade**, 19(1), p. 90-98; jan/abr, 2007.

OLIVEIRA, M. S. B. S. Representações sociais: uma teoria para a sociologia? **Estudos de Sociologia: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE**, Recife, v. 7, n. 1/2, p. 71-94, 2007.

OLIVEIRA, M. T. et al. Violência intrafamiliar: a experiência dos profissionais de saúde nas Unidades de Saúde da Família de São Joaquim do Monte, Pernambuco. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, SP, v. 15, n. 1, p. 166-178, 2012.

OLIVEIRA, S.M. et al. Notificação de Violência contra Crianças e Adolescentes: atuação de Enfermeiros de Unidades Básicas. **Rev. Enfermagem UERJ** – Rio de Janeiro – RJ. vol. 21, n.1 especial, p. 594-599, 2013.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. Famílias fortes: Programa da Família para Prevenir Comportamentos de risco em adolescentes. Guia do Facilitador. **Washington DC: OPAS**; 2006.

ORTIZ, R. Introdução. In: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu/Sociologia**. Trad. Paula Monteiro. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994, p.14-25. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

PALMA, A.; MATTOS, U.A.O. (2001), Contribuições da ciência pós-normal à saúde pública e a questão da vulnerabilidade social. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**; Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, v. 8 n.3, p. 567-590, set.- dez. 2001.

PANÚNCIO-PINTO, M. P. **O sentido do silêncio dos professores diante da violência doméstica sofrida por seus alunos: uma análise do discurso**. 2006. 193 f. Tese (Doutorado em Psicologia Hospitalar e do Desenvolvimento) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PEREIRA DA CRUZ BENETTI, S. et al. Psychosocial Adolescent Psychosocial Adjustment in Brazil - Perception of Parenting Style, Stressful Events and Violence. **Internacional**

Journal Psychol. Res., Medellín, v. 7, n. 1, Jan. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S201120842014000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Nov., 2015.

PEREIRA, P.A.P. Prefácio à Terceira Edição. In: **O Sistema Único da Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. COUTO, B.R. et al. São Paulo: Cortez, 2013.

PEREZ, M.A.V. Interpretaciones sobre la violencia mexicana: alcances y limites. **Espiral Estudios sobre Estado y Sociedad**. vol.22, n.63, p. 267-278, Maio-Agosto, 2015. Disponível em: <http://www.revistascientificas.udg.mx/index.php/EEES/article/view/1673/1462>. Acesso em: 26 out. 2015.

PESSALACIA, J.D.R.; MENEZES, E.S.M.; MASSUIA, D. A vulnerabilidade do adolescente numa perspectiva das políticas de saúde pública. **Revista Bioethikos** – Centro Universitário São Camilo. 2010;4(4):423-430. Disponível em:http://www.saocamilosp.br/pdf/bioethikos/80/Bioethikos_423-430_.pdf. Acesso em: 10 out. 2015.

PIEROBON, M., et al . Consumo de álcool e violência entre adolescentes argentinos. **J. Pediatr.** (Rio J.), Porto Alegre, v. 89, n. 1, p. 100-107, Fev. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002175572013000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov. 2015.

PINO, A. Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo. **Educação e sociedade**, São Paulo (SP), v. 28, n. 100, p. 763-785, out. 2007.

PINTO, L. W.; ASSIS, S. G. Violência familiar e comunitária em escolares do município de São Gonçalo, Rio de Janeiro, Brasil. **Rev. Bras. Epidemiol.**, São Paulo , v. 16, n. 2, p. 288-300, Junho 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2013000200288&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov. 2015.

PORTELLA RIBEIRO, J. et al. The protection of children and adolescents from violence: an analysis of public policies and their relationship with the health sector. **Invest. Educ. Enfermagem**, Medellín, v. 31, n. 1, Mar. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012053072013000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Nov. 2015.

PORTO, M.E.G. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, jul/dez 2006, p.250-273, 2006.

PRIOTTO, E.P. **Violência Escolar: políticas públicas e práticas educativas no município de Foz do Iguaçu**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2011.

QUEIROZ, M.S. Representações sociais: uma perspectiva multidisciplinar em pesquisa qualitativa. In: BARATA, R.B.; BRICEÑO-LEÓN, R. (Org.). **Doenças endêmicas: abordagens sociais, culturais e comportamentais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 27-46.

RAICHELIS, R; MARSIGLIA, R.G; PAZ, R.D.O. Editorial. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo (SP): Editora Cortez. Ano XXVII, n. 87, p. 4, Set. 2006.

REICHENHEIM; HASSELMANN; MORAES. Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para a elaboração de propostas de ação. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10 n.1, p. 143-149, 2005.

REINA, F. T. **Cabeça, tronco e membro**: a construção da héxis corporal de professores de Educação Física e suas relações com o cotidiano. Araraquara, UNESP, FCLAR, 2009. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual de São Paulo, 2009.

REIS, D. C., et al. Vulnerabilidades à saúde na adolescência: condições socioeconômicas, redes sociais, drogas e violência. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 2, p. 586-594, Abril. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692013000200586&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov. 2015.

REY-ANACONA, C. A.; PAITAN-AVILA, L. C.; MONGUI-MERCHAN, Z. L. Diferencias neuropsicológicas, biográficas, psicológicas, familiares y comunitarias, entre adolescentes con y sin trastorno disocial. **Interdisciplinaria**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, v. 31, n. 2, Dez.. 2014. Disponível em: <[70272014000200006&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S032707932014000200006&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 10 nov. 2015

RIBEIRÃO PRETO. **Secretaria Municipal de Assistência Social**. 2010. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scidadania/i27ps-basica.php>. Acesso em: 26 jun. 2011

RIBEIRÃO PRETO. **Plano Municipal de Saúde: 2005-2008**. 2009. Disponível em: <http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/ssauade/vigilancia/planeja/plano05-08.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

RIBAS, E. R. S.; RIBAS JÚNIOR, F.B. **Prevenção da violência e educação para a paz**: um guia para reflexão e ação. São Paulo: Prattein, 2004.

RIBEIRO, M.A.; FERRIANI, M.G.C.; REIS, J.N. Violência sexual contra crianças e adolescentes: características relativas à vitimização nas relações familiares. In: FERRIANI, M.G.C., et al. (Org.). **Debaixo do mesmo teto**: análise sobre a violência doméstica. Goiânia: AB Editora, 2008. p. 115-129.

RIBEIRO, I. M. P., et al. Prevalência das várias formas de violência entre escolares. **Acta Paul. Enferm.**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 54-59, Fev. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321002015000100054&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov. 2015.

RODRIGUES, H. B. C.; SOUZA, V. L. B. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: SAIDON, O.; KAMKHAGI, V. R. (Org.). **Análise institucional no Brasil**: favela, hospício, escola, Funabem. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 14-16.

RODRIGUES, M. S. P.; LEOPARDI, M. T. **O método de análise de conteúdo**: uma versão para enfermeiros. Fortaleza: Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, 1999.

RONDELLO, M. I. A violência doméstica. In: BEDOIAN, G.; FENDER, S. A. (Org.). **Mundo da família: conceitos e manejos do atendimento**. São Paulo: Projeto Quixote Área Ensino e Pesquisa, 2010. p. 55-62.

ROQUE, E.M.S.T.; FERRIANI, M.G.C.; UBEDA, E.M.L. A Violência na Família e a Justiça: algumas perspectivas. In: FERRIANI, M.G.C., et al. (Org.). **Debaixo do mesmo teto: análise sobre a violência doméstica**. Goiânia: AB Editora, 2008. p. 55-103.

RUOTTI, R.A., RUOTTI, C, CUBA, V.O., **Violência na escola: um guia para pais e professores**. /São Paulo: Andhep; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

SALLES, L. M. F. Desvelando a Escola: o adolescente, o professor do aluno adolescente e a indisciplina na escola. In: LEITE, C. D. P.; OLIVEIRA, M. B. L.; SALLES, L. M. F. (Org.). **Educação, Psicologia e Contemporaneidade: novas formas de olhar a escola**. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 2000. p. 131-154.

SÀNCHEZ, A. I. M.; BERTOLOZZI, R. M. Pode o conceito de vulnerabilidade apoiar a construção do conhecimento em Saúde Coletiva? **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12 n. 2, p. 319-324, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/csc/v12n2/a07v12n2.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2011.

SANTROCK, J.W. **Adolescência**. Tradução: Sandra Mallman da Rosa, 14 ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. p. 46-53.

SECRETARIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres. **Brasília**: Ideal Gráfica e Editora; 2011.

SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. Ministério da Justiça. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Brasília**: Secretaria Especial de Direitos Humanos/Ministério da Justiça; 2004.

SETTON, M.G.J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.20, p.60-70, maio/jun./jul./ago. 2002.

_____. Particularidades do processo de socialização contemporâneo. **Tempo social: Revista de Sociologia da USP**. v.17, n.2, p.335-350, 2005.

SILVA, M.A.I.; FERRIANI, M.G.C.; MEDEIROS, M. O envolvimento dos profissionais de saúde na assistência às crianças vítimas de violência doméstica: um caminho necessário. In: FERRIANI, M.G.C., et al. (Org.). **Debaixo do mesmo teto: análise sobre a violência doméstica**. Goiânia: AB Editora, 2008. p. 203-217.

SILVA, M.A.I., et al. Vulnerabilidade na saúde do adolescente: questões contemporâneas. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 619-627, fev. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232014000200619&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 Nov. 2015.

SILVA, A. M. V. L.; TAQUETTE, S. R.; HASSELMANN, M. H. Family violence and body mass index among adolescents enrolled in the Bolsa Família Program and treated at a primary care clinic. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 645-656, Mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2014000300645&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov. 2015.

SILVA, J. O.; RISTUM, M. A. Violência escolar no contexto de privação de liberdade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília (DF), v. 30, n. 2, p. 232-247, 2010.

SOUZA, C.S., et al. Notificação da violência infanto-juvenil em Serviços de Emergência do Sistema Único de Saúde em Feira de Santana, Bahia, Brasil. **Rev. Bras. Epidemiol.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 80-93, Mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415790X2015000100080&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 Nov. 2015.

SPOSATI, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributivo: concepções fundantes. In: UNESCO. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília-DF: MDS, Unesco, 2009.

_____. Desafios do Sistema de Proteção Social. In: STUCHI, C.; PAULA, R.; PAZ, R. **Assistência Social e filantropia: cenários contemporâneos**. São Paulo: Veras Editora, 2012.

SPERBER, D. O. O estudo antropológico das representações: problemas e perspectivas. In: JODELET, D. (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001. p. 90-103.

THEOKAS, C. et al. Conceptualizing and modeling individual and ecological asset components of thriving in early adolescence. **Journal of Early Adolescence**, Thousand Oaks, CA, v. 25, n. 1, p. 113-143, Feb. 2005.

TORRES, M.M. et al. O trabalho do assistente social nas Políticas Públicas: desafios cotidianos. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: Para além da crise global. São Luis - Maranhão – UFMA – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Agosto, 2015. **Anais**. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/mesas/o-trabalho-do-assistente-social-nas-politicas-publicas_-desafios-cotidianos.pdf. Acesso em: 25 nov. 2015.

TURA, L.F.R. Representações coletivas e representações sociais: nota introdutória. In: TURA, L.F.R.; MOREIRA, A. S. P. (Org.). **Saúde e Representações Sociais**. João Pessoa: Editora Universitária – UFPB, 2004. p. 15-28.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Situação da Infância 2011. Adolescência no mundo: a idade da oportunidade. 2011. Nova York: **UNICEF**. Disponível em: http://www.unicef.org/publications/index_57468.html. Acesso em: 13 Nov. 2015.

VALENZUELA MUJICA, M. T. et al. Prevención de conductas de riesgo en el Adolescente: rol de familia. **Index Enferm**, Granada, v. 22, n. 1-2, jun. 2013. Disponível em: <http://scielo.isciii.es/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1132-12962013000100011&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 13 nov. 2015

VASQUEZ, G. C. F.; PINTO, J. M. R. Partidos e políticas públicas: o atendimento à infância em situação de risco em Ribeirão Preto-SP (1993-2000). **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, PR, n. 6, pp. 42-51, jul.-dez. 2009.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E.O. (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978. p. 36-46.

_____. O direito das minorias. In: VELHO, G. **Mudança, crise e violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 151-154.

VENDRÚSCOLO, T. S.; FERRIANI, M.G.C.; SILVA, M. A. I. As políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente vítimas de violência doméstica. **Rev. Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 15, n. especial, p. 812-819, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-11692007000700016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 nov. 2015.

VENDRÚSCOLO, T.S.; FERRIANI, M.G.C. Políticas e prioridades políticas: o atendimento à criança e ao adolescente, vítimas de violência doméstica. In: FERRIANI, M.G.C. et al. **Debaixo do mesmo teto: análise sobre a violência doméstica**. Goiânia: AB Editora, 2008. p. 219-264.

VIERA, G. T.; ANDRADE, C. R. et al. A Utilização da Ideia de “Empoderamento” em Políticas Públicas e Ações da Sociedade Civil. **Cadernos de Gestão Social**, Salvador: CIAGS/UFBA, v. 2, n. 1, 2009.

VIEIRA, L. R. Entre o sociologismo e o individualismo: considerações sobre a sociologia de Pierre Bourdieu. **Educação & Filosofia**, v. 8, n. 16, p. 285-3000, jul./dez. 1994.

VILELA, W. V., DORETO, D.T. Sobre a experiência sexual dos jovens. **Cad. Saúde Pública**. 2006; 22 (11): 2467-72.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência**. Rio de Janeiro: CEBELA, 2012.

WOISKI, R. O. S.; ROCHA, D. L. B. Cuidado de Enfermagem à criança vítima de violência sexual atendida em unidade de emergência hospitalar. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 143-150, jan.- mar. 2010.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Young People’s Health – a Challenge for Society**. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for All. Technical Report Series 731. Genebra: WHO, 1986.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Consumer involvement in mental health and rehabilitation services**. Genebra: WHO, 1989. (WHO/MNH/MEP/89.7), 1989.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Violência contra as mulheres: efeitos sobre a saúde reprodutiva**. In: Injury, a leading cause of the global burden of disease, Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002a.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Relatório Mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde; 2002b.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, N; CARVALHO, M. P; VILELA, R. A. T. (Org.) **Itinerários de pesquisa – perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

APÊNDICE A – TERMO DE ASSENTIMENTO INFORMADO

TERMO DE ASSENTIMENTO

(No caso do menor de idade entre 10 a 18 anos)

Destinado aos adolescentes menores de 18 anos que serão entrevistados

Meu nome é Liliana Scatena, CPF 226.514.358-80, RG 43.507.972-4, aluna de doutorado da EERP/USP. Estou realizando uma pesquisa sob a orientação da Prof^a. Dra. Maria das Graças Bonfim de Carvalho, sobre a **violência entre os adolescentes em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social**. Convidamos você para participar da pesquisa que estaremos realizando por meio da qual buscamos conhecer e entender como é para os adolescentes a questão da violência.

Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, garantindo o anonimato. Você não será identificado em nenhuma publicação. Esta pesquisa apresenta risco mínimo (ou risco maior que o mínimo, se for o caso), isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler e etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Assentimento da participação da pessoa como sujeito da pesquisa.

Após ter conhecimento sobre como poderei colaborar com esta pesquisa, concordo em participar nesta pesquisa, não tendo sofrido nenhuma pressão para tanto.

Eu estou ciente das informações constantes no verso sobre o estudo e os meus direitos, aceito a participação no estudo acima especificado. Foi-me garantido que posso desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem quaisquer penalidades ou prejuízos. Também me foi afirmado que não terei nenhum risco físico ou gasto financeiro, sendo que será mantida em segredo minha identificação. Tenho direito à indenização conforme as leis vigentes no país caso ocorra dano decorrente de minha participação na pesquisa, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa (Resolução CNS 466/2012, Item IV.3-h).

Além disso, caso haja algum desconforto que algumas das perguntas possam gerar em mim, como por exemplo, ao falar de situações de violência ou da família, poderão emergir emoções de tristeza. Serei acolhido pela pesquisadora, e poderei interromper a participação imediatamente, continuando ou não mais tarde. Nestes casos, se necessário, poderei ser encaminhado para atendimentos específicos na rede pública de saúde. Por essa razão, o assunto será tratado cuidadosamente, respeitando as minhas necessidades e buscando evitar qualquer desconforto. As entrevistas serão realizadas no próprio Núcleo da Assistência Social e em sala reservada, não havendo interferência de outras pessoas, garantindo a minha privacidade.

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-EERP) que tem a finalidade de proteger eticamente os participantes de pesquisas. Terei o direito de me dirigir a qualquer momento, a pesquisadora e ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, Campus Ribeirão Preto, para os esclarecimentos sobre dúvidas que surgirem durante a pesquisa, tendo, portanto o direito à informação de que necessitar. O telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da EERP é (16) 3602-3386. O seu horário de funcionamento é de segunda à sexta, das 8h às 17h. O endereço é Av. Bandeirantes, 3900 - Campus Universitário – Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto, São Paulo.

Eu, _____, fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi uma via deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas *dúvidas*.

Assinatura do(a) adolescente menor de 18 anos

DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR

DECLARO, para fins de realização de pesquisa, ter elaborado este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cumprindo todas as exigências contidas no Capítulo IV da Resolução 466/2012 e que obtive, de forma apropriada e voluntária, o consentimento livre e esclarecido do responsável legal pelo sujeito da pesquisa acima qualificado para a realização desta pesquisa.

Pesquisadora responsável Liliana Scatena
Nº usp 6643572 – CRP 94027/06

Ribeirão Preto, ____ de _____ de 20 ____.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PAIS E/OU RESPONSÁVEIS)

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Destinado aos pais ou responsáveis dos adolescentes que serão entrevistados

Meu nome é Liliana Scatena, CPF 226.514.358-80, RG 43.507.972-4, aluna de doutorado da EERP/USP. Estou realizando uma pesquisa sob a orientação da Prof^ª. Dra. Maria das Graças Bonfim de Carvalho, sobre a **violência entre os adolescentes em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social**. Convidamos você para participar da pesquisa que estaremos realizando por meio da qual buscamos conhecer e entender como é para os adolescentes a questão da violência.

Salientamos que a referida pesquisa se dará por meio de entrevistas individuais com os adolescentes que aceitarem participar da pesquisa. As entrevistas individuais serão gravadas e transcritas, não trazendo nenhum risco físico, moral ou ônus financeiro para os participantes, sendo que será mantida em sigilo a identificação dos entrevistados, ou seja, os participantes durante a gravação ou transcrição das entrevistas não serão identificados por nome, apelido ou qualquer outro meio que possibilite sua identificação. As entrevistas serão realizadas no próprio Núcleo da Assistência Social e em sala reservada, não havendo interferência de outras pessoas, garantindo a privacidade do entrevistado. Assim sendo, as informações serão usadas apenas para este estudo e seus resultados poderão ser divulgados em revistas e encontros científicos, sem que os sujeitos sejam identificados. Os dados e instrumentos utilizados ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. A participação de seu filho é voluntária e em todos os momentos se ele não souber responder ou não quiser responder a qualquer pergunta, poderá deixar de participar da pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será lido juntamente com o responsável do adolescente e o mesmo ficará com uma via.

Lembramos que a qualquer momento você poderá desistir de participar da pesquisa e que este termo possui duas vias assinadas, sendo que uma ficará com a pesquisadora e outra será entregue para você para o seu conhecimento.

Grata,

Liliana Scatena
Aluna do Doutorado e pesquisadora
EERP/USP – Av. Bandeirantes, 3900 –
Campus Universitário – Bairro Monte Alegre
E-mail do Comitê de Ética: cep@eerp.usp.br
Tel. Comitê de Ética (16) 3602.3386
Ribeirão Preto – SP
Tel. da pesquisadora: (16) 3043-1486

Após ter conhecimento deste instrumento, se você concordar em participar da pesquisa, por favor preencha os campos abaixo, que deverá ser assinado em duas vias, uma para você e uma para guardarmos.

Termo de consentimento Livre e Esclarecido
(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012)
[TCLE para Menores de 18 anos e Indivíduos Incapazes]

Eu _____, consinto que meu representado (filho menor de idade) participe desta pesquisa, se assim for também da sua vontade, com meu nome em segredo, garantindo o anonimato, sei que quando ele não quiser mais participar, poderá parar. Aceito também a conversa com meu filho seja gravada. Confirmando ter recebido as informações sobre a pesquisa a ser desenvolvida, e ciente sobre os direitos abaixo relacionados cedo também os direitos da entrevista e dos dados apurados para serem divulgados em eventos científicos e periódicos. Ao ser convidado a participar, explicaram-me que os objetivos da pesquisa são: **estudar a violência entre os adolescentes**. E que tais procedimentos não trarão quaisquer danos à saúde do ora representando/ filho menor de idade. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler, etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito à indenização conforme as leis vigentes no país caso ocorra dano decorrente da participação de seu filho na pesquisa, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa (Resolução CNS 466/2012, Item IV.3-h). Além disso, caso haja algum desconforto que algumas perguntas possam gerar no entrevistado, como por exemplo, ao falar de situações de violência ou da família, poderão emergir emoções de pesar ou tristeza. O entrevistado será acolhido pela pesquisadora, e poderá interromper a participação imediatamente, continuando ou não mais tarde. Nestes casos, se necessário, o entrevistado poderá ser encaminhado para atendimentos específicos na rede pública de saúde. Por essa razão, o assunto será tratado cuidadosamente, respeitando as necessidades de seu filho(a) e buscando evitar qualquer desconforto.

Destacamos que, embora o presente estudo explore questões relacionadas a violência entre colegas do Núcleo, podem aparecer questões do contexto familiar, os resultados não serão utilizados para responsabilizar ou culpar as famílias, mas se pretende pensar outros fatores que possam explicar o fenômeno da violência e assim consigamos enfrentá-lo de forma adequada.

Estou ciente que os benefícios esperados por meu representado (filho menor de

idade) participar neste estudo são orientações sobre a prevenção da violência, esclarecimentos de como buscar ajuda e as redes de apoio disponíveis no município. O estudo contribuirá para a defesa da saúde e do desenvolvimento saudável do adolescente. Sei que a participação do representado (filho menor de idade) é livre, e não ocasiona prejuízos pessoais, e que não implica em qualquer tipo de remuneração ou auxílio, também sei que não há o dever de pagar por sua livre participação.

Estou ciente de que poderei a qualquer momento desistir da participação do ora representado (menor de idade) _____ (nome do filho, do adolescente), sem que isso implique responsabilização, ou o cancelamento dos serviços oferecidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social.

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-EERP) que tem a finalidade de proteger eticamente os participantes de pesquisas. Terei o direito de me dirigir a qualquer momento, a pesquisadora e ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, Campus Ribeirão Preto, para os esclarecimentos sobre dúvidas que surgirem durante a pesquisa, tendo, portanto o direito à informação de que necessitar. O telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da EERP é (16) 3602-3386. O seu horário de funcionamento é de segunda à sexta, das 8h às 17h. O endereço é Av. Bandeirantes, 3900 - Campus Universitário – Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto, São Paulo. Declaro que concordo livremente em que o ora representado participe desta pesquisa, pois fui totalmente esclarecido sobre ela e pela pesquisadora e entendi os objetivos, riscos e benefícios de sua participação neste estudo.

Assinatura do responsável (por extenso)

DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR

DECLARO, para fins de realização de pesquisa, ter elaborado este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cumprindo todas as exigências contidas no Capítulo IV da Resolução 466/2012 e que obtive, de forma apropriada e voluntária, o consentimento livre e esclarecido do responsável legal pelo sujeito da pesquisa acima qualificado para a realização desta pesquisa.

Pesquisadora responsável Liliana Scatena
Nº usp 6643572 – CRP 94027/06

Ribeirão Preto, ____ de _____ de 20 ____.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (FUNCIONÁRIOS)

Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde
para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO

Avenida Bandeirantes, 3900 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902
Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.0518
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido [Maiores de 18 anos]

Destinado aos funcionários do Núcleo da Assistência Social que serão entrevistados

Meu nome é Liliana Scatena, CPF 226.514.358-80, RG 43.507.972-4, aluna de doutorado da EERP/USP. Estou realizando uma pesquisa sob a orientação da Prof^a. Dra. Maria das Graças Bonfim de Carvalho, sobre a **violência entre os adolescentes em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social**. Convidamos você para participar da pesquisa que estaremos realizando por meio da qual buscamos conhecer e entender como é para os adolescentes a questão da violência.

As entrevistas individuais serão gravadas e transcritas, não trazendo nenhum risco físico, moral ou ônus financeiro para os participantes, sendo que será mantida em sigilo a identificação dos entrevistados, ou seja, os participantes durante a gravação ou transcrição das entrevistas não serão identificados por nome, apelido ou qualquer outro meio que possibilite sua identificação. As entrevistas serão realizadas no próprio Núcleo da Assistência Social e em sala reservada, não havendo interferência de outras pessoas, garantindo a sua privacidade.

Assim sendo, as informações serão usadas apenas para este estudo e seus resultados poderão ser divulgados em revistas e encontros científicos, sem que os sujeitos sejam identificados. Os dados e instrumentos utilizados ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. A sua participação é voluntária e em todos os momentos se não souber responder ou não quiser responder a qualquer pergunta, poderá deixar de participar da pesquisa. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido será lido juntamente com você e você ficará com uma via.

EU, _____ acima qualificado CONCORDO em participar da pesquisa intitulada: *Violências vivenciadas entre adolescentes inseridos em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob a ótica dos*

adolescentes e dos funcionários, a ser desenvolvida pela pesquisadora responsável: Liliana Scatena (EERP-USP). Informo que fui devidamente esclarecido (a) quanto aos objetivos da pesquisa, que é o de compreender os adolescentes envolvidos em atos violentos e os profissionais que trabalham diretamente com esse público.

O procedimento de coleta de dados consta de entrevistas individuais com os funcionários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos que aceitarem participar da pesquisa. As entrevistas individuais serão gravadas e transcritas, não trazendo nenhum risco físico ou moral para os participantes, sendo que será mantida em sigilo a identificação dos entrevistados, garantindo o anonimato. Minha participação é voluntária e estou informado (a) que não receberei nenhum pagamento pela minha participação, assim como não pagarei nenhum valor aos pesquisadores.

Estou ciente de que poderei, a qualquer momento, desistir da participação, sem que isso implique responsabilização, ou o cancelamento dos serviços oferecidos por esta instituição.

Estou ciente que tenho direito à indenização conforme as leis vigentes no país caso ocorra dano decorrente de minha participação na pesquisa, por parte do pesquisador, do patrocinador e das instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa (Resolução CNS 466/2012, Item IV.3-h).

Além disso, caso haja algum desconforto que algumas das perguntas possam gerar em você, como por exemplo, ao falar de situações de violência no Núcleo da Assistência Social, poderão emergir emoções de tristeza. Você será acolhido pela pesquisadora, e poderá interromper a participação imediatamente, continuando ou não mais tarde. Nestes casos, se necessário, poderá ser encaminhado (a) para atendimentos específicos na rede pública de saúde. Por essa razão, o assunto será tratado cuidadosamente, respeitando as suas necessidades e buscando evitar qualquer desconforto.

Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-EERP) que tem a finalidade de proteger eticamente os participantes de pesquisas. Terei o direito de me dirigir a qualquer momento, a pesquisadora e ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, Campus Ribeirão Preto, para os esclarecimentos sobre dúvidas que surgirem durante a pesquisa, tendo, portanto o direito à informação de que necessitar. O telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da EERP é (16) 3602-3386. O seu horário de

funcionamento é de segunda à sexta, das 8h às 17h. O endereço é Av. Bandeirantes, 3900 - Campus Universitário – Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto, São Paulo.

Por estar de acordo com tudo o que me foi explicado assino este Termo e fico com uma via, deste documento com os nomes e telefones de contato do pesquisador e do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de São Paulo – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto.

Assinatura do participante maior de 18 anos

DECLARAÇÃO DO PESQUISADOR

DECLARO, para fins de realização de pesquisa, ter elaborado este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cumprindo todas as exigências contidas no Capítulo IV da Resolução 466/2012 e que obtive, de forma apropriada e voluntária, o consentimento livre e esclarecido do responsável legal pelo sujeito da pesquisa acima qualificado para a realização desta pesquisa.

Pesquisadora responsável Liliana Scatena
Nº usp 6643572 – CRP 94027/06

Ribeirão Preto, ____ de ____ de 2014.

APÊNDICE D – APROVAÇÃO PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE
RIBEIRÃO PRETO - USP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Violências Vivenciadas entre adolescentes inseridos em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob a ótica dos adolescentes e dos funcionários

Pesquisador: Lílana Scatena

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 23978613.2.0000.5393

Instituição Proponente: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 625.184

Data da Relatoria: 09/04/2014

Apresentação do Projeto:

Análise de pendência.

Objetivo da Pesquisa:

Análise de pendência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Análise de pendência.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Análise de pendência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Análise de pendência.

Recomendações:

Sem recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências foram atendidas.

Endereço: BANDEIRANTES 3900

Bairro: VILA MONTE ALEGRE

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

CEP: 14.040-902

Telefone: (16)3602-3386

E-mail: cep@eerp.usp.br

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE
RIBEIRÃO PRETO - USP

Continuação do Parecer: 625.184

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Parecer apreciado "ad referendum".

RIBEIRÃO PRETO, 24 de Abril de 2014

Assinador por:
Claudia Benedita dos Santos
(Coordenador)

Endereço: BANDEIRANTES 3900

Bairro: VILA MONTE ALEGRE

CEP: 14.040-902

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

Telefone: (16)3602-3386

E-mail: cep@eerp.usp.br

APÊNDICE E – AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para o Desenvolvimento da Pesquisa em Enfermagem

Avenida Bandeirantes, 3990 - Ribeirão Preto - São Paulo - Brasil - CEP 14040-902 - Fone: 55 16 3602.3382 - 55 16 3602.3381 - Fax: 55 16 3602.8518 -
www.eerp.usp.br - eerp@edu.usp.br

Ilma. Sra. Maria Pascoalina Canova Sodré Silva
Secretária Municipal da Assistência Social

Venho solicitar declaração de autorização para a realização de projeto de pesquisa com os adolescentes frequentadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos [redacted] para apresentar à Pós-Graduação da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto para submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa da EERP:

Identificação:

Pesquisador:	Liliana Scatena	Profissão: Psicóloga
E-mail:	lilis@usp.br	Telefone: (16) 3043-1486

Projeto de Pesquisa:

Nome do Projeto: **Violências Vivenciadas entre adolescentes inseridos em um Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob a ótica dos adolescentes e dos funcionários**
Departamento: Doutorado Interunidades

Liliana Scatena

Assinatura do pesquisador

Ribeirão Preto, 28 de Outubro de 2013.

Declaração da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Declaro que a profissional Liliana Scatena, psicóloga (CRP: 06-94027), está liberada, pelo período de um ano (Novembro de 2013 a Novembro de 2014) para realizar as atividades relacionadas ao Programa de Pós-Graduação Interunidades de Doutorado em Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo - USP com carga horária presencial de 4 (quatro) horas semanais, onde fará grupos temáticos com os adolescentes frequentadores do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos [redacted], assim como, irá participar de encontros com a equipe de educadoras e coordenadora previstos durante o desenvolvimento deste Programa. A pesquisadora declara que é de sua responsabilidade a execução do trabalho, sua orientadora, a profª Maria das Graças Bomfim de Carvalho está ciente, e as atividades serão adequadas ao cronograma já estabelecido pela Secretaria da Assistência Social.

Ribeirão Preto, 12 de 11 de 2013.

Maria Pascoalina Canova Sodré Silva

Secretária Municipal da Assistência Social

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA DAS FUNCIONÁRIAS

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

FUNCIONÁRIOS do SCFV

Nº da entrevista: _____ Data: _____ Início/h: _____ Término/h: _____

Identificação do funcionário:

Idade: _____

Sexo: _____

Endereço:
_____**Roteiros Temáticos****Direcionado aos profissionais empregados pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos :**

- 1) Há quanto tempo você trabalha no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos?
- 2) Qual a sua formação profissional?
- 3) Descreva os critérios que são utilizados para considerar vulneráveis as crianças e adolescentes assim como suas famílias, que são atendidos pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social.
- 4) Conte-me como é o trabalho diário junto a estes adolescentes e suas famílias.
- 5) Em nossa cidade e com base na clientela atendida no SCFV, quais as condições dominantes na determinação da violência?
- 6) Como o SCFV tem trabalhado junto aos adolescentes na negociação de conflitos entre eles e deles com os funcionários?
- 7) Existe alguma orientação ou protocolo estabelecido como referência para que os funcionários conduzam suas ações junto aos adolescentes e suas famílias?

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA DOS ADOLESCENTES

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS**Adolescentes Frequentadores do SCFV**

Nº da entrevista: _____ Data: _____ Início/h: _____ Término/h: _____

Identificação do Adolescente:

Idade: _____

Sexo: _____

Bairro que mora: _____

Com quem mora?

☐ os pais☐ só pai☐ só mãe☐ outro responsável☐ irmãos quantos? _____ ☐ outros quem? _____

Qual a renda média mensal de sua família? _____

Qual é sua renda própria mensal? _____

Você trabalha? ☐ sim ☐ não se sim, o que faz? _____

Quem te encaminhou ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Assistência Social?

Roteiros Temáticos**Direcionado aos adolescentes:**

- 1) O que você pensa sobre a violência?
- 2) Já sofreu violência dentro de casa (pela sua família) ou no Núcleo (pelos seus colegas)?
- 3) Como resolve esses conflitos? A quem pede ajuda?
- 4) Como é para você pertencer ao Núcleo (Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos)?
- 5) Como frequentar esse espaço tem lhe ajudado?
- 6) O que você acha que está faltando no atendimento que recebe no Núcleo?